



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

UMA MONARQUIA EM MUTAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A CORTE E O EXÉRCITO
MACEDÔNICOS ENTRE A MORTE DE ALEXANDRE E O ACORDO DA BABILÔNIA
(323-320 A.C.)

BEATRIZ AIRES FERNANDES CUNHA

BRASÍLIA
2018

BEATRIZ AIRES FERNANDES CUNHA

Uma monarquia em mutação: Um estudo sobre a corte e o exército de macedônicos entre a morte de Alexandre e o acordo da Babilônia (323-320 a.C)

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília para a defesa de dissertação de mestrado.

Linha de pesquisa: Política, Instituições e Relações de Poder.

Orientador: Henrique Modanez de Sant'Anna

BRASÍLIA- DF

2018

Uma monarquia em mutação: Um estudo sobre a corte e o exército de macedônicos entre a morte de Alexandre e o acordo da Babilônia

(323-320 a.C)

BEATRIZ AIRES FERNANDES CUNHA

Banca Examinadora:

Presidente: Prof. Dr. Henrique Modanez de Sant'Anna

(Universidade de Brasília)

Prof.^a Dr.^a Camila Condilo

(Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Raul Victor Rodrigues Peixoto

(Instituto federal de Goiás)

Prof.^a Dr.^a. Cláudia Brochado (suplente)

RESUMO

Tendo legado aos Diádocos (ou Sucessores), um domínio instável, a morte prematura de Alexandre implicava um revés que se tornaria a matriz de inúmeras disputas entre os membros mais proeminentes de sua corte: o problema da sucessão. Esta dissertação de mestrado objetiva problematizar a arriscada diplomacia dos Sucessores entre 323 e 320, a partir do estudo comparado dos seus principais elementos constitutivos: (1) a transformação da *basileia* e a relação entre a corte e o exército macedônicos no contexto da morte de Alexandre (2) o desenvolvimento de um poder político decisório pelas assembleias militares até 320 e (3) o fracasso do acordo da Babilônia entre a desconfiança dos Sucessores e sua luta pela supremacia. Os últimos, por sua vez, ameaçavam o acordo com pretensões similares às deles (isto é, a preservação da maior parte dos territórios imperiais, embora concentrados nas mãos de um único general diferente do escolhido diplomaticamente), contribuindo assim para a futura fragmentação do império e a formação das principais dinastias helenísticas.

Palavras-chave: Alexandre, Monarquia, Desconfiança, Diádocos, Sucessão.

ABSTRACT

Leaving an unstable domain as a legacy to the Diadochoi (or Successors), Alexander's premature death implied a mischance that would become the origin of countless disputes among his court's most prominent members: the succession issue. This master's degree thesis will discuss the Successor's risky diplomacy between 323 and 320, based on a comparative study of its main elements: (1) the *basileia's* transformation and the relationship between the Macedonian court and army within Alexander's death's context (2) the development of political decision-making power by military assemblies up to 320, and (3) the failure of the Babylon's agreement caused by the Successor's distrust and their struggle for royal supremacy. The latter ones, in what concerns them, threatened the agreement with similar pretensions (that is, the preservation of most of the imperial territories, although concentrated in the hands of one single general other than the one chosen diplomatically), thus contributing to the empire's future fragmentation and the formation of the main Hellenistic dynasties.

Keywords: Alexander, Monarchy, Distrust, Diadochs, Succession.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi o resultado de um processo de amadurecimento e crescimento não só acadêmico, como também pessoal. O amor pela pesquisa e a constante busca pelo conhecimento e melhoramento pessoal sempre foram elementos essenciais de minha formação educacional, e por isso agradeço primeiramente aos mentores que a vida generosamente colocou em meu caminho. Agradeço a meus pais, primeiramente, cujo amor incondicional e dedicação me possibilitaram ter a formação que tive.

Agradeço também (e especialmente) a meu orientador, Prof. Dr. Henrique Modanez de Sant'Anna. Seus ensinamentos, sua amizade e seu bom exemplo não apenas me abriram as portas no mundo acadêmico, como também permitiram que eu me tornasse uma pessoa melhor e muito mais sábia do que eu era antes. Já se passaram 6 anos desde que me tornei sua orientanda, e não penso que algum dia deixarei de me considerar sua aluna e amiga.

Agradeço ao Prof. Dr. Matthias Haake, por ter me aceitado enquanto aluna no início deste mestrado, e por toda sua gentileza, erudição e à atenção valiosa dispensada a minha pesquisa. Agradeço também ao Prof. Dr. Raul V. R. Peixoto, à Prof.^a Dr.^a Camila Condilo e à Prof.^a Dr.^a Cláudia Brochado por terem aceitado compor esta banca. Aos Profs. Drs. Maria Filomena, André Gustavo de Melo Araújo, Estevão Rezende Martins e Gabriele Cornelli, pelo apoio prestado em diversas ocasiões.

Agradeço a todos os amigos que me apoiaram durante os últimos anos, me encorajando e me fazendo persistir nos momentos mais difíceis, em especial, Ramón Almeida, Vitória Golçaves, Kenneth Freire e Isabela Regina, Marion Salles, Ana Contador e Priscilla Medeiros. Agradeço também aos colegas de trabalho, pessoas maravilhosas e prestativas com quem tenho aprendido imensamente nos últimos anos. Meus agradecimentos também à Prof.^a Me. Fabiana Aparecida de Assis, por todo o auxílio prestado durante a produção desta pesquisa.

Agradeço também a todo o apoio prestado pela minha família e entes queridos. Agradeço, por fim, à Universidade de Brasília, e aos Departamentos de História e de Pós-Graduação em História, por toda a formação, acolhimento e educação oferecidos nos últimos anos. A educação que recebi desta instituição não só abriu diversas portas em minha vida profissional e acadêmica, como também me transformou como ser humano. Por tudo isso e mais, muito obrigada.

LISTA DE ABREVIATURAS

<i>Arr. Anáb</i>	Arriano. Anábasis de Alexandre.
<i>Arr. Fr.</i>	Arriano. Fragmenta Historica.
<i>Arr. Ind.</i>	Arriano. Indica.
El.	Cláudio Eliano. Histórias Variadas
Diod.	Diodoro da Sicília. Biblioteca Histórica
Q.C	Quinto Cúrcio. A História de Alexandre
Paus.	Pausanias. Descrição da Grécia
Plut. <i>Alex.</i>	Plutarco. Vidas Paralelas. Alexandre.
Plut. <i>Artax.</i>	Plutarco. Vidas Paralelas. Artaxerxes.
Plut. <i>Dem.</i>	Plutarco. Vidas Paralelas. Demétrio.
Plut. <i>Eum.</i>	Plutarco. Vidas Paralelas. Eumenes.
Plut. <i>Foc.</i>	Plutarco. Vidas Paralelas. Fócion.
Xen.	Xenofonte. Anabásis

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1.....	13
A MONARQUIA DE ALEXANDRE ATÉ 323: ALGUMAS QUESTÕES PRECEDENTES AO ACORDO DA BABILÔNIA	13
1.1- A organização da corte macedônica e seu desenvolvimento sob Alexandr.....	14
2- Os <i>philoí</i> e o império alexandrino.....	18
2.1- O distanciamento entre Alexandre e os macedônios	19
2.2- Heféstion e a reorganização da corte	23
3- O ambiente hostil da <i>basileia</i> e a crescente desconfiança entre a corte de Alexandre .	27
4- Tradições rompidas e iniciadas	30
CAPÍTULO 2.....	38
A SUCESSÃO DE ALEXANDRE E OS CONFLITOS NO INTERIOR DA BASILEIA .	38
1- As circunstâncias conturbadas da morte de Alexandre.....	38
2- As negociações na Babilônia	43
2.1 – A influência militar: uma importante variável	45
2.1.1- A disciplina militar macedônica	46
2.1.2- A crescente força das assembleias militares na <i>basileia</i>	51
2.2 – Os inamistosos acordos	54
CAPÍTULO 3.....	63
A DESCONFIANÇA DESTRUTIVA DOS GENERAIS E O FRACASSO DO ACORDO DA BABILÔNIA.....	63
1- A suspeita entre os regentes	63
1.1- Antípatro e o declínio da Macedônia	64
1.2- Crátero: o Amigo do Rei.....	69
1.3- Pérdicas: o suspeito de todos	73
1.3.1- A Quiliarquia de Heféstion <i>versus</i> a Quiliarquia de Pérdicas.....	75
2- As coalizões	78
3- A desastrosa política de Pérdicas e a Primeira Guerra dos Diádocos.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	97
Edição de Fontes:	97
Comentários:	98

INTRODUÇÃO

A *basileia* pode ser definida de várias maneiras, exceto como um sistema estável. A expedição de Alexandre foi marcada por uma constante quebra de tradições entre o rei e suas instituições. Isso contribuiria não apenas para a fragilização de seu império, como moldaria o cenário político posterior à sua morte. Essas rupturas, no entanto, impulsionariam a transformação das instituições inerentes a esse sistema, sobretudo nas relações entre a corte e o exército macedônicos, tendo o acordo da Babilônia sido o resultado direto desse processo de transição.¹ O objetivo desta dissertação, portanto, consiste em analisar a evolução das dinâmicas políticas e militares entre o rei e as duas principais instituições que se relacionavam diretamente com ele: a corte e o exército.

O primeiro capítulo possui o intuito de discutir como Alexandre, durante seus últimos anos de vida, operou de modo a construir uma monarquia pessoal correspondente a seu novo império, e como este foi, ao mesmo tempo, um dos principais causadores do distanciamento de grande parte de sua corte e das estruturas tradicionais macedônias. Dessa forma, tal discussão busca introduzir a análise em torno da estrutura e do papel diferencial da corte macedônia nas dinâmicas políticas que viriam a ditar as decisões com relação à sucessão e ao Tratado da Babilônia, com ênfase no desenvolvimento das carreiras de alguns dos mais influentes oficiais de Alexandre e em como seus interesses antagônicos – ou em comum – culminariam no cenário “babilônico” em 323.

O segundo capítulo, por sua vez, trata da problemática em torno da sucessão das circunstâncias problemáticas que constituíam o cenário da Babilônia em 323, unidas à política de desconfiança criada por Alexandre e intensificada por seus generais, culminaram em uma decisão inédita à monarquia macedônica. Aqui, será dada ênfase ao contexto do império à ocasião da morte de Alexandre, com destaque para a evolução das assembleias do exército macedônico e os levantes ao longo dos anos da expedição da Ásia. Esta investigação se faz essencial, uma vez que o exército macedônico comporia, em 323, uma das mais poderosas influências políticas sobre as negociações pela sucessão, mesmo estando inserido em um cenário autocrático no qual tais decisões eram tradicionalmente atribuídas à nobreza. Outro

¹ O acordo da Babilônia foi o primeiro tratado feito entre os generais de Alexandre, cerca de um mês após sua morte, com o objetivo de definir quem seriam os sucessores de Alexandre, bem como estabelecer uma divisão temporária da administração das satrapias.

elemento fundamental a ser explorado neste capítulo será as movimentações políticas entre os generais e suas prováveis intenções no decorrer dos conflitos que emergiram em função da questão sucessória.

Finalmente, o terceiro capítulo se concentra em analisar não apenas as decisões tomadas no decorrer das negociações em 323, mas também as alianças e rivalidades nascidas desse tratado. A carreira de Pérdicas como regente, em especial, assim como o conjunto de fatores que levariam à sua queda, permitem ilustrar de maneira clara a intenção do regente em preservar a unidade imperial sob sua liderança. Ainda nesta mesma argumentação, será analisado o antagonismo com generais que aparentavam ter o mesmo intuito com relação ao império, porém com interesses contrários a Pérdicas: Ptolomeu, Antípatro, Crátero e Antígono. Ao mesmo tempo, este capítulo possui o objetivo de problematizar a noção tradicional da historiografia que defende a ideia da existência de “tendências particularistas” com aspirações separatistas por parte dos Diádocos contra as tendências universalistas representadas por Pérdicas e Antígono, em prol de hipóteses mais revisionistas propostas pelas produções historiográficas mais recentes.

As fontes para a pesquisa estão concentradas em relatos tardios que se utilizam de escritos contemporâneos aos eventos, disponíveis em formato de fragmentos. Ptolomeu, mais tarde soberano do Egito, é uma das fontes utilizadas por estes escritores; outros contemporâneos, como Aristóbulo, Nearco e Onesícrito, também deixaram seus registros; por fim, há ainda Clitarco, que escreveu ao menos 12 livros sobre a expedição de Alexandre. Esses relatos chegam até nós, portanto, por meio de sínteses compostas pelos autores aqui utilizados, basicamente dos três primeiros séculos d.C. De todos eles, o mais antigo e completo para o período em questão é Diodoro da Sicília, que baseou a maior parte de seu trabalho em Clitarco, bem como Quinto Cúrcio, cujo último livro de sua obra sobre a história de Alexandre trata dos acontecimentos após a sua morte. Há também um conjunto de outros fragmentos da obra de Arriano a respeito dos eventos após Alexandre, organizados na obra *Die Fragmente der Griechischen Historiker*, de Jacoby. Arriano, ao que se sabe, usou os escritos de Ptolomeu e Aristóbulo em seus relatos. Por último, há também o historiador romano Justino, autor de uma antologia sobre a história universal, que constitui uma importante fonte de informação sobre a Macedônia e os reinos helenísticos. Esta dissertação, assim sendo, se baseia em uma análise das

fontes supracitadas². As demais fontes porventura citadas, por sua vez, são usadas de forma complementar ao estudo desses autores.

Quanto aos trabalhos historiográficos, há uma vasta produção acadêmica selecionada de modo a auxiliar no estudo do tema em questão. Uma vez que o recorte temporal-espaial se restringe aos anos iniciais do que ficou conhecido como Período Helenístico, é natural que o principal suporte historiográfico para a compreensão das relações políticas entre os generais de Alexandre seja encontrado no estudo dos elementos precursores da monarquia helenística: as tensões entre os acordos políticos e suas rupturas nos anos imediatamente seguintes à morte do *basileus*. Durante o período entre 323 e 320, o que vemos é um cenário no qual o território imperial passou a ser disputado pelos generais mais proeminentes do império, os quais buscaram gradualmente se legitimar como futuros soberanos por meio da emulação da imagem de Alexandre e do estabelecimento de conexões com a linhagem Argéada. O sucesso dos Diádocos como futuros reis, no entanto, dependia de uma série de fatores que promoviam sua aceitação e legitimação anteriores, sobretudo entre os exércitos.

Outro conceito importante a ser utilizado na análise das políticas inseridas neste período é a “sociedade de corte” macedônia. Em seu trabalho, Herman faz uso do conceito de corte desenvolvido por Norbert Elias, como “um sistema de relações de poder estruturado por leis não-escritas prescrevendo um comportamento específico, tanto para o governante quanto para o cortesão desejoso de fazer parte dele”. A sociedade de corte, dessa maneira, deve ser analisada como um fenômeno antes sociológico do que histórico (1997, p. 206), sendo assim possível associar suas estruturas e características a diferentes contextos históricos sem, no entanto, pecar pelo anacronismo. Essa hipótese tem ganhado espaço na historiografia contemporânea nos últimos anos, uma vez que observa as dinâmicas políticas e sociais entre o rei e os membros de seu meio social, bem como as complexas cadeias de ações provenientes destas relações.

Ainda, a conservação da unidade imperial, sobretudo após a expansão dos domínios macedônios por Filipe II e Alexandre III, dependia da habilidade do rei em manter o equilíbrio nas relações com os outros dois setores. Contudo, a instabilidade desses meios e o conflito de interesses constante entre seus membros constitui um elemento determinante dentro desta análise. Este elemento é definido por Heckel como “políticas de desconfiança”: em vida, Alexandre havia criado um ambiente no qual seus generais, ao invés de se tornarem demasiado poderosos para aceitar uma autoridade central, foram feitos demasiado fracos para assumir o

² As traduções dos trechos das fontes em questão ao longo deste trabalho tratam-se de versões minhas, feitas a partir das edições em inglês, com os textos gregos e latinos sendo acompanhados simultaneamente.

controle na ausência desta (HECKEL, 2002, p. 83). Ele não era estranho às frequentes tramas e maquinações no interior de sua corte; na verdade, essas mesmas conspirações, fossem elas reais ou não trazem consigo aspectos reveladores a respeito dos métodos políticos tanto do rei, quanto de seus aliados. Ao fazer uso de tal estratégia, o rei se estabelecia em um perigoso cenário onde tanto a sua corte procurava manipulá-lo, quanto ele buscava manipular seus membros mais importantes. Essas práticas, por sua vez, seriam não apenas reproduzidas como intensificadas pelos Diádocos, como se pretende evidenciar pelo presente estudo.

Concluindo, ao fazer o diálogo entre as fontes e a literatura especializada, esta dissertação objetiva compreender historicamente as dinâmicas políticas e militares, no âmbito da *basileia*, que levaram ao acordo da Babilônia e ao seu subsequente fracasso. Assim, esta pesquisa se baseia na extensa análise a respeito da diplomacia e dos conflitos entre os diádocos, das transformações políticas no corpo do exército e dos princípios norteadores da *basileia* no contexto de suas transformações.

CAPÍTULO 1

A MONARQUIA DE ALEXANDRE ATÉ 323: ALGUMAS QUESTÕES PRECEDENTES AO ACORDO DA BABILÔNIA

1- A *basileia* e a sociedade de corte de Alexandre

Durante os anos finais de sua jornada, Alexandre havia desencadeado mudanças radicais em sua política e conduta que viriam a comprometer e modificar profundamente as estruturas monárquicas macedônicas. Buscando inicialmente expandir o legado de seu pai, Filipe II, o jovem macedônio iniciou em 334³ o que viria a ser uma era de batalhas praticamente infindável para os macedônios⁴.

Um dos mais importantes elementos herdados do reinado de Filipe foram os membros da nobreza macedônia – e de regiões adjacentes –, que representavam um componente essencial na efetivação dos planos do rei e que continuaram acompanhando Alexandre após a morte de seu pai. Com as reformas militares promovidas por Filipe II, a monarquia macedônica foi acrescida de uma estrutura política cuja organização buscava principalmente estabelecer vínculos que contribuiriam para a expansão dos domínios do rei e para a legitimação de sua autoridade. Além disso, a profissionalização do exército e as alianças estabelecidas por ele possibilitaram não somente a expansão do império macedônico pelo Egeu, mas também a anexação do Império Persa por Alexandre posteriormente, embora várias ressalvas possam ser feitas em consideração a esta última.

Essa mesma estrutura, contudo, ao mesmo tempo em que conferia poder ao rei, era permeada por fatores que limitavam e moldavam as suas ações. A corte macedônica compunha um complexo núcleo de relações interpessoais entre o monarca e seus representantes mais próximos, no qual eram estabelecidas relações políticas e práticas sociais e culturais indispensáveis à construção e manutenção do poder da *basileia*. Tal relação é assim explicada por Herman:

Dentro da corte eram tomadas decisões que deram forma ao destino do reino, e dentro da corte eram encontrados os grupos mais formidáveis tanto dos

³ Todas as datas citadas no corpo do texto, exceto àquelas que compõem as referências bibliográficas, são pertencentes ao período antes de Cristo (a.C.).

⁴ A expedição de Alexandre deu início não apenas à subjugação do império persa por meio da força, mas também a um ciclo bélico no qual o exército macedônico seria envolvido pelos próximos anos, e estendido por seus generais por um longo tempo após a sua morte. A constante retirada de recursos humanos e financeiros da Macedônia acarretaria consequências infelizes para o rei, como será argumentado posteriormente neste capítulo. Para uma discussão mais aprofundada a respeito deste assunto: (BOSWORTH, 1986, p. 1-12, 1986).

aliados do rei como dos seus oponentes. Desta forma era imperativo que qualquer rei que desejasse reinar com êxito devesse ter um bom entendimento da estrutura da corte e de suas leis não-escritas, e que devesse, sobretudo, se manter atento às relações mutáveis de poder entre suas várias seções. A corte era o meio social imediato do rei, e exercia a influência mais forte sobre sua personalidade e ações. (1997, p. 200)

Assim sendo, Herman situa a corte como sendo não apenas um aparato de legitimação e autoridade para o rei, mas também o elemento central das relações políticas deste sistema⁵. As decisões tomadas pelo monarca com relação às dinâmicas pertinentes a esse meio, bem como sua habilidade para negociação e diplomacia, definiriam a manutenção de seu poder, bem como, por vezes, a continuidade de seu legado.

1.1- A organização da corte macedônica e seu desenvolvimento sob Alexandre

A corte de Alexandre era composta por homens de duas gerações distintas – sendo estes em parte “herdados” do reinado de Filipe II, em parte designados pelo próprio rei durante o período em que esteve no poder –, agregando importantes aliados políticos cujas funções eram distribuídas hierarquicamente, em sua grande maioria associados a posições militares. Os *somatophylakes*, os *hetairoi*, ou Companheiros, e o círculo político mais próximo do rei, os *philoï*, se destacam como personagens influentes durante a época de Alexandre e nos eventos após a sua morte. Para compreender tal estrutura, dessa forma, é necessário discorrer brevemente a respeito desses segmentos da corte.

Sob a denominação de “guardas pessoais”, os *somatophylakes* constituíam os sete nobres mais próximos do rei, escolhidos para acompanhá-lo e protegê-lo. Apesar de o nome indicar que sua função principal era escoltar e proteger o rei, os *somatophylakes* recebiam diferentes atribuições, de acordo com as circunstâncias e as designações deste último. As fontes usam esse termo para se referir a diferentes oficiais, indicando por vezes membros dos *Basilikoi Paides* (Pajens Reais), e ocasionalmente os membros da *Ágema* (Guarda) da infantaria. O termo é muito mais frequente em Arriano, na maioria das vezes se referindo aos *Basilikoi Paides*,

⁵ Em seu trabalho, Herman (1997, p. 199-224) faz uso do conceito de corte desenvolvido por Norbert Elias, como “um sistema de relações de poder estruturado por leis não-escritas prescrevendo um comportamento específico, tanto para o governante quanto para o cortesão desejoso de fazer parte dele”. A sociedade de corte, dessa maneira, deve ser analisada como um fenômeno antes sociológico do que histórico (1997, p. 206), sendo assim possível associar suas estruturas e características a diferentes contextos históricos. Esta ideia tem ganhado espaço na historiografia, uma vez que se observa as dinâmicas políticas e sociais entre o rei e os membros de seu meio social, bem como as complexas cadeias de ações provenientes dessas relações. Sobre o assunto, ver também: (SPAWFORTH, 2007. p. 82-120).

embora, em algumas ocasiões, associações sejam feitas a membros de elite da infantaria;⁶ em Diodoro, a nomenclatura também é usada para abordar a instituição dos *Basilikoi Paides*: “Da Macedônia também vieram cinquenta filhos dos amigos do Rei, mandados por seus pais para servi-lo como guarda pessoal” (ἐκ δὲ τῆς Μακεδονίαστῶν φίλων τοῦ βασιλέως υἱοὶ πεντήκοντα πρὸς τὴν σωματοφυλακίαν ὑπὸ τῶν πατέρων ἀπεσταλμένοι) (17.65.1).

As discussões acadêmicas mais recentes apontam que, a julgar pelas indicações das fontes⁷, muitos dos *somatophylakes* advinham dos *Basilikoi Paides*, embora não necessariamente a mesma lógica se aplicasse a todos os casos (HECKEL, 1992, p. 218-219;), visto que alguns deles advinham de fora desse círculo ou eram escolhidos após esse período de educação; também o cargo era vitalício, ou seja, uma vez que esses sete oficiais eram escolhidos, dificilmente a sua posição era substituída, a não ser em circunstâncias extraordinárias⁸. A maioria deles, no entanto, tinha em comum a característica de descender de famílias nobres e influentes, fossem da Macedônia, ou de regiões adjacentes importantes para os domínios do rei.

Desse modo, as características desse grupo apontam que o seu principal objetivo era antes político e social do que militar: ao selecionar seus guardas de elite a partir das famílias mais influentes do reino, o rei não somente prestava respeito a suas linhagens nobres, ao mesmo tempo em que provavelmente difundia rivalidades em potencial (KING, 2010, p. 381). Assim, os *somatophylakes* eram em tese incumbidos de serem os protetores mais próximos do rei, porém na prática a sua principal função era firmar alianças importantes para a *basileia*, bem como servir como auxiliares do rei nas tarefas mais distintas. Em seus últimos anos de vida, Alexandre passou a fazer uso cada vez maior desse restrito grupo⁹, com fins geralmente políticos, a despeito de sua designação oficial como escolta real.

⁶ Segundo Heckel (1992, p. 217), isso pode ser explicado, provavelmente, pelo fato de que a principal fonte deste autor, Ptolomeu, foi um dos membros deste grupo – ele mesmo sendo citado diversas vezes nestas mesmas passagens (Arr. *Anab.* 3.6.6; 3.27.5; 4.8.9; 4.13.7; 4. 15.8; 4.16.2; 4.21.4; 4.29.1; 5.13.1; 6.28.4; 7.3.2; 7.4.6).

⁷ Tal instituição já era regular durante o reinado de Filipe II (provavelmente tendo sido instituída por monarcas anteriores a ele): os filhos dos nobres eram enviados para a cidade de Pella, onde seriam recrutados para servir ao rei e cumprir funções diversas, incluindo o dever de proteção (Arr. *Anáb.* 4.13.1); após anos de treinamento, estes jovens nobres passavam a ocupar cargos de confiança e posições de liderança dentro da corte e do exército. Esta prática advém provavelmente da tradição persa, ao que indica Xenofonte: “Pois todos os filhos dos mais nobres persas eram educados na corte do rei (...) e assim desde o início da juventude eles aprendiam a governar e a ser governados”(πάντες γὰρ οἱ τῶν ἀρίστων Περσῶν παῖδες ἐπὶ ταῖς βασιλέωςθύραις παιδεύονται...ὥστε εὐθὺς παῖδες ὄντες μανθάνουσιν ἄρχειν τε καὶ ἄρχεσθαι) (1.9.3-4). Para mais informações a respeito, ver: (HECKEL, 1992, p. 218-224; THOMAS, 2007, p. 146; SEKUNDA e MCBRIDE, 1992, p. 7-8).

⁸ Aparentemente, um oficial poderia deixar de ser um *Somatophilax* em casos de aposentadoria (ou morte), má conduta, ou mesmo quando era apontado para um cargo de governo – no caso de Peucestas, por exemplo, quanto este é apontado como governante de uma satrapia (Arr. *Anáb.* 6.30.2).

⁹ Durante os seus anos finais, os *somatophylakes* de Alexandre eram oito: Leonato, Lisímaco, Hefestion, Aristono, Pérdicas, Ptolomeu, Piton e Peucestas. No caso deste último, nota-se uma quebra de protocolo e uma exceção ao

Igualmente importante, porém notavelmente maior, era o grupo dos *hetairoi* (companheiros). Constituindo um grupo militar de elite, esses oficiais estavam entre aqueles cuja atuação se destacava dentro das unidades da cavalaria, e que como recompensa ocupavam posições privilegiadas no exército e na corte; o título se aplica também a alguns soldados de infantaria (*pezhetairoi*), embora seja mais frequente no primeiro grupo. Os *hetairoi* eram os que de fato detinham a responsabilidade de escoltar o monarca, principalmente em combate, uma vez que eram eles os que geralmente estavam próximos ao rei no campo de batalha. As fontes por vezes misturam as funções aplicadas aos *hetairoi* e aos *philoí*¹⁰, porém isso pode ser explicado pelo fato de que esses mesmos autores escreveram seus trabalhos tendo como exemplos contemporâneos reinos helenísticos como Egito e Síria, onde tais grupos possuíam características e funções diferentes (KING, 2010, p. 382). Dessa forma, o mais plausível é que os *hetairoi* fossem um grupo de origem militar, cuja zona de atuação muitas vezes se estendia para além dos campos de batalha: existem diversas indicações nas fontes de que uma parte desse grupo, muitas vezes, formava um corpo consultivo do rei, bem como uma assembleia cujo objetivo evoluiu desde disseminar informações e angariar apoio moral a até mesmo casos em que o exército poderia apresentar demandas mais independentes.

Ademais, a classe dos *hetairoi* era formada em grande parte por macedônios, embora não exclusivamente por eles. Evidências mostram que Alexandre admitia gregos (Arr. *Anab.* 7.4.6) e também persas (Plut. *Alex.* 47.3) em meio a esse seleto círculo. Um caso de destaque é um de seus mais extraordinários generais, Eumenes: nativo da cidade de Cárdia na Trácia e de origem não nobre, Eumenes fora agregado à corte de Filipe II como secretário real (Plut. *Eum.* 1.4), tendo tomado parte na expedição de Alexandre nos anos seguintes; durante esse período, sua carreira entraria em ascensão e ultrapassaria o âmbito burocrático/diplomático quando ele foi por fim recompensado com o comando de uma unidade de cavalaria após a captura de uma cidade na Índia em 326 (Plut. *Eum.* 1.5; Arr. *Anáb.* 5.24.6; Q.C. 9.1.19).

Finalmente, resta-nos a classe dos *philoí* (amigos) de Alexandre. Como já mencionado anteriormente, as fontes muitas vezes atribuem as duas nomenclaturas (*hetairoi* e *philoí*) a membros do mesmo grupo. Isso é compreensível, uma vez que as duas classes possuem de fato características e por vezes funções em comum, porém existem algumas diferenças que são

padrão característico a este grupo, uma vez que Peucestas recebeu tal nomeação graças a sua atuação no Punjab em 325 onde, segundo Arriano, ele havia protegido o rei, seriamente ferido na ocasião (*Anab.* 6.10; 6.30); quanto a Hefestion, após a sua morte em 324, nenhum outro oficial foi apontado para substituí-lo.

¹⁰ Arriano usa o termo *hetairoi* com muito mais frequência (*Anáb.* 1.25.1, 2.16.8, 7.4.4, por exemplo), enquanto Diodoro dá preferência para *philoí* (como em 17.57.1, 18.2.2, 18.36.5). No entanto, como será discutido a seguir, os dois grupos possuíam características distintas, embora compartilhassem funções em comum.

relevantes. Enquanto os *hetairoi* formavam um grupo maior e mais abrangente, de origem exclusivamente militar (fossem macedônios ou não), os *philoï* constituíam um grupo menor e mais seletivo, cujos membros ocupavam cargos de confiança conferidos pelo rei, bem como compunham seu Conselho interno; após a morte de Alexandre, uma boa parte destes oficiais tomaria parte na divisão do império, assumindo o comando de importantes regiões.

Ainda, embora a maioria dos *philoï* fossem também *hetairoi*, acumulando, assim, funções militares além de políticas, essa não era necessariamente uma regra a ser seguida. Isso pode ser evidenciado pelo exemplo de Heféstion. As fontes jamais mencionam Heféstion como comandante de quaisquer forças militares até a morte de Filotas em 330, quando esse passa a assumir a posição do falecido general à frente de sua cavalaria (Arr. 4.16.2; Q.C. 8.11). Ainda, Heféstion nunca é mencionado como um dos *hetairoi*, mas sim como *philalexandros* (Amigo de Alexandre)¹¹, o que evidencia sua proximidade com o rei, implicando um envolvimento de natureza não só pessoal, mas também política e diplomática, uma vez que o general é designado diversas vezes para missões desse tipo.

Assim sendo, esses três segmentos compunham o maior círculo de influência dentro da corte de Alexandre. A maior parte dessa estrutura foi herdada, evidentemente, de reinados anteriores ao do jovem macedônio – principalmente de Filipe II, responsável por estabilizar e profissionalizar o exército, essencial para o funcionamento da monarquia e para a expansão do império; todavia, essas configurações seriam profundamente afetadas durante e após a expedição da Ásia. Não obstante, o objetivo da discussão a respeito desses três grupos é demonstrar que a *basileia*, à época de Alexandre, possuía um caráter complexo e organizado em diversas instâncias a despeito da ausência de aparatos burocráticos presentes em outros tipos de sistemas anteriores ou contemporâneos a ela, por exemplo.

Sistemas como a monarquia macedônica, segundo Herman, são discernidos pela forma como administram o poder: organizações tais como essa, na qual o poder é concentrado nas mãos de um rei e seu séquito, são evidentemente diferentes de formações nas quais o poder é disseminado dentro de um grupo mais amplo, sendo seu exercício regulado por regras e leis explicitamente formuladas – como a república romana e a democracia ateniense, no caso deste último tipo de organização (1997, p. 206). A afirmação do autor é interessante, pois tal inferência nos permite concluir que o sistema político do império macedônico era organizado de tal forma a lidar com a concentração de poder do rei, ao mesmo tempo em que procurava

¹¹ O termo pode ser verificado em Diodoro (17.46; 17.114) e Plutarco (*Alex.* 47.10), por exemplo.

meios de se estabilizar e firmar alianças e mecanismos que possibilitassem a continuidade e a legitimação de sua liderança.

2- Os *philoí* e o império alexandrino

Pode-se dizer que a Babilônia era sustentada por três bases principais: o rei, a corte e o exército. Esses três elementos, evidentemente, eram dependentes entre si: tendo sido educados desde a juventude para tornarem-se oficiais de elite, tanto o rei quanto os nobres presentes em seu séquito acumulavam, muitas vezes, funções políticas e militares. Dessa forma, a manutenção da unidade imperial, sobretudo após a expansão dos domínios macedônios por Filipe II e Alexandre III, dependia da habilidade do rei em manter o equilíbrio nas relações com os outros dois setores. Contudo, isso não revelava ser uma tarefa fácil, considerando a instabilidade característica a esses meios.

Os *philoí* do rei compunham o círculo mais prestigiado dentro dessa estrutura. Eram eles os homens mais próximos dele, privilegiados por seu nascimento, em sua maioria, e pelas posições de comando acumuladas, fosse por sua influência política, fosse por seu sucesso no campo militar. Conseqüentemente, o destino do império de Alexandre após a sua morte seria decidido por esses mesmos nobres, divididos entre as circunstâncias peculiares sob as quais se encontravam e as suas próprias ambições pessoais.

A corte de Alexandre, como mencionado anteriormente, era composta por homens de gerações distintas. Primeiramente, havia aqueles aliados oriundos do reinado de Filipe II. Esses oficiais, mais velhos e experientes, eram, a primeiro momento, cruciais para a legitimação do poder de Alexandre, uma vez que após o assassinato de Filipe, Alexandre viu sua posição como sucessor seriamente ameaçada por alguns oficiais que poderiam tanto se opor à sua sucessão – a exemplo de Parmênio, um dos generais mais influentes e poderosos de Filipe¹² – quanto garanti-la.

¹² Parmênio era, de fato, o general mais valorizado de Filipe. Além de pertencer a uma nobre linhagem macedônia (Arr. 3.11.10), Parmênio também ocupava uma das posições mais influentes na corte, sendo provavelmente o principal general de Filipe (Q.C. 4.13.4; Just. 12.5.3). De fato, a importância de Parmênio para este último se torna evidente quando este supostamente afirma que, enquanto os Atenenses poderiam considerar-se com sorte ao eleger dez generais todo ano, ele havia encontrado apenas um em muitos anos: Parmênio (Ἀθηναίους μὲν οὖν μακαρίζειν ἔλεγεν, εἰ καθ' ἕκαστον ἐνιαυτὸν αἰρεῖσθαι δέκα στρατηγούς εὐρίσκουσιν αὐτὸς γὰρ ἐν πολλοῖς ἔτεσιν ἓνα μόνον στρατηγὸν εὐρήκηναι, Παρμενίωνα) (Plut. *Apophth. Phil. 2 = Moralia. 177c*). Após a aclamação de Alexandre como rei, Parmênio prova sua lealdade ao permitir Átalos, um dos maiores opositores de Alexandre, fosse executado (Diod. 17.2.4-6; 5.1-2); tal aliança, no entanto, teria tido um custo alto para o jovem rei: após a sua coroação, Parmênio não apenas mantém a sua posição anterior de segundo em comando, como também seus filhos adquirem cargos importantes no exército de Alexandre (Plut. *Apophth. Phil. 28 = Moralia. 179b*). Isto demonstra, por um lado, que Parmênio foi por bastante tempo uma figura ameaçadora para Alexandre, considerando o cuidado tomado por este ao satisfazer os interesses do general e sua família, estabelecendo assim

A “nova corte” de Alexandre, contudo, só adquiriu verdadeira autoridade e influência com a expedição da Ásia. Considerando que boa parte da legitimação política e militar de Alexandre era fruto não de suas próprias conquistas, mas das conquistas de seu pai, amplamente reconhecidas entre os macedônios, a ascensão de Alexandre sofreu, de início, com diversas limitações. Dentre elas, estavam as posições inicialmente atribuídas a seus *philoí* mais jovens: muito inexperientes e ainda pouco prestigiados à ocasião da coroação de Alexandre, esses jovens generais, escolhidos por Alexandre para acompanhá-lo em seus empreendimentos, precisaram pacientemente construir suas carreiras de modo a adquirir mais autoridade e legitimação na corte e no exército. Sobretudo, seriam esses mesmos generais, a julgar pelo treinamento de vários deles como *syntrophoi*¹³ do rei, os que futuramente comporiam seu Conselho, bem como boa parte deles se transformariam, após sua morte, em seus futuros “Sucessores”.

2.1- O distanciamento entre Alexandre e os macedônios

Todavia, esses mesmos companheiros de Alexandre, teoricamente mais próximos e leais à sua pessoa, não estavam livres de separações e conflitos de interesses ao longo da expedição de Alexandre. À medida que ele avançava na conquista do império persa, notava-se um crescente distanciamento dos seus tradicionais companheiros. Certamente, suas ordens ainda eram acatadas por seus aliados e soldados, uma vez que ainda existiam aqueles que permaneciam fiéis à sua pessoa. Porém, a ruptura entre os interesses do rei e os de muitos de seus compatriotas era significativa, o que constituiria um elemento notável diante da morte prematura do rei na Babilônia e dos acontecimentos que a seguiram, como será discutido nos próximos tópicos. Isso se justifica em parte pela inabilidade do rei, em diversas ocasiões, em satisfazer os interesses de seus aliados e do exército, e em parte por suas tentativas cada vez mais frequentes em se aproximar dos costumes e instituições persas – a assim chamada “orientalização” de Alexandre. Ainda, a situação política na Ásia e na Grécia, bem como a mudança no comportamento de Alexandre e a consequente reação negativa do exército, tiveram uma relação direta com esse crescente cenário de discórdia.

uma aliança segura por anos, que seria quebrada somente após o caso de Filotas (as implicações deste evento serão discutidas aqui posteriormente).

¹³ A tradição macedônia indica que os filhos dos nobres macedônios fossem educados e treinados em Pela juntamente com o filho do rei. Dessa forma, estes jovens nobres seriam treinados para formar o séquito do futuro herdeiro, objetivando assumir importantes cargos administrativos e militares futuramente. Para definições mais completas a respeito dos *Syntrophoi* na corte macedônia, ver: (THOMAS, 2007, p. 132-158).

A perda gradativa da legitimidade do rei pode ser evidenciada pelas reações do exército ante o seu comportamento cada vez mais autocrático. Após 330, tendo obtido vitórias consecutivas em Granico, Isso e Gaugamela, seguidas pela morte de Dario, Alexandre passou a ter que lidar com a resistência do exército e prosseguir com sua expedição. Exaustos e longe de casa, os soldados se mostravam resistentes aos recursos utilizados por Alexandre, os quais se tornavam cada vez mais ineficazes: temendo perder o apoio de seus compatriotas com relação a seus planos, Alexandre procurou motivar seus homens por meio de um discurso sobre a importância de seguir adiante de modo a evitar que os persas reassumissem o controle, “atacando-os como mulheres” (Plut. *Alex.* 47. 1-2); a despeito da afirmação do autor de que após o discurso proferido o exército tenha apoiado em sua maioria a iniciativa do rei, é interessante ressaltar que um bom número de soldados recebeu sua permissão para retornar. Isso denuncia, por sua vez, uma situação delicada que pode ser controlada, por ora, graças aos espólios adquiridos na capital do Império e em Susa, e aos mercenários gregos enviados por Antípatro em 331.

Alexandre teria de recorrer novamente a tais recursos quando, nos anos seguintes, o exército passou a se rebelar com mais frequência e a originar crises cada vez mais graves. Após a conquista das satrapias na Bactria e Sogdiana, os planos de Alexandre tornaram-se ainda mais severos: com o intuito de dirigir sua empreitada para a Índia, Alexandre deu início à integração de soldados iranianos às suas tropas, o que desagradou profundamente o exército macedônico. Após duras batalhas em uma terra hostil e desconhecida, que lhe proporcionaram a vitória sobre Poro e o controle de Taxila, o exército se recusou a ir adiante, rebelando-se em 326. O rei foi obrigado então a desistir de seus planos de cruzar o rio Hidaspes e retornar a Susa.

Esse desfecho, ademais, teria sido piorado pela infeliz decisão do rei em voltar não pela mesma rota, mas cruzando o deserto da Gedrosia, submetendo desnecessariamente seus homens à fome, sede e doenças, e provocando um grande número de mortes (Plut. *Alex.* 66; Diod. 17.105-165; Arr. 7.22-25; Q. C. 9.10.4-19). Apesar da “conduta magnânima” relatada por Arriano ao descrever os sacrifícios feitos por Alexandre em prol de seu exército durante a travessia desta região, causando assim empatia e encorajamento entre eles (6.26), é evidente que as provações sofridas durante essa marcha foram nada mais do que o fruto de um grande erro logístico, causando muitas baixas e custos desnecessários.

De fato, Alexandre dificultava cada vez mais a sua situação frente ao exército (e com isso, também aos oficiais da corte) ao pressionar seus homens a ir adiante, estando estes já há anos em campo de batalha. Mesmo os recursos materiais e o encorajamento do rei não eram

mais suficientes quando, em 324, os conflitos de Alexandre com o exército atingiram seu momento mais delicado. Além disso, outro fator crucial contribuía fortemente para a insatisfação dos macedônios com Alexandre: a adoção de práticas persas pelo rei.

Em Susa, os oficiais se revoltaram com a chegada de jovens iranianos, os quais Alexandre intencionava recrutar como falangistas, a fim de substituir um total de 10.000 veteranos (Diod. 17.109.1-3, 111.1-2; Q.C. 10.2.12-4.3; Plut. *Alex.* 71.1-9;). Isso causou revolta entre eles, uma vez que os soldados a serem liberados se sentiram rejeitados pelo rei ante a perspectiva de serem substituídos por guerreiros persas, e aqueles que permaneceram se recusaram a ir adiante. Apesar de ter anunciado o pagamento de um talento para cada veterano dispensado, além de terem todas as suas dívidas pagas, os militares recusaram-se a submeter às ordens de Alexandre, condenando-o e proferindo gritos durante a assembleia.

As fontes, por sua vez, divergem quanto ao desfecho desse episódio. Segundo Arriano (*Anáb.* 7.8), Alexandre teria proferido um longo discurso em sua defesa e, após alguns dias, os rebeldes foram apaziguados. Para Diodoro e Quinto Cúrcio, no entanto, sua reação teria sido violenta, mandando executar os principais responsáveis pelo acontecimento e atribuindo cargos de responsabilidade a persas (17. 109. 3; 10. 2-3), fazendo com que a revolta dos macedônios se apaziguasse em meio ao receio perante a reação do rei. O que é interessante nesse ponto, contudo, é o comportamento cada vez mais autocrático perante seus conterrâneos. À medida que Alexandre tentava estabelecer seu domínio no oriente, ele procurava cada vez mais incorporar os costumes e tradições persas a sua forma de agir e governar. A impotência momentânea dos soldados gregos ante a reação do rei ilustra claramente a mudança crescente no relacionamento deste último com seus Companheiros:

Quis crederet saevam paulo ante contionem obtorpuisse subito metu? Et cum ad supplicium videret trahi nihilo ausos graviora quam ceteros, sive nominis, quod gentes, quae sunt sub regibus, inter deos colunt, sive propria ipsius veneratio, sive fiducia tanta vi exercentis imperium conterruit eos: singulare certe ediderunt patientiae exemplum adeoque non sunt accensi supplicio commilitonum, cum sub noctem interfectos esse cognosset, ut nihil omiserint, quod singuli magis oboedienter et pie facerent.

Quem teria acreditado que uma assembleia antes tão selvagem ficou paralisada pelo medo repentino, ainda mais quando eles viram que aqueles que haviam ousado nada mais sério do que o resto serem arrastados para a punição?...Fosse por veneração ao mero nome, uma vez que nações que vivem sob monarcas honram seus reis assim como aos deuses, ou pela veneração particular pelo próprio Alexandre, o qual exercia sua autoridade com tamanha força, paralisou a todos com terror; de qualquer forma, eles mostraram um notável exemplo de paciência, e estavam tão longe de se sentirem exasperados pela execução de seus companheiros de guerra (...), que houve não nada que

eles não fizessem para que cada homem agisse com mais obediência e lealdade. (Q. C. 10.3.1-5)

Assim, nota-se que não apenas a forma de governar e lidar com a corte e o exército, mas também os novos hábitos incorporados pelo rei se tornaram uma constante fonte de descontentamento para muitos de seus Companheiros. A adoção parcial das vestimentas e das práticas persas, bem como os casamentos realizados em Susa em 324, nos quais o rei levou seus principais oficiais a se casarem com filhas de nobres persas – incluindo ele mesmo –, causavam constantes desavenças entre os gregos, uma vez que o luxo e a opulência persa feriam seus princípios e frequentemente lhes causavam constrangimento (Arr. *Anáb.* 7.8; Diod.17.108.1-3; Plut. *Alex.* 71.1).

Além disso, uma das maiores fontes de discórdia, quanto aos aspectos asiáticos do governo de Alexandre, foi sua deificação e o consequente ritual da *proskynesis*. A rigor, esse ritual consistia em uma genuflexão obrigatória perante o rei, a ser realizada por todos os seus súditos; posto isto, é compreensível a revolta dos gregos e macedônios ante tal intenção: sendo eles advindos de sistemas nos quais muitos deles conviveram e cresceram lado a lado com o rei desde sua juventude, e no qual um rei era aclamado mais por sua legitimação perante seus companheiros de armas do que por um direito hereditário, era evidente que uma grande resistência seria posta mediante tal exigência.

A pretensão de Alexandre em ser reconhecido como divindade se revelou após a conquista do Egito, quando se dirigiu ao oráculo no oásis de Siva, e este teria se referido ao rei como “Filho de Amon”. É provável que tal exigência fosse um passo final na direção para a qual se voltavam seus pensamentos nos últimos anos (WALBANK, 1993, p. 41). Filipe II já havia sido cultuado religiosamente após sua morte, com uma estátua sua no templo de Ártemis em Éfeso (Arr. *Anáb.* 1. 17). Provavelmente, Alexandre foi além em suas ambições. A estada no Egito muito provavelmente contribuiu para tais aceções: a intenção inicial era, de acordo com Green (1991, p. 269), obter apoio e aceitação local, participando dos cultos religiosos; contudo, o efeito psicológico ante a posição de Faraó e as honras divinas em sua homenagem marcaram uma reviravolta em sua trajetória: ao ser coroado, em 332, Alexandre tornava-se, pela tradição egípcia, “simultaneamente deus e rei, encarnação e filho de Ra e Osíris; ele era Hórus, o Dourado, o poderoso príncipe, amado de Amon, Rei do Alto e Baixo Egito” (GREEN, 1991, p. 269).

Consequentemente, vemos nessa medida mais um aspecto da monarquia pessoal e autocrática que Alexandre vinha construindo. Ao ser reconhecido como um deus, as ações do

rei estariam acima de qualquer lei ou tradição, uma vez que ele próprio não poderia ser contrariado como uma divindade. A maior crise gerada por suas atitudes se deu na Bácia, em 327, quando Alexandre, trazendo persas, gregos e macedônios para sua corte, tentou persuadi-los a adotar igualmente o ritual da *proskynesis*. Isso obviamente levou a sérios desentendimentos, uma vez que houve um choque entre culturas e tradições absolutamente distintas.

Tais fatores não apenas contribuiriam para a fragilização da liderança de Alexandre, como moldariam o cenário político posterior à sua morte. Os planos de Alexandre, em dado momento, deixaram de ser comuns não só ao exército e aos *hetairoi* – saturados de uma dura e extensa campanha em um continente hostil e desconhecido – como também a boa parte dos seus *philoí*. Esse visível colapso de forças, no entanto, não se limitaria ao contexto militar, uma vez que as transformações iniciadas por Alexandre afetariam diretamente a relação entre a nobreza e o rei. Nos anos finais do reinado de Alexandre, a competição entre os generais pela proeminência política e a desconfiança mútua seria potencializada com a eclosão de mais uma crise: a morte de Heféstion.

2.2- Heféstion e a reorganização da corte

Sendo o *philos* mais próximo de Alexandre até a sua morte em 324, Heféstion é uma das figuras mais controversas desse cenário. O interesse a respeito do jovem general é, de uma forma geral, notável; geralmente focado em seu provável relacionamento amoroso com Alexandre, o assunto tem rendido, ao longo dos anos, uma extensa produção de estudos e hipóteses que variam desde investigações historiográficas, a produções literárias e cinematográficas de diversos tipos¹⁴.

Contudo, nenhuma dessas questões constitui o foco deste estudo em particular. A despeito das numerosas dúvidas e hipóteses que surgem a partir desse tema, o que se pode

¹⁴ Em tais produções, é atribuída a Alexandre uma personalidade mítica e apaixonada e conseqüentemente, pouco condizente com a realidade em muitos pontos. Dentre elas, destaco aqui duas obras peculiares. A primeira é o *blockbuster* dirigido por Oliver Stone, “Alexandre” (2004). A segunda é a obra de Kalus Mann, “Alexander: Roman der Utopie” (1929), no qual o autor se baseia amplamente nos relatos do Romance de Alexandre na construção de sua narrativa, bem como atribui grande destaque à sexualidade e à vida afetiva de Alexandre. As produções trazem consigo o caráter mítico e apaixonado associado a Alexandre por grande parte da literatura produzida ao longo dos séculos que, evidentemente, não corresponde em grande parte à realidade aqui estudada; no entanto tais obras não deixam de ser interessantes à sua maneira, sobretudo, na forma como salientam os relacionamentos amorosos de Alexandre. Não cabe aqui, porém, prolongar tal discussão, uma vez que meu objetivo consiste em observar as implicações políticas da relação entre os dois macedônios, e não seu envolvimento afetivo em si. Uma interessante discussão historiográfica a respeito deste assunto em particular pode ser observada em: (SKINNER, 2010, p. 119-134).

afirmar com certeza é que de fato existia um relacionamento bastante íntimo entre Heféstion e o jovem monarca. Dentre as várias referências que podem ser usadas para evidenciar tal assertiva, uma das mais interessantes se encontra em Diodoro¹⁵, quando este descreve o encontro entre Alexandre e as mulheres da família do então derrotado rei Dario III:

ὁ δὲ βασιλεὺς ἅμ' ἡμέρᾳ λαβὼν ἓνα τῶν φίλων τὸν μάλιστα τιμώμενον Ἡφαιστίωνα παρῆλθε πρὸς τὰς γυναῖκας. ἐχόντων δ' ἄμφοτέρων ἐσθῆτας μὲν ὁμοίας, τῷ μεγέθει δὲ καὶ κάλλει προέχοντος τοῦ Ἡφαιστίωνος ἢ Σισύγγαμβρις τοῦτον ὑπολαβοῦσα εἶναι τὸν βασιλέα προσεκύνησεν: διανεύοντων δ' αὐτῇ τῶν παρεστώτων καὶ τῇ χειρὶ δεικνύντων τὸν Ἀλέξανδρον ἢ μὲν Σισύγγαμβρις αἰδεσθεῖσα τὴν ἄγνοιαν πάλιν ἐξ ἀρχῆς προσεκύνησεν τὸν Ἀλέξανδρον, ὁ δὲ βασιλεὺς ὑπολαβὼν εἶπεν μηδὲν φροντίσης, ὧ μῆτερ: καὶ γὰρ καὶ οὗτος Ἀλέξανδρός ἐστιν.

Então ao nascer do dia, o rei levou consigo o mais precioso entre seus Amigos, Heféstion, e foi até as mulheres. Ambos estavam vestidos similarmente, mas Heféstion era mais alto e mais belo. Sisungambri o tomou pelo rei e prestou-lhe reverência. Quando os outros presentes enviaram-na sinais e apontaram para Alexandre com suas mãos, esta ficou envergonhada, mas prestou uma nova reverência a Alexandre. Ele, no entanto, a interrompeu e disse: “Esqueça, Mãe. Pois na verdade ele também é Alexandre” (17.37.5-6)

A despeito do tratamento dispensado à família real persa, a passagem “Pois ele também é Alexandre” (καὶ γὰρ καὶ οὗτος Ἀλέξανδρός ἐστιν) explicita não apenas a proximidade, mas também a natureza pessoal da amizade entre Alexandre e Heféstion: longe de ser apenas uma aliança política entre dois nobres macedônios, o vínculo entre os dois era tal qual a ponto de Heféstion ser descrito como parte do próprio Alexandre. De fato, Heféstion é o único entre os *philoï* a ser descrito nas fontes como “Amigo de Alexandre” *philalexandros*.

Tais referências merecem destaque, uma vez que, quando associadas à carreira de Heféstion na corte e no exército macedônico, tornam clara a natureza pessoal de sua influência na política. De acordo com Estrabão (Arr. *Ind.* 18.3), Heféstion nasceu na capital da Macedônia, Pela, tendo sido educado na corte de Filipe II juntamente com Alexandre. Durante a expedição de Alexandre, Heféstion é mencionado durante a chegada dos macedônios à cidade de Tróia (Plut. *Alex.* 15.7-9); ele não é descrito, no entanto, como um dos *philoï* ou *hetairoi* – provavelmente pelo fato de que os historiadores já presumissem que todos conhecessem Heféstion como amante de Alexandre (LENDERING, 2002, p.1).

¹⁵ O evento também é descrito em: Q.C. 3.11.24-12.18; Just. 11.9.12-16; Plut. *Alex.* 21; Arr. *Anáb.* 2.12.3-8. Pela tradição seguida por Arriano, Ptolomeu e Aristóbulo escreveram que Alexandre enviou Leonato às rainhas, mas ele próprio não as visitou; esta é também a versão seguida por Plutarco. A visita pessoal de Alexandre e Heféstion é atribuída a outra fonte, não identificada.

Observando a carreira de Heféstion após a batalha de Gaugamela, é possível notar que sua ascensão se deve muito mais ao seu relacionamento com Alexandre do que por seus méritos políticos ou militares: antes das substituições no comando das unidades da cavalaria feitas em 330, as funções dele eram basicamente político-administrativas. Até a morte de Filotas, Heféstion aparentemente não comandava nenhuma grande força militar independente; isto posto, observa-se que ele era não apenas detentor do apreço do rei, mas um grande manipulador de seu poder de comando (HECKEL, 1992, p. 60). É bem possível, sendo assim que o nepotismo responsável pela posição de poder adquirida por Heféstion fosse em parte a razão do desagrado de alguns dos demais companheiros de Alexandre. A conspiração de Dimnos provou ser a oportunidade perfeita não apenas para Alexandre e seus *philoí*, que aparentemente viram nesse evento um pretexto para eliminar o incômodo Filotas¹⁶, mas também para Heféstion, que revelou ser um dos maiores beneficiários da queda do filho de Parmênio: após a execução deste, Alexandre concede a Heféstion o comando de parte de sua unidade da cavalaria, que em breve ficaria inteiramente sob seu comando¹⁷. Somando isso ao cargo de Quiliarca do rei, conferido a ele por Alexandre à semelhança dos reis persas¹⁸, pode-se afirmar com certa dose de certeza que Heféstion se tornou, a partir de 330, o segundo homem mais importante do império, atrás do próprio rei.

Esse fato sozinho já seria suficiente para justificar as crescentes desavenças entre Heféstion e membros influentes da corte de Alexandre. Todavia, tais antagonismos transcendiam a usual competitividade entre os nobres macedônios. Com o crescimento da insatisfação macedônia quanto às ações impopulares de Alexandre, Heféstion tornava-se cada vez mais um indivíduo malquisto, sobretudo entre os oficiais mais conservadores. À medida que Alexandre avançava em suas políticas “orientalistas”, uma divisão entre os seus *hetairoi* fazia-se cada vez mais notável. Heféstion, por sua vez, não só apoiava abertamente tais políticas, como também era evidentemente o mais privilegiado por elas; ainda, o fato de este ser dado aos mesmos “excessos” de Alexandre com relação aos costumes persas¹⁹, somado a seu comportamento cada vez mais arrogante e errático com relação a outras figuras importantes

¹⁶ A julgar pelo comportamento dos generais para com o caso de Filotas, nota-se que a maioria deles, ressentidos de sua posição privilegiada no exército, usou de sua influência para contribuir para a queda do filho de Parmênio (Plut. *Alex.* 49.8).

¹⁷ A pressão política exercida pelos demais *philoí*, bem como considerações militares, haviam impedido Alexandre de conceder a cavalaria inteira a Heféstion em 330. Tal situação mudaria em breve, após o escandaloso (porém conveniente) assassinato de Clito. Após este evento, a cavalaria seria novamente reestruturada, sendo seu comando inteiramente atribuído a Heféstion, como provavelmente era a vontade de Alexandre.

¹⁸ Ver Capítulo 3, tópico 1.3.1: a Quiliarquia de Heféstion *versus* a Quiliarquia de Pérδικas.

¹⁹ (Arr. *Anáb.* 7. 8); (Plut. *Alex.* 47.9).

no reino, certamente fazia dele um indivíduo indesejável entre os demais generais. Sobretudo os crescentes desentendimentos com Crátero²⁰, um dos generais mais poderosos e, aparentemente, também um dos favoritos de Alexandre, tornaram a situação entre os generais cada vez mais delicada, exigindo intervenção direta do rei:

διὸ καὶ πρὸς ἀλλήλους ὑπούλως ἔχοντες συνέκρουον πολλάκις, ἅπαξ δὲ περὶ τὴν Ἰνδικὴν καὶ εἰς χεῖρας ἦλθον σπασάμενοι τὰ ξίφη, καὶ τῶν φίλων ἑκατέρῳ παραβοηθούντων προσελάσας Ἀλέξανδρος ἐλοιδόρει τὸν Ἡφαιστίωνα φανερώς, ἔμπληκτον καλῶν καὶ μαινόμενον, εἰ μὴ συνήσιν ὡς, εἴαν τις αὐτοῦ τὸν Ἀλέξανδρον ἀφέληται, μηδὲν ἔστιν ἰδίᾳ δὲ καὶ τοῦ Κρατεροῦ πικρῶς καθήψατο.

Certa vez, durante a campanha da Índia, eles (Crátero e Heféstion) de fato sacaram suas espadas e começaram a se golpear, enquanto seus respectivos amigos se apressavam em ajudar, Alexandre se aproximou e abertamente repreendeu Heféstion, chamando-o de tolo e louco se ele não soubesse que sem Alexandre ele não era nada.
(Plut. *Alex.* 47.11-12)²¹

Todavia, a despeito das tentativas de apaziguar as rivalidades entre Heféstion e Crátero, atribuindo aos dois generais missões nas quais ambos estivessem separados, muito mais foi feito por Alexandre de modo a promover os interesses de Heféstion em detrimento de Crátero. Além de sua notável ascensão como comandante de uma hiparquia após a morte de Clito, os eventos das Bodas de Susa possivelmente esclarecem as intenções de Alexandre para com seu favorito.

Ao casar seus generais mais importantes com nobres mulheres persas em 324, o rei explora claramente a estratégia de estabelecimento de alianças políticas por meio de uniões matrimoniais²². Ele mesmo amplia suas conexões com o império persa, ao tomar para si como esposa a filha do falecido rei Dario III, Estatira (Plut. *Alex.* 70.3; Diod. 17.107.6; Just. 12.10.9–10; Arr. *Anáb.* 7.4.4). Exceto pela problemática união entre gregos e persas – uma clara fonte de desavenças desde o casamento de Alexandre com Roxana (Arr. *Anáb.* 4.19.4–20.4; Plut. *Alex.* 47.7; Q.C. 8.4.21–30) –, os eventos ocorridos nesta cidade representaram, para alguns dos *hetairoi* mais proeminentes de Alexandre, a inserção na nova estrutura do império almejada por Alexandre, bem como a retribuição pelos serviços prestados durante a longa expedição da Ásia. Acima de tudo, as Bodas de Susa serviram para firmar a posição de Heféstion como segundo

²⁰ Ver Capítulo 3, tópico 1.2- Crátero: O Amigo do Rei.

²¹ Cf. Diod. 17.114.1-2.

²² Sobre os motivos políticos da união entre Alexandre e Roxana: Plut. *Alex.* 47.8; cf. Q.C. 8.4.25.

em comando, quando o rei lhe ofereceu em casamento ninguém menos do que a irmã de sua própria noiva, Dripetis. (Arr. *Anáb.* 7.4.5; Diod. 17.107.6).

Heckel (1992, p. 75-76) interpreta esta decisão como um ato que oficializa a intenção de Alexandre em compartilhar o império com Heféstion²³. A julgar pela forma como Alexandre amplia a importância do cargo de Quiliarca sob Heféstion – o que não acontece com Pérδικas, por exemplo, quando este assume o ofício após a morte dele, como há de ser visto –, conferindo-lhe uma posição de autoridade e comando militar que se acumula às suas crescentes atribuições políticas e diplomáticas (ambas desproporcionais à sua experiência e competência), tal ideia faz absoluto sentido. Eu ousaria ir mais longe e assumir que, considerando a forma como Alexandre deixou o império após sua morte repentina, Heféstion não era apenas o parceiro escolhido pelo rei, como também um provável sucessor.

Contudo, é verdade que tal hipótese é difícil de ser comprovada, principalmente quando se leva em consideração que, após a inesperada morte de Heféstion em 324 (Diod. 17.110.7-8; Plut. *Alex.* 72-1-8; Arr. *Anáb.* 7.14.1-10; Just. 12.12.11-12), o comportamento de Alexandre torna-se cada vez mais errático e imprevisível, tornando a tarefa de compreender suas intenções quanto ao futuro de seu império extremamente complexa. Ainda, essa não deixa de ser uma possibilidade bastante plausível, uma vez que Alexandre não apresenta, até então, quaisquer outros planos com relação à sua sucessão.

Heféstion veio a falecer devido, ao que tudo indica, a seus excessos com relação ao consumo de álcool. O desgosto de Alexandre proveniente do luto de seu amigo mais querido foi genuíno, trazendo consigo reais consequências para o império. Uma delas é, claramente, o crescimento das rivalidades entre os *philoí* remanescentes, muitos deles competindo entre si pelo posto de novo favorito do rei.

3- O ambiente hostil da *basileia* e a crescente desconfiança entre a corte de Alexandre

Os episódios destacados até então evidenciam também que as intenções de Alexandre se dissociavam progressivamente dos interesses de vários dos membros de seu círculo interno. Além da instabilidade do exército e da má recepção de suas políticas por boa parte de seus compatriotas, o rei ainda precisava defrontar-se com transtornos característicos à *basileia*: as conspirações.

²³ Tal ideia é reforçada por Arriano, ao relatar a principal motivação de Alexandre para a escolha das esposas: “pois ele desejava que seus filhos fossem os primeiros primos dos filhos de Heféstion.” (Δρύπετιν δὲ Ἡφαιστίωνι δίδωσι, Δαρείου παῖδα καὶ ταύτην, ἀδελφὴν τῆς αὐτοῦ γυναικός: ἐθέλειν γάρ οἱ ἀνεψιούς τῶν παίδων γενέσθαι τοὺς Ἡφαιστίωνος παῖδας) (Arr. 7.4.5)

Tendo ele próprio ascendido ao poder por meio de uma conspiração – tenha ele tomado parte nela ou não – contra seu próprio pai²⁴, Alexandre não era estranho às endêmicas tramas e maquinações no interior de sua corte. Na verdade, essas mesmas conspirações, fossem elas reais ou não, trazem consigo aspectos reveladores a respeito dos métodos políticos tanto do rei, quanto de seus aliados.

Com efeito, as conspirações constituem uma faca de dois gumes para o *basileu*. Ele era, ao mesmo tempo, vítima e artífice desses eventos. Por um lado, é evidente que o número de relatos sobre tais conluios cresce exponencialmente a partir do período alexandrino; por outro, o estudo a respeito delas quase sempre se mostra problemático: a maioria das conspirações não pode ser completamente provada, uma vez que as fontes não provêm evidências suficientemente verossímeis ou livres de propaganda; no entanto, elas também não podem ser descartadas, uma vez que essas mesmas fontes indicam claramente a sua existência – ou ao menos a suspeita delas, bem como a investigação a respeito de tais coalisões são essenciais para compreender o funcionamento político da *basileia*.

É possível afirmar com certa dose de certeza que tais aspectos foram notavelmente intensificados por Alexandre: em vida, o macedônio havia criado um ambiente no qual seus generais, ao invés de se tornarem demasiado poderosos para aceitar uma autoridade central, foram feitos demasiado fracos para assumir o controle na ausência desta (HECKEL, 2002, p. 83). Ao fazer uso de tal estratégia, o rei se estabelecia em um perigoso cenário onde tanto a sua corte procurava manipulá-lo, quanto ele buscava manipular seus membros mais importantes. Badian (2000, p. 51) é bastante assertivo ao afirmar que conspirações nem sempre arruinam os reis, mas os fazem frequentemente mais seguros: em um regime autocrático, no qual o poder é mantido através da habilidade de maquirar contra seus próprios súditos, conspirações são frequentemente tidas como elementos necessários. Embora seja uma tática arriscada, sua probabilidade de sucesso, se levada em consideração a quantidade de poder concentrada nas

²⁴ Badian (2000, p. 54-64) acredita ser evidente que Alexandre tivesse participado ativamente da conspiração que resultou no assassinio de seu pai, uma vez que o jovem Macedônio – com o óbvio intuito de tomar o trono para si – tinha todos os motivos para querer eliminá-lo, ao passo que os filhos de Airopos, por não terem nenhuma possibilidade de aspirar ao trono macedônio, não teriam razões para tomar parte em tal ato a não ser que houvessem sido influenciados. Esta hipótese pode ser confrontada, por exemplo, pelo argumento de Anson (p. 13), que considera que a impossibilidade de ascensão ao trono dos responsáveis pela morte de Filipe constitui justamente a razão pela qual essa teria se dado por motivos pessoais, e não políticos, concordando assim, com Diodoro, que descreve o evento como o fruto de uma vingança pessoal arquitetada por Pausanias (17.95.3-94.4). Nenhuma destas ideias é desprovida de sentido; a hipótese de Badian, apesar de bastante ousada considerando a natureza limitada das fontes, constitui uma excelente introdução à análise dos métodos políticos de Alexandre ao longo de sua breve carreira. Por outro lado, o argumento mais conservador de Anson encontra maior sustentação nas fontes. Esta contrabalança historiográfica é comum quando o assunto são conspirações no interior da *basileia*: não se pode confiar totalmente nos relatos das fontes, porém é sempre arriscado ultrapassá-las. Se Alexandre foi responsável pela morte de Filipe II ou não, portanto, ainda é uma questão em aberto, assim como tantas outras.

mãos do monarca, é significativa – e provavelmente, por essa mesma razão, ela esteja tão presente nesse tipo de sistema, mesmo após a sua morte.

Entretanto, é difícil dizer, no caso de Alexandre, quando tais conspirações eram genuínas, imaginadas, ou mesmo arquitetadas por ele. À medida que o *basileus* insistia em levar a cabo seus planos, contrariando seus conterrâneos tanto em seus princípios e tradições, quanto em seus interesses, Alexandre cultivava ao seu redor um terreno cada vez mais instável, no qual seus companheiros mais próximos se tornavam, ao mesmo tempo, ameaças em potencial.

Podem-se destacar aqui dois episódios nos quais a conduta errática e suspicaz do rei o levou a eliminar membros importantes de seu círculo político e social. O primeiro, e talvez o mais famoso, é o caso de Filotas. Filho de um dos generais mais próximos e influentes de Filipe II, Parmênio, Filotas era o comandante da cavalaria macedônia, ocupando um dos mais altos e prestigiados postos no exército. Em 330, ele foi acusado de negligência ao não reportar uma conspiração organizada por alguns soldados para assassinar Alexandre. Após deliberações do rei e seus Amigos mais próximos, Alexandre é convencido por fim a ordenar a execução de Filotas, assim como de seu pai, Parmênio, que não estava envolvido no caso, mas nem tampouco podia ser considerado confiável (Arr. 3.27.3-4; Diod. 17.80.3; Plut. *Alex.* 49.13; Q.C. 7.2.11-32).

Existem muitas deliberações a respeito do caso de Filotas, dentre elas, o fato de que, após a sua execução, convenientemente, Alexandre pode reestruturar a cavalaria, oferecendo a liderança a seus generais mais próximos, ao mesmo tempo em que eliminava Parmênio, uma antiga ameaça que provavelmente ainda perturbava Alexandre.

Em 328, Alexandre mais uma vez condena um de seus generais à morte, porém dessa vez, com consequências desastrosas para o rei. O assassinato de Clito, o Negro, evidencia não apenas a desconfiança crescente do rei em relação a seus aliados, como também o distanciamento entre Alexandre e seus Companheiros, bem como o crescimento do caráter autocrático de sua realeza. Durante um banquete regado a álcool, Clito inicia uma discussão com Alexandre, demonstrando sua insatisfação com relação às políticas do rei, que incluíam as suas políticas orientalistas, bem como a sua distribuição das satrapias entre alguns de seus generais. Alexandre, descontrolado pela fúria e pelo consumo de vinho, avançou contra o general e o perfurou seu peito com uma lança (Arr. *Anáb.* 4.8.1-9, Q.C. 8.19-51, Plut. *Alex.* 50-52). Após isso, Justino comenta que Alexandre causou medo e ressentimento entre seus amigos (12.6.12). Ele, dessa forma, se tornava cada vez mais inacessível aos seus homens mais

próximos, que antes gozavam de certa autonomia e liberdade de opinião no interior do conselho do rei (King, 2010, p. 383).

Dessa forma, vemos como Alexandre apresenta uma conduta de rompimento em relação à estrutura tradicional da *basileia* à medida em que se aproxima cada vez mais dos aspectos autocráticos persas. No entanto, ao mesmo tempo em que o rei aspirava a sua autoridade pessoal e buscava legitimá-la, fosse por meio do triunfo militar, fosse por meio da adoção de novas políticas e alianças, também os seus futuros Sucessores, buscariam garantir sua própria posição de poder dentro desse círculo. Para compreender esse processo, no entanto, faz-se necessário discutir alguns pontos essenciais sobre essas transformações.

4- Tradições rompidas e iniciadas

Segundo Shipley (2000, p. 39), nem a ascensão de Alexandre, nem a morte do último rei persa, ou mesmo a morte prematura do macedônio trouxeram transformações violentas na Macedônia ou na Pérsia: a maioria das características do período em questão, de acordo com o seu argumento, já eram anteriores a Alexandre, como a “helenização” dos territórios conquistados, o ressurgimento de regimes monárquicos na Grécia, a expansão do movimento migratório, e até mesmo comportamentos peculiares como a adoção de cultos orientais, ou o culto religioso a pessoas vivas²⁵.

Muitas tradições, ainda, surgiram posteriormente a Alexandre. É verdade, por exemplo, que os Diádocos foram capazes de estabelecer um sistema monárquico mais sólido e definido do que o macedônio. A conquista do império Aquemênida, pelos macedônios, se estendeu, em muitos casos, de forma rápida e essencialmente militar, de modo que muitas estruturas e instituições políticas, sociais e culturais foram não só mantidas, como também resistiram, em muitos casos, ao domínio macedônico. De fato, durante sua expedição, Alexandre se limitou em muitos casos a posicionar guarnições militares nos territórios anexados e a substituir ou a submeter seus governantes, mantendo muitas vezes as mesmas estruturas e instituições anteriores, ou mesmo absorvendo muitos de seus aspectos e costumes. Em muitos casos, a conquista dos territórios da Ásia por Alexandre foi deveras superficial, submetendo diversos povos por meio da força bruta, porém deixando no processo vários territórios praticamente intocados.²⁶

²⁵ SHIPLEY, 2000, p. 38-39.

²⁶ Em seus últimos anos de vida, Alexandre aparenta ter investido mais tempo administrando e buscando controlar as regiões conquistadas durante sua campanha. No entanto, evidentemente não houve tempo hábil para que

À vista disso, surgem questões: Alexandre realmente iniciou ou rompeu alguma tradição? Qual foi a real relevância de seu reinado no desenvolvimento da *basileia* e dos posteriores reinos helenísticos? Para responder a essas perguntas, é necessário uma nova reflexão acerca das políticas do macedônio na Ásia no que diz respeito à sua busca por legitimação enquanto soberano. Os “orientalismos” de Alexandre, já bastante criticados por seus contemporâneos com base em uma perspectiva greco-macedônica, podem na verdade indicar algo mais a respeito das intenções de Alexandre com relação à monarquia.

Fredicksmeyer defende que a monarquia de Alexandre na Ásia foi antes uma criação única do próprio macedônio do que uma tentativa de emulação ou sucessão do antigo Rei da Pérsia, Dario III (2000, p. 166). Mediante uma extensa avaliação das políticas e comportamentos adotados por Alexandre, após sua vitória sobre o Grande Rei (Dario) e sua autoproclamação enquanto Rei da Ásia (Plut. *Alex.* 34.1), o autor sugere que o macedônio teria buscado criar um tipo de monarquia autocrática que não mais se identificaria com estruturas puramente macedônias, nem tampouco seria uma reprodução ou adoção das condutas monárquicas persas. A atuação de Alexandre na Ásia, apesar de mal recebida por boa parte de seus conterrâneos, indica, em diversas ocasiões, uma tentativa por parte do rei de construir – ou reinventar, com base em modelos anteriores - uma monarquia com características singulares, que por sua vez serviriam ao propósito de dominação de um império que não era nem totalmente grego, nem essencialmente persa.

Diversos aspectos surgem como exemplo dessa possível construção. Um bom exemplo citado pelo autor é a própria proclamação de Alexandre como Rei da Ásia (βασιλεὺς δὲ τῆς Ἀσίας) descrita por Plutarco (*Alex.* 34.1). De acordo com ele, ao se identificar enquanto Rei da Ásia, Alexandre tinha em mente uma posição mais abrangente do que Rei da Pérsia; ele não se via como um sucessor de Dario e sim, como soberano de um império do qual a Pérsia era apenas uma parte:

O significado preciso da afirmação de Plutarco em *Alex.* 34.1 é difícil de se determinar, mas eu penso que há uma boa possibilidade de que ele intencionasse distinguir o Império Persa da Ásia. O “Império Persa” agora está morto (παντάπασις ... ἐδόκει καταλεύσθαι), e Alexandre foi proclamado rei sobre suas terras, e potencialmente além do que os persas governavam, ou seja, a Ásia. Assim, Plutarco parece apontar que Alexandre não assumiu o controle sobre o Império Persa (pois ele não mais existia), mas o substituiu. (Fredicksmeyer, 2000, p. 139-140)

mudanças concretas pudessem ter sido efetivadas ou mesmo, em muitos casos, a própria estruturação do domínio macedônico.

Dessa forma, é possível que Alexandre tenha intencionado, após a conquista da Ásia, reinventar a *basileia* com aspectos bastante pessoais, que fossem mais compatíveis com o caráter expansionista de seu novo império. Assim, ao se apresentar como Rei da Ásia, ele não seria o sucessor de Dario III, mas estaria “absorvendo” seu império. O termo “βασιλεὺς δὲ τῆς Ἀσίας” não é um título específico e não está ligado a um território bem definido, nem tampouco descreve um determinado status; ele é, ao que parece, uma criação greco-macedônia, que não pode ser associado a um modelo Aquemênida anterior (HAAKE, 2012, p. 298)

Quando nos deparamos com o comportamento e os costumes adotados por Alexandre e os analisamos sob essa ótica, o que se pode constatar é que o macedônio não chegou a reproduzir em sua totalidade nem as características inerentes à *basileia* até então, nem tampouco as do Império Persa. Porém, o que ele aparenta ter tentado realizar era uma construção de um novo tipo de sistema monárquico que, mantendo a supremacia macedônica em várias esferas, fosse também capaz de agregar a natureza heterogênea do reino da Ásia, legitimando-se assim como um soberano de um domínio até então nunca existente.

Outros exemplos dessa construção podem ser identificados ao longo da carreira de Alexandre. A adoção do diadema, o estabelecimento de alianças, o uso e modificação de funções e estruturas advindas das instituições persas – como o quiliarca – e até mesmo as tentativas de incorporação de condutas e rituais persas, se encaixam nessa ótica da busca pela construção de uma nova monarquia pessoal pelo macedônio.

Após a sua vitória em Gaugamela, Alexandre passou a usar o diadema (uma espécie de fita amarrada em sua frente, cujo uso teria sido também reproduzido pelos Sucessores, após estabelecerem seus reinados), um acessório que, ao que tudo indica, não era característico nem à indumentária greco-macedônia, nem à indumentária Aquemênida. Após a conquista do império persa, Alexandre usou o diadema até o dia de sua morte, o que indica que esse acessório pode ser entendido como um símbolo de sua realeza pessoal (HAAKE, 2012, p. 299). Estudos também sugerem que Alexandre adotou o diadema no contexto de sua proclamação como *basileus* da Ásia, e Haake define o seu uso como sendo uma criação situacional no momento de sua emergência, e que apenas manifesta sua vitória e poder após a vitória de Gaugamela (2012, p. 299). Além disso, o fato de Alexandre ter escolhido adotar um símbolo pessoal, nunca antes usado, após a conquista do império persa, e não a tiara vertical, que era o símbolo da monarquia persa, reforça a ideia de que Rei da Ásia não significava Rei da Pérsia (FREDICKSMEYER, 2000, p. 142), e que adoção de símbolos pessoais era mais um aspecto de sua busca pela construção de uma liderança pessoal diferente de seus precedentes.

A conduta política de Alexandre na Ásia também aponta, em diversos casos, para a criação de um novo tipo de estrutura autocrática. É interessante observar, assim, a forma como Alexandre buscou fazer uso de estruturas já existentes no império Aquemênida visando estabelecer uma estrutura de corte que atendesse as necessidades de controle e convívio político, social e militar. Já foi discutido anteriormente a ideia de que a corte macedônia havia se transformado, mais especificamente entre os reinados de Filipe II e Alexandre, numa poderosa instituição política e social, dentro da qual importantes decisões políticas eram tomadas e alianças eram formadas ou mantidas. Após a conquista da Ásia, essa instituição não só cresceu, como também incorporou, pelo que se pode extrair dos relatos, características da corte persa. Neste sentido, Spawforth (2007) afirma que:

O entendimento geral subjacente é que Alexandre desde o início possuía a intenção de manter suas conquistas na Ásia. Isto é demonstrado pela sua manutenção de estruturas persas de controle e exploração assim que o território persa começou a cair em suas mãos (Arr. *Anáb.* 1.17.1): isto é, quaisquer que fossem seus objetivos finais quando ele começou a invasão (da Ásia), ele estava conscientemente envolvido desde o início no que os historiadores modernos chamariam de “construção de um estado”. É nesse sentido que o papel da “corte” merece uma reavaliação. (Spawforth, 2007, p. 82)

É verdade, no entanto, que a perspectiva da *basileia* com base em uma visão de sociedade de corte pode gerar resistência, principalmente quando se considera que tal modelo sociológico tem sido até então associado a monarquias absolutistas modernas. Assim sendo, é válida a preocupação acadêmica com relação à aplicabilidade desse tipo de análise, e até mesmo possíveis anacronismos. No entanto, quando se admite o conceito de corte como uma estrutura sociológica construída em torno do rei e de seu círculo de convívio, e não tanto quanto uma instituição exclusiva aos regimes absolutistas, é possível obter uma maior flexibilidade, bem como uma análise mais aprofundada do império macedônico. Detentora não somente de importância militar como também política e cultural, da qual adivinha não somente as decisões a respeito da administração do império, como também diversas práticas que visavam garantir a sua continuidade e a constante legitimação de um líder autocrático, a corte do rei era um sistema do qual a *basileia* era essencialmente dependente, sobretudo após a conquista dos domínios aquemênidas.

Analisando o reinado de Alexandre sob essa ótica, é possível constatar que ele recorreu não somente à lealdade e à disciplina militar, como também ao fortalecimento de práticas nessa corte de modo a corroborar sua liderança autocrática. Em um dado momento da campanha da

Ásia – provavelmente após a vitória sobre Dario em Gaugamela– Alexandre parece ter compreendido que seria praticamente impossível estabelecer um império sem obter o apoio das elites dos reinos subjugados. Existia, de fato, uma grande resistência por parte dos povos asiáticos em aceitar o domínio macedônico: em 329, após a batalha de Gaugamela, Alexandre teve de lidar com Besso, que havia não apenas assassinado Dario, como também se autoproclamado seu sucessor, assumindo o nome de Artaxexes e também, segundo algumas fontes, a tiara vertical característica ao Grande Rei (Arr. 3.25.3; Q.C. 6. 12-13; Diod. 17.74.2 e 83.7; Xen. 2.5.23; Plut. *Artax.* 26.4), provocando uma rebelião na Bácia (Arr. *Anáb.* 3.25.5-7; Q.C. 6.20-34; Diod. 78.1-4) e invadindo a região da Pártia (Arr. *Anáb.* 4.7.1); entre 327 e 325, Alexandre teve de lidar com insubordinações nas satrapias da Carmânia (Q.C., 9.10.21-29) da Susiana e Paracetanai (Plut. *Alex.* 68.7). Além disso, deve-se ter em mente as numerosas dificuldades em se estabelecer como soberano de um império estrangeiro e totalmente alheio, quando não hostil, às tradições greco-macedônicas. Alexandre provavelmente estava tão ciente de tais empecilhos quanto empenhado em superá-los. É difícil acreditar que seja uma coincidência que tenha sido justamente após a autoproclamação de Besso que Alexandre tenha adotado o título de Rei da Ásia, juntamente com o seu diadema; nesse ponto também, pode-se identificar uma crescente tendência a adotar costumes e vestimentas orientais, assim como em estabelecer uma rede de ligações com as classes dominantes das satrapias conquistadas²⁷, agregando tanto militares quanto nobres persas aos meios antes ocupados exclusivamente por seus conterrâneos.

A questão está justamente em determinar quais eram os objetivos de Alexandre ao introduzir indivíduos persas e seus costumes, ainda que parcialmente, em sua corte e exército. Trata-se de uma tarefa desafiadora determinar com algum grau de clareza o que ele tinha em mente com essas práticas. O que se pode afirmar é que essa conduta serviu como um recurso político no estabelecimento (e, provavelmente, adaptação) da *basileia* sobre os territórios conquistados na Ásia. Acredito que, em contextos nebulosos como esse, nos quais as fontes são ao mesmo tempo escassas e permeadas pela propaganda e por perspectivas unilaterais, uma interpretação mais pragmática seja o mais indicado.

Não há reais indicativos de que Alexandre desejasse edificar um império no qual existisse algum tipo de “irmandade” entre gregos e persas²⁸. No entanto, a qualidade

²⁷ Sobre a adoção das vestimentas persas e o apoio da nobreza: (BOSWORTH, 2001, p. 212-214).

²⁸ Existem diversos argumentos que procuram explicar os objetivos de Alexandre com relação à sua mudança de atitude no oriente, dentre elas a “política de fusão”, que aponta para uma suposta tentativa de formar um império no qual macedônios e asiáticos unir-se-iam formando um novo império. Esta visão foi originalmente desenvolvida por Tarn, cujo trabalho foi amplamente influenciado pela retórica de Plutarco, em sua obra *Sobre a Fortuna e a*

tendenciosa e, por vezes, escassa das fontes não implica a inexistência de políticas e mecanismos de governança criados ou adotados pelo rei. Da mesma forma, não se pode desconsiderar os indícios de que havia de fato uma sociedade que se formava dentro da *basileia*, e que passou a apresentar características cada vez mais acentuadas durante o reinado de Alexandre.

De acordo com Bosworth, a adoção de um protocolo de corte possuía um óbvio valor de propaganda (2001, p. 213). As mudanças trazidas pelo macedônio, tanto na indumentária quanto na organização político-social do núcleo do império, possuíam o objetivo de se fazer reconhecer como soberano de toda a Ásia, frente à relutância de um considerável número de povos que o viam apenas como um invasor estrangeiro. Os eventos, tradicionalmente interpretados como parte de uma “política de fusão”, teriam sido na verdade a forma que o rei encontrara de lidar com a necessidade de estabelecer uma liderança autocrática legítima sobre os domínios conquistados. Isso não significa, no entanto, que o macedônio desejasse estabelecer uma relação de igualdade entre macedônios, gregos e seus novos súditos. Na verdade, um aspecto que fica evidente a respeito das práticas adotadas por Alexandre é a forma como ele constantemente buscou manter os agregados persas em posições distintas – e geralmente subalternas – de seus Companheiros.

Um exemplo dessa distinção pode ser encontrado ao observar as Bodas de Susa: geralmente interpretadas como o ápice de uma suposta política de fusão greco-pérsica, os casamentos contraídos por Alexandre, juntamente com seus Companheiros, foram eventos unilaterais, isto é, somente mulheres persas foram dadas em casamento aos macedônios, não havendo indícios do contrário acontecendo (Bosworth, 2001, p. 217). Ademais, a despeito da suntuosidade tipicamente persa predominante durante a celebração dos casamentos, é importante observar que os macedônios foram mantidos claramente separados dos persas, sendo estes dispostos nos círculos mais distantes do rei, enquanto aqueles dispunham dos lugares mais privilegiados, isto é, mais próximos ao círculo interior da corte. Após a batalha de Gaugamela, os sátrapas persas foram gradualmente removidos de seus postos e substituídos por oficiais macedônios. Isso demonstra claramente a natureza das relações almejadas por

Virtude de Alexandre (BOSWORTH, 2001, p. 200). A teoria de Tarn foi posteriormente criticada e revisada por diversos historiadores que, por sua vez, apresentaram uma leitura mais crítica e, em alguns casos, menos passional das fontes. No entanto, a política de fusão e a suposta unidade almejada por Alexandre é tema constante de discussão acadêmica: (BADIAN, 1958, p. 425-444; 1964, p. 192-205; TARN, 1933, p. 123-166; THOMAS, 1968, p. 258-260).

Alexandre em sua corte: ao contrário de uma “política de fusão”, o macedônio criou uma “política de subordinação”:

Não havia intenção alguma em misturar a nobreza macedônia com a nobreza persa, e se havia algo era a tentativa de mantê-los separados. Os macedônios em particular parecem ter sido designados enquanto raça dominante. Eram eles que monopolizavam os principais comandos, civis e militares, eles casaram com as mulheres da aristocracia persa, eles dominavam a vida na corte. Mesmo quando Alexandre adotava o cerimonial persa os seus macedônios eram destacados como seus acompanhantes e seu quiliarca não era persa, mas seu querido amigo, Heféstion. Em contraste, além de uma elite pequena e cuidadosamente escolhida, os persas não detinham posição de poder na corte e os sátrapas iranianos foram inexoravelmente reduzidos em número à medida que o reinado progredia. O fator que dominava tudo era o conceito pessoal de autocracia de Alexandre. Do início de 332 até o fim de sua vida ele declarou ser o Rei da Ásia. Ele não reconheceu ninguém enquanto seu igual e todos como seus súditos. (BOSWORTH. 2001, p. 219-220)

É claro que essas distinções não foram suficientes para evitar as reações revoltosas do exército macedônico. Fosse quais fossem as intenções do rei, ao adotar os costumes persas em sua corte, os *hetairoi* não pareciam estar dispostos a ir tão longe para legitimar sua supremacia, nem tampouco inclinados a compartilhar a perspectiva do rei quanto às mudanças em sua corte e exército. Deve-se destacar aqui que, em Opis, um dos principais motivos pelos quais o exército se desentendera com o rei foi a decisão de inserir militares iranianos em sua guarda pessoal²⁹, o que pode ser entendido como uma tradição importante entre os macedônios que foi quebrada por Alexandre, a contragosto dos macedônios mais tradicionalistas.

O que se pode extrair disso é que Alexandre não se limitou a reproduzir os costumes persas, nem tampouco a incorporar suas políticas de modo a ser reconhecido como sucessor do império Aquemênida. O que ele buscou fazer, mais provavelmente, foi desenvolver um novo sistema autocrático ou, parafraseando Spawforth, “construir um estado” (2007, p. 82). Para isso, ele fez uso ao mesmo tempo de mecanismos de legitimação militar e também do estabelecimento de uma corte que abarcasse tanto os seus Companheiros e seus Amigos, quanto seus novos súditos. Esses últimos, embora estivessem subordinados aos primeiros, eram fundamentais para que Alexandre pudesse manter os domínios conquistados, evitando rebeliões e se fazendo reconhecer enquanto soberano.

Ademais, o argumento de uma “sociedade de corte” de Alexandre permite demonstrar a importância das conexões, práticas e tradições nela inseridas para a manutenção e sedimentação das conquistas militares, bem como – no caso do convívio entre Alexandre e seus

²⁹ Diod. 17.109.1-3; 111.1-2; Q.C. 10.2.12-4.3; Plut. *Alex.* 71.1-9; Arr. *Anáb.* 7.8.1-12.7; Just. 12.11-12.12.7.

Companheiros – para a conservação da lealdade dos exércitos. Esse argumento não desqualifica, é claro, a ideia da legitimação do *basileus* pela via do triunfo militar. Contudo, a construção de sua autocracia idealizada também a partir de um modelo sociológico de corte, o qual se tornou fundamental para a organização e controle do império macedônico é, sem dúvida, um aspecto que deve ser observado.

É verdade que, quando essas estratégias vieram a falhar, e as recompensas e espólios oferecidos pelo rei não foram mais suficientes para aplacar as revoltas do exército, Alexandre recorreu frequentemente ao uso de seu poder autocrático, e até mesmo ao uso de militares persas, provavelmente com o intuito de pressionar os macedônios a acatarem suas decisões. Além do mais, é difícil determinar até onde as práticas em questão foram fruto de decisões baseadas em uma pragmática política de dominação, e até onde foram fruto da megalomania de Alexandre. Isso, porém, não exclui o fato de que ele buscou, durante seu reinado, não apenas construir um novo tipo de monarquia pessoal, mas também “ajustar” as tradições e instituições macedônicas às novas configurações do império. Essa tentativa pode não ter dado origem a uma unidade administrativa sólida, porém definitivamente abriu os caminhos que instigaram os Diádocos em busca da construção de suas próprias monarquias pessoais.

CAPÍTULO 2

A SUCESSÃO DE ALEXANDRE E OS CONFLITOS NO INTERIOR DA BASILEIA

1- As circunstâncias conturbadas da morte de Alexandre

A morte de Alexandre foi, sem dúvida, o evento que impulsionou a implosão das estruturas até então vigentes de seu império. Os fatores descritos no capítulo anterior levaram não só à fragilização de seu domínio, como também moldaram o cenário político após 323. Os planos de Alexandre, em dado momento, deixaram de ser comuns não só ao exército, saturado de sua dura e interminável campanha, como também à maior parte dos membros de sua corte.

O falecimento do rei originou um cenário de desequilíbrio e divisões políticas e, ainda, nenhum sucessor apto a governar. Alexandre morreu aos 33 anos de idade, deixando um legado cujas estruturas estavam profundamente comprometidas. Os conflitos internos e a própria resistência do oriente em aceitar um governo estrangeiro, que havia se imposto sobre diferentes povos de forma tão violenta e invasiva, eram apenas alguns elementos da situação babilônica que tomava corpo no seio do império alexandrino. Como constatado, os dias finais de Alexandre na Babilônia dizem tanto sobre Alexandre quanto sobre seus generais (FOX, 1974, p. 461).

Abalado pela morte de Heféstion, os afazeres do rei se dividiam entre os planos para o suntuoso funeral de seu companheiro e a preparação para uma nova campanha no Oriente Médio³⁰. O comportamento do rei, nessa época, já demonstrava fortes sinais de perturbação: o exército se encontrava à beira de um colapso e crises políticas se instalavam por todo o império; somados a isso, a perda de seu *philos* mais próximo e seu enfraquecimento físico devido às várias batalhas travadas durante a última campanha eram fatores que naturalmente fragilizaram a saúde do macedônio.

Existem vários dilemas concentrados nesse cenário, a começar pela forma como Alexandre morreu. A *causa mortis* do rei é, até hoje, uma inesgotável fonte de dúvidas e hipóteses para a historiografia. Diversos pesquisadores vêm buscando apresentar versões consistentes para a morte do macedônio, divergindo entre as numerosas possibilidades que se pode extrair a partir das fontes. Essa discussão, por um lado, é interminável no que diz respeito a determinar o que de fato provocou a morte prematura do rei. As hipóteses variam entre possíveis causas naturais e doenças endêmicas, sequelas advindas dos hábitos e ferimentos

³⁰ Diod. 18.4.1-6; 19.12-5; Q.C. 10.1.17-19; Arr. *Anáb.* 7.1.1-4; 16.1-4; 19.3-20.10 cf. Diod. 17.114.1-116.1; Plut. *Alex.* 72.3-5; Arr. *Anáb.* 7.14.7-23.6-8; Just. 12.12.12.

excessivos, e até mesmo conspirações da própria corte do rei³¹. Obter uma resposta que coloque fim a essas questões é praticamente impossível, considerando a impossibilidade de comprovação de qualquer uma delas. No entanto, existem nesse cenário elementos extremamente relevantes para a compreensão dos arranjos políticos que estariam por vir.

O primeiro desses elementos é o alto grau de desconfiança presente na corte macedônia, já mencionado no capítulo anterior. Fosse por meio de artifícios políticos criados pelo próprio rei de modo a garantir o controle em meio a uma corte competitiva e hostil, ou fosse por meio de conspirações e jogos mentais originados no interior de sua corte, o império de Alexandre havia se transformado em um barril de pólvora. É verdade que, à medida em que Alexandre tornava-se cada vez mais arbitrário em seu comportamento e decisões, ele também se tornava mais paranoico. Talvez o macedônio conhecesse bem seus generais e a natureza política macedônia ou, quiçá, temesse que o sistema que ele próprio alimentara por anos estivesse fugindo ao seu controle; o fato é que, em seus momentos finais de vida, a atmosfera que cercava o rei e sua corte era perceptivelmente conflituosa.

Diretamente relacionado, havia a inquietante, porém, inegável realidade na qual se encontrava a situação político-administrativa do império. Na Ásia, os territórios subjugados pela força do exército de Alexandre oscilavam entre a relutante aceitação de um novo soberano ante a morte ou submissão de seus antigos governantes, e focos de revolta em diversas regiões. Na Grécia, as cidades-estados demonstravam crescente insatisfação com as interferências de Alexandre em sua política interna, sendo a decisão de reintroduzir os soldados exilados enviados por ele em suas cidades de origem a mais problemática delas (Diod. 17.109.1; Q.C. 10.2.4-7; Just. 13.5.1-7)³². Na Macedônia, Antípatro lutava para manter a hegemonia macedônia em meio a insurreições de Esparta e da Trácia; ainda, a inimizade entre o general e a mãe de Alexandre, a rainha Olímpia, havia chegado a seu ápice com a morte de seu filho³³.

A esses elementos soma-se também a insubordinação do exército macedônico, que aparentemente desejava o fim da longa campanha da Ásia. Em duas ocasiões, Alexandre passou por sérios desentendimentos com seus soldados, os quais se encontravam extremamente insatisfeitos com as decisões e com o comportamento de seu líder.

³¹ (ENGELS, 1978, p. 224–228; cf. BOSWORTH, 1971, p. 112–136 e ATKINSON, 2009, p. 23–46).

³² Esta decisão teria sido uma das principais motivações que levaram aos levantes das cidades gregas durante a Guerra Lâmica (Diod. 18.8.2.7).

³³ Olímpia, ao que tudo indica, era uma das maiores defensoras dos rumores de que a morte de Alexandre havia sido premeditada por Antípatro (Diod. 17.117.5-118.2; Q.C. 10.10.14-19; Plut. *Alex.* 77.2-5; Arr. *Anáb.* 7.27.1-3; Just. 12.4.1-9).

Ademais, é preciso considerar os problemas e indagações que surgem a partir da análise das fontes que relatam os acontecimentos na Babilônia em 323. Além do fato de que nenhum dos documentos que chegaram ao nosso conhecimento até então eram contemporâneos ao período em questão, deve-se considerar também que esses mesmos relatos foram amplamente utilizados não só como fonte de preservação histórica dos acontecimentos, mas também como mais uma arma na disputa por poder e legitimação entre os diádocos na disputa pelo império alexandrino.

Com base nessas fontes, diversas teorias acerca da morte de Alexandre emergem. A maioria dos escritores aos quais se tem acesso relatam que Alexandre faleceu devido à febre que o acometeu após ter participado de um banquete oferecido por um de seus amigos, Médico, tendo nessa ocasião ingerido uma grande quantidade de vinho não misturado. Plutarco, cabe notar, chega a afirmar ter praticamente parafraseado os relatos das Efemérides³⁴, após dar uma descrição das atividades de Alexandre durante os dias que sucederam o banquete até o momento de sua morte (*Alex. 77*). Entretanto, os rumores de que ele teria falecido devido a causas não naturais, isso é, um provável envenenamento, permeiam todos os registros, sendo acreditados ou não pelos próprios escritores. Justino, por sua vez, é o único a se posicionar contrariamente às demais fontes, alegando que Alexandre fora realmente vítima de uma conspiração, apontando ainda os possíveis responsáveis e suas razões:

Amici causas morbi intemperiem ebrietatis disseminauerunt, re autem uera insidiae fuerunt, quarum infamiam successorum potentia oppressit. Auctor insidiarum Antipater fuit, qui cum carissimos amicos eius interfectos uideret, Alexandrum Lyncestarum, generum suum, occisum, se magnis rebus in Graecia gestis non tam gratum apud regem quam inuidiosum esse, a matre quoque eius Olympiade uariis se criminationibus uexatum. Huc accedebant ante paucos dies supplicia in praefectos deuictarum nationum crudeliter habita. Ex quibus rebus se quoque a Macedonia non ad societatem militiae, sed ad poenam uocatum arbitrabatur. Igitur ad occupandum regem Cassandrum filium dato ueneno subornat, qui cum fratribus Philippo et Iolla ministrare regi solebat.

Seus companheiros relataram que a causa de sua doença foi o excesso na bebida, mas na realidade foi uma conspiração, cuja infâmia o poder de seus sucessores lançou no esquecimento. O autor desta conspiração foi Antípatro, que, vendo que seus companheiros mais próximos haviam sido executados, que Alexandre Lincestes, seu genro, havia sido cortado, e que ele próprio, depois de seus importantes serviços na Grécia, era mais invejado do que apreciado pelo rei, e era também importunado por várias incumbências de sua mãe Olímpia; considerando, também, as severas penalidades infligidas, alguns

³⁴ As Efemérides Reais eram diários nos quais eram registradas as atividades do rei e os acontecimentos que tomavam lugar em sua corte. Provavelmente foram escritas por seu secretário, Eumenes.

dias antes, aos governadores das nações conquistadas, e doravante imaginando que ele havia sido chamado da Macedônia, não para tomar parte na guerra, mas para sofrer o castigo, secretamente, de modo a antecipar-se a Alexandre, proveu seu filho com veneno, que, com seus irmãos Filipe e Iolas, era encarregado de servir o rei à mesa. (Just. 13. 10 - 14.6)

Algumas questões pertinentes surgem com a análise desses documentos. A primeira é a existência de uma forte propaganda nesses relatos. A maioria de seus autores originais presenciaram ou mesmo protagonizaram as guerras dos Sucessores nas décadas posteriores à morte de Alexandre. Logo, é razoável supor que muitas dessas fontes tenham servido também como ferramentas políticas nas mãos dos generais, em sua busca por legitimação e supremacia ante seus adversários.

A adulteração dos relatos a respeito da morte de Alexandre de fato pode ter servido como propaganda pelos Diádocos. Contudo, não necessariamente indicam ter havido de fato uma premeditação por parte dos generais da morte do rei e da posterior divisão de seus domínios. Considerando que outros escritos foram produzidos, no futuro, com intenção de incriminar Antípatro, é possível que o general tenha feito uso das Efemérides como mero instrumento de defesa, sobretudo se levamos em conta a grande comoção gerada pela notícia da morte do rei. Isso também pode ser dito a respeito dos demais generais, que, diante de todos os rumores que percorriam rapidamente a Grécia, a respeito de possíveis conspirações para assassinar o rei, trataram de distanciar-se do ocorrido, de modo a não prejudicar sua imagem perante aqueles que desejavam governar.

Como já dito, determinar com clareza o que tirou a vida de Alexandre é algo que dificilmente levantará mais do que hipóteses. Envenenamento, álcool excessivo ou febre estão entre as possibilidades mais trabalhadas pelos historiadores atuais. Todas elas, de certa forma, se encaixam bem no momento vivido pelo rei: crise política no império e perda de apoio dos generais, hábitos excessivos e saúde (física e emocional, ao que tudo indica) fragilizada, além de um ambiente geográfico usualmente endêmico para diversos tipos de doenças.

Outro fator imediato importante que, no entanto, é difícil de determinar, é como o império reagiu à morte de seu soberano. A forma como o império macedônico perdera seu rei em 323 foi inédita de muitas maneiras, dentre elas, o fato de boa parte de sua corte e exército estarem concentrados em uma terra estrangeira e distante do tradicional núcleo do império, isto é, a própria Macedônia. As fontes descrevem, com evidentes discrepâncias, as negociações sobre a sucessão na Babilônia, bem como alguns dos acontecimentos diretamente provocados pela morte de Alexandre.

Dentre eles, faz-se necessário destacar a comoção do exército diante da notícia de que seu rei se encontrava em estado moribundo, tendo invadido sua câmara em revolta ante a ideia de perder seu soberano. Na Ásia, a notícia da morte de Alexandre foi o estopim para que regiões já antes relutantes em aceitar o seu domínio encontrassem sua oportunidade para insurgir e libertar-se do jugo macedônico; na Grécia, as cidades gregas, já descontentes com as interferências de Alexandre em sua política, uniram-se em um grande levante que ficaria conhecido como as Guerras Lâmicas. Na Cilícia, Crátero recebera a notícia da morte do rei enquanto se preparava para retornar à Macedônia com os 10.000 veteranos dispensados de seu serviço por Alexandre, sob as ordens de substituir Antípatro em sua função de *strategos* da Macedônia (Diod. 17.109.1-3, 111.1-2; Q.C.10.2.12-4.3; Plut. *Alex.* 71.1-9; Arr. *Anáb.* 7.8.1-12.7; Just.12.114-13.10). A morte de Alexandre, por sua vez, não apenas suspendeu essa missão, como também provavelmente fez com que o general ficasse isolado e, conseqüentemente, impossibilitado de tomar parte nas decisões tomadas na Babilônia.

Na Macedônia, Antípatro tentava controlar, com seus recursos limitados, uma insurreição na Trácia, ao mesmo tempo em que lidava com a desconfiança crescente do clã Argéada, sobretudo da rainha Olímpia. As fontes pouco falam a respeito de como os demais membros da corte receberam a notícia da morte de seu jovem rei, no entanto, é certo que o evento contribuiu mais do que nunca para o antagonismo já existente com Olímpia e os demais membros do clã Aécida. Quanto a esta última, a julgar pelos relatos das fontes e pelos incansáveis esforços futuros da rainha tanto em preservar a linhagem de seu filho, quanto em eliminar clã de Antípatro, é muito provável também que ela tenha sido uma das principais defensoras convictas da ideia de que seu filho havia sido vítima de uma conspiração encabeçada por Antípatro e sua prole.

É impossível negar que a morte do rei tenha chegado em um momento mais que oportuno para muitos; no decorrer da história, vemos relatos tomarem rumos diferentes na medida em que mudam também aqueles que estão disputando pelo poder político supremo, e isso se torna especialmente delicado no caso de Alexandre. As fontes são bastante reticentes e os rumores sobre envenenamento não aparentam ter surgido deliberadamente. Ao contrário, aparentam terem sido registrados com um ou mais propósitos, tendo provavelmente alimentado a propaganda criada pelos Diádocos.

Esses, porém, são apenas alguns fios no grande emaranhado de eventos e reviravoltas que caracterizam as décadas após a morte de Alexandre. Justamente por estas razões é necessário analisar as dinâmicas políticas e sociais que moldaram esses acontecimentos, e que,

por conseguinte, definiriam o futuro do império. Essas circunstâncias expõem não só a natureza das relações entre os Sucessores de Alexandre, como também as mudanças que estariam por vir com as novas configurações dos domínios macedônicos e da *basileia*.

2- As negociações na Babilônia

O acordo da Babilônia foi o resultado de um caótico conjunto de deliberações. Distante da Macedônia, tradicional núcleo do império, as decisões ali tomadas definiriam o futuro imediato dos domínios macedônicos, bem como marcariam o início de um período de transição de eras. A Babilônia, antigo cenário de reviravoltas históricas, seria agora o centro político do império de Alexandre. Em vida, ele havia conquistado um império sob o rigor do triunfo militar e a desconfiança de uma corte competitiva e hostil; sem sucessores aptos a governar nem mesmo orientações de como proceder após sua morte, seus domínios se tornariam palco de vorazes disputas entre seus generais pelas próximas décadas. O resultado seria não apenas o surgimento de novas dinastias provenientes da divisão do império, como também o desaparecimento da linhagem Argéada.

A habilidade de Alexandre em manter o controle de um império tão vasto estava mais ligada à sua personalidade do que às suas habilidades administrativas (ANSON, 2013, p. 181). Embora tanto Alexandre como seu pai tivessem buscado estabelecer estruturas e alianças mais sólidas que garantissem uma maior segurança aos seus domínios, a *basileia* estava fortemente atrelada ao elemento carismático e à lealdade militar adquirida por meio daquele. Por conseguinte, o desaparecimento repentino do *basileus* gerou uma onda de choque que desestruturou por completo os alicerces do vasto, porém frágil império macedônico. Embora alguns de seus generais tenham vindo a se tornar líderes excepcionais, formando novas dinastias e fortalecendo seus domínios, nenhum deles conseguiu a hercúlea tarefa de manter o legado de Alexandre unificado. Justino relata que, em seus últimos momentos de vida, Alexandre ter-lhes-ia perguntado “onde eles encontrariam um rei como ele?” (12.15.5-6). De fato, isso provou ser impossível, pois nenhum de seus Sucessores fora capaz de controlar as forças que viriam emergir e se confrontar durante o que ficaria conhecido como “os jogos fúnebres de Alexandre” (Diod. 18,1.4).

A morte do rei viria acompanhada de intensas agitações. Além do agravamento das crises em várias satrapias, os Sucessores teriam de lidar com os interesses das demais esferas da *basileia*, tais quais o exército e os membros da corte dispersos ao longo do império. Além disso, havia ainda forças a se considerar que, em pouco tempo, revelariam ser mais ameaçadoras

do que o esperado. Bosworth estipula que, na ocasião da morte de Alexandre, havia três núcleos de poder dispersos no império, sendo eles o próprio rei, juntamente com sua corte e grande parte do exército, na Babilônia, Crátero e os 10.000 veteranos enviados de volta à Macedônia, porém alocados temporariamente na Cilícia, sendo esta região também a sede do tesouro real; e Antípatro, vice-rei de Alexandre e detentor do comando na Macedônia (2002, p.6). No decorrer de 323, no entanto, esta situação mudaria bastante. Evidentemente, aqueles que estavam presentes na Babilônia durante as negociações obtiveram visível vantagem nas divisões de poder em detrimento daqueles que se encontravam distantes. Isso não significa necessariamente considerar que esses últimos fossem peças descartadas do jogo, mas sim que os trâmites iniciais privilegiariam aqueles que melhor tiveram condições de garantir a defesa de seus interesses.

Dentre os efeitos provocados pela morte de Alexandre estava o colapso do exército macedônico. Pode-se dizer que esse já fosse um desdobramento esperado, devido a uma série de indicativos anteriores. A campanha da Ásia provocara visíveis mudanças no comportamento do exército, o qual se tornava cada vez mais insurgente com relação às decisões do rei; esse, por sua vez, conseguiu manter essas esferas sob o controle de uma efêmera unidade sustentada em parte por seu carisma e pelo renome Argéada, e em parte pelas generosas recompensas oferecidas e pelo controle autocrático. Seus sucessores, no entanto, encontrariam grandes dificuldades ao tentar realizar a mesma tarefa.

Somando-se a isso, havia o latente problema da sucessão. Alexandre havia contraído matrimônio com três nobres persas: Roxana, filha do sátrapa da Bactria, Oxiartes; Estatira, filha de Dario III e, segundo algumas fontes, Parisátide II, filha de Artaxerxes III. Destas, apenas sua primeira esposa, Roxana, havia engravidado de Alexandre. Havia ainda sua concubina, Barsine, uma nobre persa filha de Artabazo, com quem Alexandre se unira no início de sua campanha, tendo com ela um filho, Hércules. Por último, Alexandre possuía também um meio irmão, Arrideu, filho de seu pai Filipe II com Filina de Lárissa, uma mulher da Tessália cujas origens as fontes mais tradicionais afirmam ser “obscuras”, porém muito provavelmente pertencia a uma linhagem nobre³⁵.

Três possíveis herdeiros, nenhum apto a governar. Existiam fortes empecilhos que impediam que qualquer um deles fosse de fato aclamado como rei. A criança de Alexandre e

³⁵ Filina é geralmente descrita como uma dançarina e prostituta pelas principais fontes; no entanto, Heckel (2006, p. 208) argumenta que tal descrição se trata muito provavelmente de adulações posteriores de modo a desacreditar Filipe III e seus guardiões. Uma vez que o casamento de Filipe com Filina possuía muito provavelmente o objetivo de firmar os laços com os tessálios, é muito mais provável que ela pertencesse à aristocracia local.

Roxana ainda não havia nascido (estima-se que ela estivesse grávida de 6 ou 8 meses quando seu marido faleceu), e não havia como saber o sexo ou mesmo se a criança nasceria com saúde suficiente para herdar o trono. Hércules, então com 17 anos de idade, estava em desvantagem em função de sua linhagem, sendo ele filho de uma concubina e não de uma esposa legítima e de origem grega. Arrideu, por sua vez, estava já em idade adulta e carregava consigo o sangue Argéada, no entanto, sofria de uma incurável doença mental desde criança, que o incapacitava de governar de forma independente.

Tais eram as condições dos herdeiros da dinastia Argéada. Os generais que se encontravam na Babilônia seriam os encarregados da espinhosa tarefa de definir quem estaria à frente do império, e teriam de fazê-lo em meio às condições babélicas que se manifestavam no decorrer das negociações. Se a campanha de Alexandre na Ásia havia iniciado um complexo processo de transformações, a sua morte viria a intensificar este processo. O acordo da Babilônia foi um claro expoente disso. Após o acordo, os domínios alexandrinos passariam a ter não apenas um, mas diversos aspirantes a soberanos que, através de suas numerosas batalhas, alianças e conspirações, traçariam as matrizes de uma nova era. O desaparecimento do *basileus* foi o impulso inicial para este novo ciclo, porém não foi o único fator que o possibilitou; no decorrer da expedição da Ásia, em como nas décadas seguintes à morte de Alexandre, é possível identificar que mudanças graduais em todas as esferas da *basileia* influenciaram direta e indiretamente sobre os resultados destas incessantes disputas pelo controle do império. Uma delas – e talvez a mais visível – foi a mudança no comportamento e influência dos exércitos nos processos decisórios, já bastante destacada durante os últimos anos de vida de Alexandre e definitivamente durante as discussões a respeito da sucessão. O papel desses homens constitui inegavelmente uma peça-chave para a compreensão dos arranjos dos diádocos nesse intrincado quebra-cabeça político e, dessa maneira, será o primeiro a ser discutido.

2.1 – A influência militar: uma importante variável

Não é estranho que a relação entre Alexandre e o exército macedônico estivesse mais do que saturada nos anos finais da campanha da Ásia. Pode-se dizer que a relação entre Alexandre e seus soldados era uma faca de dois gumes. Se, por um lado, as últimas decisões de Alexandre causaram profundo mal-estar e revolta, por outro, a ausência de um rei com capacidade suficiente para governar levou seus homens a um estado de evidente desorientação. A resposta dos militares à morte de seu rei e comandante variou entre estados de lástima, dúvida

e revolta. Com o *basileus* vivo, os soldados, embora bastante insatisfeitos, possuíam ainda uma figura centralizadora que representava a tradição da dinastia Argéada, no poder há mais de 300 anos; além disso, Alexandre carregava consigo as conquistas do triunfo macedônico desde a morte de seu pai; por fim, as conquistas alcançadas sob sua liderança na Ásia, juntamente com os numerosos espólios e recompensas advindas dessas batalhas, eram significativas. Em contrapartida, nada disso foi suficiente para evitar que esses mesmos homens, desgastados por uma campanha aparentemente interminável, se rebelassem em diversas ocasiões.

A atuação do exército durante as negociações em 323 foi inegavelmente um fator diferencial sobre as decisões que levaram à escolha dos sucessores. Não só o contexto do falecimento do rei fora atípico, mas também a forma como os soldados reagiram se revelou uma força poderosa e imprevisível. Logo ao saber do estado moribundo de Alexandre, os soldados, a despeito das ordens de seus superiores, invadiram os aposentos onde se encontrava o rei, aflitos por averiguar sua condição. Com a sua morte, os soldados macedônios demonstraram ainda um forte apelo pela dinastia Argéada, gerando mais um levante e possibilitando a aclamação de um dos filhos de Filipe, Arrideu, meio-irmão de Alexandre. A explicação para o comportamento do exército, insurgente sob o comando de Alexandre, e mais ainda em sua ausência, reside em grande parte na análise da disciplina militar e dos costumes macedônicos.

Primeiramente, é importante observar a percepção do exército para com o *basileus*, construída ao longo dos anos de treinamento e companheirismo em campo de batalha, e também pela imagem construída pelo rei. O triunfo militar, embora essencial, era um entre vários elementos que influíam sobre a legitimação de um líder; dentro do contexto militar macedônico, havia um conjunto de valores e condutas instituídos que visavam estabelecer vínculos entre o rei e seus soldados.

2.1.1- A disciplina militar macedônica

O passado mítico e a reputação heroica são dois componentes importantes dentro dessa construção. Em diversos momentos, é possível identificar como Alexandre busca se apresentar sob essa imagem diante de sua corte e exército, comportamento que fica cada vez mais evidente à medida que os macedônios acumulavam vitórias sobre o império asiático. Inseridos nisso, encontram-se elementos de sua educação e de sua herança familiar. A educação de Aristóteles foi responsável pela disseminação de vários princípios no que se diz respeito à honra e às virtudes esperadas de um nobre macedônio. Através das evidências literárias, é possível perceber uma associação entre a “monarquia heroica” de Aristóteles (King, 2010, p. 379-380)

e a natureza da monarquia macedônia³⁶. Até onde Aristóteles e a academia de Platão influenciaram a monarquia macedônia é difícil dizer; porém, é provável que, no caso de Alexandre, a educação fornecida por Aristóteles tenha sido não mais do que parte de seu currículo como pajem real³⁷, juntamente com outros jovens nobres (KING, 2010, p. 380). A importância desta formação filosófica, levando em conta a natureza pragmática e militarizada da monarquia macedônia, era o desenvolvimento de uma conduta e imagem desses futuros líderes dentro dos parâmetros que garantiam legitimação e lealdade frente a seus subordinados e aliados:

A realeza sob Filipe II e Alexandre era muito mais inclinada ao guerreiro heroico do que ao rei filósofo, embora ambos mantivessem filósofos na corte. Tendo subido ao poder em tempos de sérias ameaças externas, Filipe revitalizou a organização militar e em uma campanha atrás da outra liderou o exército na conquista e expansão, lutando na frente de batalha (Diod.16.4.5) e sofrendo os mesmos riscos que seus homens (Diod. 16.34.5). Era um estilo de monarquia que era mais efetivo para ganhar a lealdade dos soldados, a quem ele recompensava generosamente. (KING, 2010, p. 380)

Após a morte de Filipe, Alexandre resgatou constantemente sua memória, seguindo um modelo similar de liderança em campo de batalha e ganhando com isso o apoio tanto dos soldados, quanto dos oficiais mais antigos. Além de seguir o costume dos reis macedônios de estar sempre à frente em campo de batalha, Alexandre frequentemente escolhia passar pelas mesmas provações que seus soldados³⁸. Estas atitudes geravam, conseqüentemente, um forte sentimento de companheirismo entre o rei e seu exército, reforçando a imagem carismática do *basileus*.

O passado dinástico do rei e a conexão com o mundo religioso também eram importantes componentes da imagem emulada pelo rei. Em várias ocasiões, Alexandre fez uso de sua suposta descendência do herói homérico Aquiles, uma herança mítica advinda de sua família materna que ele constantemente alimentava, com o intuito de fortalecer a sua imagem enquanto um líder guerreiro e aparentemente invencível; ele também presidia rituais religiosos, sacrifícios e festividades, seguindo a tradição macedônia na qual os monarcas possuíam uma função sacerdotal. Tudo isso servia para aproximar o *basileus* de seus soldados, criando

³⁶ Essa associação pode ser evidenciada ao analisar o discurso de Calístenes a respeito das características heroicas da monarquia macedônica (Arr. *Anáb.* 4.11.6 e de 7.9.1).

³⁷ Ver Capítulo 1, tópico 1.1- A organização da corte macedônica e seu desenvolvimento sob Alexandre, p. 6.

³⁸ “Os reis macedônios muitas vezes demonstravam uma preocupação quase paternal por suas tropas, fossem motivados por razões políticas ou pelos fatores emocionais aos quais as fontes frequentemente atribuem aos reis, ou ambos.” (CARNEY, 2015, p. 34). Exemplos de ocasiões como estas podem ser conferidos em Arr. *Anáb.* 1.16.5, 2.12.1.

importantes vínculos que inspiravam não apenas subordinação, mas também admiração e até mesmo uma reação emocional entre as partes.

Somados a esses fatores, o triunfo militar contínuo de Filipe e Alexandre e a promessa de generosos espólios e glórias advindas das batalhas tornavam carreira de um soldado greco-macedônio bastante atraente. Muitos destes homens possuíam origens provinciais, e o alistamento nos exércitos passou a ser, sob Filipe e Alexandre, uma oportunidade de ascensão social; somados a eles, havia também o grande número de mercenários, atraídos para essas campanhas por razões similares:

Para estender a cooperação de unidades regionais para além da percebida crise, Filipe teve de ganhar recompensas para doar a todas as companhias do exército. Tais recompensas associadas a incentivos provavelmente cimentariam o laço de lealdade entre uma assembleia do exército mais diversificada, tirada de regiões além do núcleo do reino, e seu comandante Argéada. E na medida em que havia uma necessidade constante de uma força permanente, a carreira como um soldado poderia ser preferível à de um pastor nas terras montanhosas. (THOMAS, 2008, p. 145)

A vida militar sob Filipe e Alexandre transformou-se em uma carreira de longo prazo. As constantes invasões à macedônia geravam um sentimento de perigo comum entre a população, levando os jovens a alistarem-se constantemente ao exército (THOMAS, 2008, p. 141); além de um rigoroso treinamento, os soldados eram também submetidos a um sistema de recompensas e punições (CARNEY, 2015, p. 31), sendo que as primeiras eram responsáveis tanto por atrair novos recrutas, quanto por fazê-los permanecer no exército por longos períodos de tempo; as segundas, por sua vez, provavelmente tornavam o exército macedônico menos propenso a episódios de desobediência, deserção e rebeldia, tendo em vista a rigorosidade dos castigos aplicados. Havia claramente um grande esforço por parte do *basileus* em construir uma relação de lealdade com seus soldados pois, afinal, o sucesso militar dependia em grande parte da disposição e confiança mútua entre os homens para superar desafios particularmente difíceis. A habilidade de usar a oratória e o exemplo da imagem pessoal de modo a influenciar e controlar as tropas era, portanto, um fator bastante valorizado tanto por Filipe, quanto por Alexandre (CARNEY, 2015, p.34). Aqui, é interessante perceber que em várias ocasiões a capacidade de diálogo com os soldados e o poder de persuasão do *basileus* era muitas vezes crucial tanto para encorajar os homens à iminência de uma batalha, como também para contornar situações críticas na qual os mesmos encontravam-se em estado de insatisfação, indisciplina ou mesmo revolta.

A disciplina militar macedônica, embora inserida em um contexto político autocrático, tinha por base fatores que iam além da obediência estrita, tais quais a disseminação e o enaltecimento das virtudes homéricas e das tradições greco-macedônicas; a perspectiva de crescimento profissional ao longo da carreira militar, como a possibilidade de promoções e bônus mediante êxito ou atuações de destaque; a realização de celebrações, tanto religiosas quanto festivas, de modo a contrabalancear os rigores do treinamento e do campo de batalha e, sobretudo, a construção de uma relação de lealdade entre o rei e os soldados. Essas estratégias, se bem-sucedidas, intensificavam o caráter carismático da autoridade do *basileus*. No decorrer da campanha da Ásia, no entanto, tais práticas não apenas foram estendidas aos seus limites, como também deram espaço para modificações que se tornariam evidentes ao fim da era alexandrina.

A campanha da Ásia foi responsável não apenas por distanciar os militares macedônicos da vida campesina do norte do Egeu, como também os inseriu em uma realidade totalmente distinta da qual estavam habituados, não apenas em aspectos culturais, mas em amplitude material e social. Em 331, após a vitória sobre Dario, os macedônios adentraram pela primeira vez a suntuosa cidade da Babilônia, tendo lá permanecido por cerca de um mês (Diod. 17.64.3; Arr. 3.16.1-5). Durante esse período, os homens de Alexandre experimentaram um mês de descontração, festividades e banquetes, sustentados por toda a suntuosidade e pelas riquezas no império persa. É provável que, nesse momento, Alexandre estivesse no auge de sua liderança entre seus conterrâneos. As glórias do sucesso em batalha e os espólios e recompensas vindos delas deixaram de ser satisfatórias, porém, quando as decisões autocráticas do rei foram de encontro com os limites das tropas em uma campanha que, para muitos, revelava-se interminável.

À medida que o rei insistia em continuar avançando no continente asiático, absorvendo – por razões práticas ou pessoais – os costumes e comportamentos dos povos a ele submetidos, o sentimento de identificação e lealdade do exército macedônico para com ele decrescia. Ao mesmo tempo, como consequência direta desse fenômeno, cresciam os episódios de insatisfação e indisciplina generalizada entre os soldados, chegando a resultar, por duas vezes, em situações que levaram a levantes e sérios conflitos com o comando do *basileus*. De acordo com Carney, os problemas de Alexandre com suas tropas advinham do papel central do rei e sua personalidade na disciplina do exército:

À medida que o exército se tornava cada vez menos macedônio (talvez apenas um sexto de toda a força) e mais mercenário, a lealdade à pessoa do rei tornou-

se o único fator unificante. Problemas de desenvolveram, como havemos de ver, no relacionamento de Alexandre com o exército. De certa forma, Alexandre exigia que suas tropas absorvessem suas características pessoais; conforme a campanha se arrastava, suas tropas não mais conseguiam manter o seu nível de energia, disciplina e resolução frente às infindáveis dificuldades e demandas em uma terra estranha. (2015, p. 36)

Os problemas em questão chegaram ao seu ápice nos dois levantes do exército, em 326 e 324³⁹. Embora a historiografia tradicional os descreva enquanto “motins”, já existe uma visão acadêmica que sustenta que esta descrição é um fruto de uma visão errônea sobre o exército macedônico e seus aspectos disciplinares. Essa perspectiva, segundo Carney, teria sido fruto da influência do contexto romano dos escritores de grande parte das fontes as quais temos acesso e da definição moderna de disciplina militar, ambas ligadas à noção de obediência estrita por parte dos soldados (2015, p. 28-30; 37-38). O exército macedônio funcionava de uma forma distinta dos exércitos grego e romano e, assim sendo, possuíam noções diferenciadas do que consideravam ser indisciplina e insubordinação. Os dois levantes em questão não teriam sido motins – termo que, inclusive, é mais uma adaptação inadequada do que uma tradução fiel das expressões encontradas nas fontes – mas sim momentos de sérios atritos e tensão entre o exército e o rei. A disciplina macedônica era composta pela junção de valores que envolviam a masculinidade, a bravura (ἀνδρεία) e a excelência competitiva (ἀρετή), assim como era também o resultado do poder de persuasão do rei, fosse pela via indutiva, fosse pela via coercitiva. Assim sendo, embora o exército macedônico estivesse inserido em um meio autocrático, e fosse mais provavelmente mais focado na obediência do que os exércitos gregos, pode-se entender que esses ditos “motins” (no sentido estrito de desobediência e não cumprimento de deveres) foram, na verdade, episódios de crise no vínculo entre o *basileus* e seus soldados, uma vez que tanto seus interesses quanto as bases sobre as quais a conduta militar macedônica fora construída se encontravam em xeque.

Essa crise, por sua vez, levaria à transformação do papel do exército nas decisões políticas tomadas no interior da *basileia*. A natureza cada vez mais mercenária do exército e o rompimento das tradições entre o rei e suas tropas teria como consequência não só o enfraquecimento da identificação com o líder, como também a mudanças dentro de uma das instituições mais importantes para a garantia da disciplina e lealdade das tropas: a assembleia do exército.

³⁹ Diod. 17.93.2–95.2; Just. 12.8.10–17; Plut. *Alex.* 62; Q.C. 9.2.1–3.19; Arr. *Anáb.* 5.25.1–29.1; Arr. *Ind.* 15.1.27, 32 cf. Arr. *Anáb.* 7.8.1–12.4; Diod. 17.108.3, 109.1–3; Plut. *Alex.* 71.1–5; Just. 12.11.5–12.10; Q.C. 10.2.8–4.2.

2.1.2- A crescente força das assembleias militares na *basileia*

A modificação das assembleias do exército refletiu o colapso das antigas estruturas da *basileia* diante dos contínuos conflitos entre o poder autocrático do rei e a vontade de suas tropas. Ao longo da campanha da Ásia e, principalmente, após a morte de Alexandre, esses eventos adquiriram cada vez mais influência sobre os processos decisórios, marcando assim um processo de transformação substancial de suas características. A evolução destes eventos também está diretamente relacionada à inclinação do exército macedônico em obedecer às ordens do *basileus*. Pode-se dizer que o crescimento do poder das assembleias é inversamente proporcional à autoridade absoluta do rei sobre o exército, isto é, quanto menos conectadas estavam as duas partes, mais acaloradas e agressivas tornavam-se essas reuniões.

Até a derrota de Dario em 330, não há evidências conclusivas que apontem para a existência de algum poder decisivo inerente às assembleias. A partir dessa data, no entanto, nota-se um considerável aumento no número de assembleias realizadas entre o rei e o exército (ANSON, 1991, p. 230-231). Existem alguns elementos que justificam esse fenômeno. O primeiro deles é a própria derrota de Dario. Ao vencer o imperador persa e assumir o controle do núcleo de seus domínios, é provável que muitos soldados tenham pensado que a expedição da Ásia estivesse próxima de seu fim. Consequentemente, Alexandre precisou recorrer a seu potencial argumentativo de modo a convencer os soldados a seguir adiante. Quando levamos também em consideração o crescimento do número de mercenários e soldados provenientes de regiões além da Macedônia, percebe-se que esta necessidade de persuasão era intensificada pelo enfraquecimento do sentimento de unidade regional. Em compensação, a necessidade de fortalecer a ligação entre o *basileus* e seus soldados pela via carismática tornava-se cada vez maior. As mudanças substanciais percebidas nas assembleias foram uma consequência direta dessas relações.

Pode-se dizer que, em grande parte, o processo de transformação das assembleias em eventos munidos de poder político decisório foi iniciado pelo próprio rei. Primeiro, essas reuniões não eram usualmente convocadas pelos soldados, mas sim pelo *basileus*, com objetivos que se voltavam cada vez mais para o convencimento e o encorajamento das tropas; extraordinariamente, quando havia assuntos críticos em questão, essas assembleias eram também convocadas de maneira discricionária pelo rei, a depender das circunstâncias e de sua necessidade de legitimar suas decisões⁴⁰. Segundo, o argumento de Anson converge para a ideia

⁴⁰ Anson (1991, p. 232-233) exemplifica uma dessas ocasiões ao estudar o caso de Filotas e a “conspiração dos pajens”, no qual as circunstâncias levam Alexandre a expor sua decisão de executar os acusados ao exército,

de que nenhuma outra instituição até então tenha exercido poder de forma independente além do próprio Alexandre durante seu reinado, refutando também o argumento de que as assembleias ou qualquer outra esfera da *basileia* carregasse consigo alguma autoridade ou poder constitucional.⁴¹

De fato, a percepção de que houvessem instituições no interior da *basileia* com funções bem delimitadas e poder particular e independente da autoridade do rei parece atribuir funções demasiado contemporâneas a um sistema que não possuía condições nem tampouco intenções de corresponder a tal perspectiva.⁴² Isso possibilita inferir que a função política e a autoridade de determinados indivíduos e instituições eram definidas pela necessidade da situação e, sobretudo, conferidas pelo rei. Contudo, a questão se concentra justamente no momento em que o poder dessas assembleias, inicialmente determinado pelo rei, foge ao seu controle e ao seu objetivo original. Anson elucida muito bem esta reviravolta:

Apesar da visível necessidade de Alexandre de usar essas assembleias para atingir os seus propósitos, antes de 326 a autoridade dele era sempre absoluta. Mas em 326 o desejo dos soldados de retornar para casa tornou-se irresistível e Alexandre falhou em persuadir seus ouvintes a continuar marchando para o leste. (...) Foram as queixas das tropas que levaram Alexandre a convocar a reunião, em primeiro lugar (Arr. 5.25.2; cf. Q.C. 9.2.11). (...) A relação entre Alexandre e o exército nesse ponto foi claramente constatada por Quinto Cúrcio, o qual atribui ao discurso de Alexandre a fala “Cetera vobis imperavi; hoc unum debiturus sum” (Q.C. 9.2.29) (1991, p. 233-234)

Essa fala, atribuída por Quinto Cúrcio a Alexandre, “A todo o resto eu vos ordenei; a isso, eu vos deverei” é, de fato, um expoente na mudança de postura tanto do *basileus* quanto de seus soldados. A autoridade que antes se garantia por meio da tradição autocrática macedônica, dos benefícios oferecidos pela carreira militar e da relação de lealdade e companheirismo para com o rei, agora se encontrava ameaçada pela extrema fadiga e insatisfação dos soldados diante das intempéries da campanha da Ásia. Deste momento em diante, Alexandre teria de barganhar cada vez mais com seus soldados pela aceitação de seus

provavelmente temendo uma reação negativa das tropas devido à posição e ao prestígio do oficial envolvido: “Essas *contiones* judiciais mostram que ocasionalmente Alexandre acreditava que sua autoridade não mais seria aceita sem questionamentos por suas tropas. Após a morte de Filotas, muitas das tropas de fato mudaram de ideia a respeito da culpa do comandante de “comentários sediciosos” foram feitos (Q.C. 7.1.4)

⁴¹ Esse discurso faz alusão a duas visões distintas dentro da historiografia referentes à natureza política *basileia*: o constitucionalismo e a autocracia. Anson é um claro expoente da segunda vertente, e a sua análise das assembleias militares remete diretamente a esta hipótese. Sobre o assunto, ver: (ANSON, 1985, p. 303–316; ERRINGTON, 1978, p.77–133; CARNEY (2015), p. 2-7).

⁴² Sobre a suposta existência de cargos definidos durante o reinado de Alexandre e Filipe: (CARNEY (2015), p. 4-7).

planos – muitas vezes, inclusive, tendo de ceder aos ímpetos de suas tropas. Ao mesmo, percebe-se que ele buscava controlar suas tropas alternando sua habilidade argumentativa com seu poder coercitivo sobre os soldados. No levante de 324 em Opis é possível identificar esse padrão:

τῶν δ' ἀπολειπομένων Μακεδόνων ἀπειθούντων καὶ κατὰ τὴν ἐκκλησίαν καταβοώντων παροξυνθεὶς κατηγορήσεν αὐτῶν τεθαρρηκότως. καταπληξάμενος δὲ τὸ πλῆθος ἐτόλμησεν αὐτὸς καταβάς ἀπὸ τοῦ βήματος τοὺς αἰτιωτάτους τῆς παραχῆς ταῖς ἰδίαις χερσὶ παραδοῦναι τοῖς ὑπηρέταις πρὸς τὴν τιμωρίαν. ἐπὶ πολὺ δὲ τῆς διαφορᾶς αὐξανομένης ὁ μὲν βασιλεὺς ἐκ τῶν ἐκλελεγμένων Περσῶν ἡγεμόνας κατέστησε καὶ τούτους προῆγεν ἐπὶ τὸ πρῶτεϊον: οἱ δὲ Μακεδόνες μετανοήσαντες καὶ πολλὰ μετὰ δακρύων δεηθέντες μόγις ἔπεισαν τὸν Ἀλέξανδρον αὐτοῖς διαλλαγῆναι.

Os macedônios que permaneceram com ele estavam se tornando insubordinados, e quando ele os convocou para uma assembleia, eles o interromperam aos gritos. Enfurecido, ele os denunciou sem considerar os riscos a si próprio; depois, tendo intimidado a multidão, ele saltou da plataforma, capturou os líderes do tumulto com suas próprias mãos, e os entregou aos seus auxiliares para serem punidos. Isso tornou a hostilidade dos soldados ainda mais aguda, de modo que o rei apontou generais persas especialmente selecionados e os promoveu a posições de responsabilidade. Com isso, os macedônios se arrependeram. Em prantos, eles imploraram que Alexandre os perdoasse, e com dificuldade o persuadiram a aceitá-los de volta. (Diod. 17.109.2-3)

Assim, ao quebrar várias tradições entre os macedônios, submetendo-os a práticas totalmente distintas daquilo que consideravam respeitável na perspectiva de sua própria cultura, Alexandre precisou recorrer cada vez mais ao uso destas reuniões de modo a garantir o apoio do exército. Embora a disciplina militar macedônica funcionasse de modo a permitir certos tipos de manifestação verbal dos soldados (CARNEY, 2015, p. 30), não há reais indicativos de que lhes fosse conferida qualquer autoridade decisória de fato. Isso nos leva, por conseguinte, à progressão dos acontecimentos em 323. É bastante possível que a evolução das assembleias fosse um desdobramento desta propensão à mutabilidade da *basileia*, sem, no entanto, excluir seu caráter autocrático. Essa evolução, por sua vez, teria influenciado de forma inesperada as negociações que levariam ao acordo da Babilônia.

Com a morte inesperada de Alexandre, um vácuo de poder foi deixado no seio do império. Apesar da monarquia macedônica ter sido marcada pela inconstância das transformações advindas dos reinados de Filipe e Alexandre, a tradição da soberania argéada não havia sido quebrada até então. Pode-se afirmar até mesmo que não era estranho aos macedônios que um rei morresse de forma repentina – afinal, o risco de o mesmo morrer em

batalha era sempre real, como mostra o caso de Amintas, irmão de Filipe II – porém era algo totalmente novo que ele morresse em um território estrangeiro, totalmente alheio a sua terra natal, deixando como legado um problemático e heterogêneo império recém-conquistado e, para agravar a situação, nenhum sucessor nomeado.

Somado a isso, é interessante voltar-nos novamente para a origem dos soldados de Alexandre. A natureza cada vez mais mercenária do exército contribuiu, como há de se ver, para a implosão de suas sessões após a morte do *basileus* bem como para as suas diferentes reações sob o comando dos Sucessores nas campanhas futuras. Esses desdobramentos teriam influência direta sobre as negociações e o resultado final do acordo da Babilônia, uma vez que a vontade do exército teria, neste ponto, se transformado em uma demanda impossível de ser ignorada pela corte de Alexandre.

2.2 – Os inamistosos acordos

O acordo da Babilônia surgiu após aproximadamente um mês de discussões conflituosas entre a corte e o exército macedônicos. Ele representou, dessa forma, um consenso temporário entre as duas partes. As resoluções feitas na Babilônia só foram possíveis graças a algumas importantes variáveis que mudariam o rumo dos acontecimentos. A primeira delas foi, evidentemente, o desprovemento de herdeiros aptos a governar ante a morte prematura do rei. A segunda foi o levante do exército que, como já discutido, influenciaria diretamente as decisões tomadas pela nobreza. Por fim, a terceira variável consistia na ausência de ao menos três dos generais mais influentes do império, sendo eles Antípatro, Crátero e Antígono. Em consequência disso, a equação formada por tais circunstâncias traria consigo resultados inesperados para o futuro do império alexandrino.

Compreender o acordo da Babilônia tem revelado ser uma tarefa melindrosa para muitos acadêmicos, não apenas pela complexidade do cenário envolvido, mas também pelas limitações impostas pelas fontes. As últimas gerações de acadêmicos têm se dedicado bastante em torno da difícil tarefa de reconstruir os acontecimentos na Babilônia em 323 em meio a fabricações e omissões, frutos tanto da propaganda política construída por seus autores, quanto das interferências dos escritores aos quais temos acesso⁴³. Quanto a isso, o problema não se concentra na ausência de fontes, uma vez que este é um dos acontecimentos mais bem documentados do período em questão, mas nas várias divergências encontradas entre elas. A

⁴³ Aqui, destaco especialmente os trabalhos de Anson (2014), Meeus (2008, p. 39-82) e A. B. Bosworth (2002), que serviram como principais referências para a compreensão dos eventos em questão.

fonte mais completa para o evento em questão é Quinto Cúrcio, seguido de Justino; ambas, porém, são frequentemente criticadas por suas divergências nas descrições dos acontecimentos e por prováveis adulterações, frutos tanto da propaganda política dos diádocos e também da retórica dos escritores. Ainda assim, existe uma preferência da academia moderna pelos relatos de Justino e Quinto Cúrcio, pois estas fontes, apesar de não terem preservado os discursos com absoluta fidelidade, fornecem conteúdos coerentes com os eventos anteriores e posteriores aos acordos, e com o contexto político do momento⁴⁴.

Isto posto, existe também a questão da progressão dos acontecimentos. Errington (1970, p. 54) e Meeus (2008, p. 40) consideram necessário adotar uma divisão do acordo da Babilônia em três estágios, os quais compreendem (1) a primeira reunião dos generais e o levante das falanges, (2) o compromisso dos nobres e do exército e (3) o acordo final. Essa divisão, embora não interfira necessariamente no potencial argumentativo da análise do acordo, confere uma maior sistematização para estudar a progressão dos acontecimentos.

O processo de negociação do acordo da Babilônia durou aproximadamente trinta dias⁴⁵. Durante esse intervalo de tempo, evidencia-se um claro embate entre as sessões do exército e os generais que compunham o círculo mais próximo de Alexandre. Embora haja lacunas nas fontes a respeito de quem foram os participantes das primeiras reuniões e divergências nas progressões dos acontecimentos⁴⁶, a conjuntura dos acontecimentos é similar: os generais de Alexandre realizaram um conselho fechado a fim de decidir sobre a sucessão de Alexandre, a qual foi extremamente mal recebida pelos exércitos, ocasionando, por isso, um levante dos soldados (Q.C., 10.6.1; Just. 13.2.4; Diod. 18.2.2).

O levante em questão teria sido motivado, por sua vez, devido à urgência das tropas em ter de fato um sucessor argéada a ser reconhecido e à insatisfação por não serem ouvidos neste

⁴⁴ (MEEUS, 2008, p. 42): O maior problema com a narrativa de Quinto Cúrcio se encontra em um discurso atribuído a Arrideu (10.8.15-22), muito provavelmente uma peça fabricada pela retórica do próprio autor. Isso não implica, no entanto, que a inserção deste discurso tenha comprometido a narrativa dos demais eventos. Outra questão é a alegada poluição das fontes pelo “preconceito romano”, no que concerne à preservação dos debates em Quinto Cúrcio (10.6-7.15) e Justino (13.2.4-14) sobre os herdeiros de Alexandre. Esse, porém, não é necessariamente o caso, já que os próprios macedônios eram hostis à “orientalização” do império; ainda, os discursos contrários ao ainda incerto filho de Alexandre e Roxana provavelmente teriam servido como pretexto para alguns generais de modo a minar os planos de Pérdicas, a exemplo de Ptolomeu.

⁴⁵ Eliano (12.64), afirma que o corpo de Alexandre permaneceu insepulto por cerca de 30 dias enquanto os seus generais debatiam entre si a respeito do futuro do império. Embora seja pouco provável que o corpo do rei tenha realmente permanecido por tantos dias negligenciado, o período descrito pelo autor pode estar bastante próximo da duração exata do período (MEEUS, 2008, p. 59)

⁴⁶ As fontes divergem a respeito do número de conselhos realizados, da ordem e da composição dos mesmos. Quinto Cúrcio alega que os generais mais próximos de Alexandre realizaram um conselho fechado, o qual foi invadido pelos soldados; Justino e Diodoro, por outro lado, alegam que foram realizados dois conselhos distintos, um entre os nobres, que decidiu sobre a sucessão, e outro entre o exército. Em Diodoro, o conselho do exército é descrito antes do conselho dos generais.

processo de escolha. Todo este processo, ainda, teria Pérđicas como figura central nas negociações. Segundo uma das tradições – especificamente Quinto Cúrcio (10.4.4-5) e Justino (12.15.12) –, em seus momentos finais, Alexandre teria retirado o anel de seu dedo, entregando-o a Pérđicas. Esse gesto, embora não fosse acompanhado de instruções específicas do rei a respeito da sucessão⁴⁷, colocava Pérđicas em uma posição privilegiada em meio aos demais *philoí*. O anel de Alexandre foi, de veras, o fator que iniciou os debates sobre a sucessão durante a primeira reunião do acordo da Babilônia:

Tunc Perdicca regia sella in conspectum volgi data, in qua diadema vestisque Alexandri cum armis erant, anulum sibi pridie traditum a rege in eadem sede posuit.

Quorum adspectu rursus obortae omnibus lacrimae integravere luctum. Et Perdicca, 'Ego quidem,' inquit, 'anulum, quo ille regni atque imperii vires obsignare erat solitus, traditum ab ipso mihi, reddo vobis. Ceterum quamquam nulla clades huic, qua adfecti sumus, par ab iratis dis excogitari potest, tamen magnitudinem rerum, quas egit, intuentibus credere licet, tantum virum deos adcommodasse rebus humanis, quarum sorte completa cito repeterent eum suae stirpi. Proinde quoniam nihil aliud ex eo superest, quam quod semper ab immortalitate seducitur, corpori nominique^o quam primum iusta solvamus, haud obliti, in qua urbe, inter quos simus, quali praeside ac rege spoliati”

Então Pérđicas, tendo colocado à vista do público o trono real, sobre o qual estavam o diadema e o robe de Alexandre, colocou sobre o mesmo trono o anel que lhe havia sido dado pelo rei no dia anterior.

Vendo isso, toda a assembleia explodiu em lágrimas e renovou o luto, e Pérđicas disse: “De minha parte, eu devolvo a vós o anel dado a mim pelo rei em pessoa, o qual ele usava para selar os documentos relativos ao seu reino e ao seu poder. Ademais, embora nenhuma calamidade como esta que nos acometeu possa ser imaginada pelos furiosos deuses, ainda aqueles que consideram a grandiosidade do que ele alcançou podem também acreditar que tal grande homem foi meramente emprestado à humanidade pelos deuses, sendo que, quando seu devido trabalho à humanidade foi completado, eles devem rapidamente tê-lo conduzido de volta para sua própria família. Portanto, uma vez que nada mais resta dele a não ser o que foi separada da imortalidade, prestemos o quanto antes os devidos ritos ao seu corpo enfim, não esquecendo em que cidade e entre quem estamos, e de que líder e que rei fomos despojados.” (10.6.4-7)

Tanto o discurso quanto o ato de entrega do anel do rei apontam para uma estratégia política de Pérđicas: a de ganhar o apoio das tropas demonstrando proximidade com a figura do rei (MEEUS, 2008, p. 46). Em seguida, ele propõe esperar pelo nascimento da criança de

⁴⁷ Uma parte das fontes, na verdade, relatam que neste momento Alexandre já apresentava dificuldades – ou mesmo total incapacidade – de falar (Q.C. 10.4.4; Just. 12.15.12; Arr.7.25; Plut. *Alex.* 76.7). Pela mesma razão, a famosa sentença proferida pelo mesmo ao ser inquirido sobre para quem este deixaria seu legado (“para o melhor homem”) é geralmente questionada pela historiografia e tida como fabricação posterior. Sobre as palavras finais de Alexandre e seu significado: (ANTELA-BERNARDEZ, 2011, p. 118–126).

Alexandre e Roxana e, caso esta viesse a ser um menino, aclamá-lo rei (Q.C. 10.6.8-9; Just. 13.2.5). Esta proposta era, notoriamente, bastante conveniente para ele mesmo, uma vez que ela lhe conferiria a supremacia enquanto regente. Infelizmente para ele, fosse pela hostilidade dos macedônios ante a ideia de ter um soberano de origem persa, fosse pelo fato de que suas intenções ficaram claras para seus opositores, a ideia recebeu pouco apoio (Q.C. 10.6.16). Outros generais de imediato procuraram apresentar propostas que os beneficiavam: Nearco se mostra contrário a esperar pelo nascimento de um herdeiro ainda incerto, sugerindo que Héracles, filho da concubina de Alexandre, Barsine, fosse coroado rei (Q.C. 10.6.10-11)⁴⁸. Essa sugestão, caso acatada, beneficiaria o oficial, o qual havia se casado com uma filha de Barsine enquanto Alexandre ainda era vivo (Arr. 7.4.6); logo, Nearco aparentemente estava buscando construir uma base de poder para si mesmo ao advogar a causa de Héracles (MEEUS, 2008, p. 47; ANSON, 2014, p. 16; BOSWORTH, 2002, p. 38). Essa proposta, por sua vez, também repercutiu negativamente em meio às tropas (Q.C. 10.6.12), hostis à ideia de um sucessor cujas origens remontassem aos povos por eles conquistados. Ptolomeu, por sua vez, propôs que o império fosse governado por uma junta composta pelos generais mais próximos do rei, sendo ele um dos maiores críticos a um reinado liderado por asiáticos (Q.C. 10.6.13-15).

Nesse ponto, é importante compreender que Ptolomeu não desejava, com isso, fragmentar o império de Alexandre. A sugestão dele era que: “o trono de Alexandre seja colocado nos aposentos reais, e que aqueles que forem convocados aos seus conselhos se reúnam sempre que for necessária uma conferência entre os generais, e que a maioria deva decidir o que deve ser aprovado”⁴⁹, ou seja, ele acreditava que o império poderia seguir sendo governado não por um rei, mas por seus generais. Essa proposta foi provavelmente a melhor forma que Ptolomeu encontrou para desbancar a autoridade de Pérdicas, não representando, portanto, uma tendência separatista, mas sim uma contraproposta à regência de seu rival (MEEUS, 2008, p. 50; ERRINGTON, 1970, p. 51). Essa estratégia, apesar de não apoiada pela maioria dos presentes, conseguiu dividir as opiniões (Q.C. 10.6.16), cumprindo assim em parte seu objetivo de enfraquecer a preeminência do general. Aristóbulo, no entanto, voltou-se novamente para Pérdicas, sendo o primeiro a sugerir que ele fosse nomeado rei, uma vez que Alexandre havia lhe deixado seu anel, sinalizando, assim, que ele era o mais indicado à sucessão

⁴⁸ (Cf. Just. 13.2.6-7) Justino aponta Meleagro como sendo o autor da ideia. O relato de Quinto Cúrcio, no entanto, faz mais sentido devido ao interesse político e familiar de Nearco.

⁴⁹ Q.C. 10.6.15: “Mea sententia haec est, ut sede Alexandri regia posita, qui consilis eius adhibebantur, coeant quotiens in comunem contulto opus fuerit, eoque quod maior pars descrevit stetur, duces praefectique copiarum his pareant.”

do trono, tendo com isso recebido amplo apoio; o general, por seu lado, deixou que a oportunidade se esvaísse ao hesitar em aceitar a ideia (Q.C. 10.6.16-20).

A hesitação de Pérdicas se justifica em uma autopreservação necessária ao momento. A tradição da liderança Argéada ainda era muito forte entre os macedônios, e o general deve ter compreendido desde o início que o apoio à ideia de torna-lo rei se tornaria fugaz após pouco tempo de reflexão (ANSON, 2014, p. 17). As chances de ser acusado de usurpação por seus rivais políticos e por boa parte do instável exército macedônico eram altas. Isso não demoraria a se confirmar, pois tal proposta parece ter sido a deixa necessária para que Meleagro, um dos comandantes do exército, se voltasse contra Pérdicas, acusando-o justamente de possuir intenções de se apoderar da *basileia*, usando o filho de Roxana para assumir o poder (Q.C. 10.6.20-1). Aqui, as fontes divergem novamente: Quinto Cúrcio não faz menção Arrideu até o momento do levante do exército, dando a entender que o mesmo fora ignorado durante as discussões dos generais. Justino, no entanto, relata que Meleagro propôs, ainda nesta reunião, que Arrideu fosse proclamado rei, tendo a ideia sido refutada por Ptolomeu, em função do nascimento de sua mãe e da doença mental que o acometia (13.2.11). É provável que, neste ponto, Justino esteja mais próximo da realidade dos acontecimentos, uma vez que é muito improvável que a possibilidade de escolher um dos filhos de Filipe como herdeiro tenha passado despercebida pela corte (BOSWORTH, 2002, p. 40). Todavia, apesar das divergências entre as fontes, os generais aparentemente chegaram a um consenso a respeito da sucessão: o filho de Alexandre e Roxana, considerando que este nascesse menino, seria aclamado rei, e sua tutela seria dividida entre Pérdicas, Leonato, Crátero e Antípatro – os dois últimos, por sua vez, dividiriam a liderança na Macedônia (Q.C. 10.7.8; Just. 13.2.14)⁵⁰. Essa divisão provavelmente se deveu à oposição entre os nobres que, por sua vez, não permitiu que Pérdicas assumisse a regência sozinho (MEEUS, 2008, p. 52)

De todo modo, este foi o estopim necessário para que um levante eclodisse entre os soldados, iniciando uma perigosa sedição entre as tropas que, lideradas por Meleagro, logo passaram a exigir que Arrideu, meio-irmão de Alexandre e o único herdeiro Argéada remanescente fosse aclamado rei (Q.C. 10.7.1-2). A intensidade da revolta foi tal que, em um dado momento, a vida de Pérdicas, a mais poderosa figura política até então, esteve por um fio:

⁵⁰ Em Quinto Cúrcio Leonato nunca fez parte do acordo, sendo esse citado apenas na tradição de Justino. A historiografia diverge bastante a respeito da credibilidade das duas tradições. A meu ver, a determinação da veracidade das mesmas neste ponto é meramente especulativa, não havendo evidências suficientes que apontem para delas deve ser adotada. Não há, no entanto, razões para afirmar que Justino tenha incluído o nome de Leonato no acordo de forma errônea apenas pelo fato de que outra tradição se manteve em silêncio a respeito, por isso, creio que seu relato deve ser considerado. Sobre esta problemática e o “argumento do silêncio” nas tradições, ver: (MEEUS, 2013a. p. 88-90).

Attalus ad interficiendum Perdiccam, ducem partis alterius, mittit ; 8 ad quem armatum et ultro prouocantem cum accedere percussores ausi non fuissent, tanta constantia Perdiccae fuit ut ultro ad pedites ueniret et in contionem uocatos edoceret, quod facinus molirentur. Respicerent contra quos arma sumpsissent : non illos Persas, sed Macedonas, non hostes, sed ciues esse, plerosque etiam cognatos eorum, certe commilitones, eorundem castrorum ac periculorum socios ; edituros deinde egregium hostibus suis spectaculum, ut quorum armis uictos se doleant, eorum mutuis caedibus gaudeant, parentaturosque sanguine suo manibus hostium a se interfectorum.

Átalo enviou alguns de seus homens para assassinar Pérδικας, o líder do partido oposto mas, como ele estava armado, os assassinos não ousaram chegar perto dele, embora ele os convidasse abertamente a fazê-lo; e tal era a resolução de Pérδικας, que ele foi por conta própria até a infantaria e, os convocando para uma assembleia, mostrou-lhes a atrocidade de sua conduta; admoestando-os a considerar contra quem eles haviam pegado armas; que eles não eram persas, mas macedônios; não inimigos, mas seus próprios compatriotas; a maioria deles parentes, mas certamente todos eles seus companheiros soldados, participantes do mesmo acampamento e dos mesmos perigos; que eles apresentariam um espetáculo marcante aos seus inimigos, que se regozijariam com a matança mútua daqueles por cujos braços se lamentavam por terem sido conquistados; e que eles expiarium seu próprio sangue aos espíritos de seus adversários abatidos. (Just. 13.3.7-10)

Independentemente da progressão dos acontecimentos, existem dois entendimentos que se pode deprender a partir da análise deste evento. O primeiro deles é que o processo de evolução da assembleia militar, iniciado na campanha da Ásia com Alexandre, teria agora chegado ao seu ápice. Com a *stasis* iniciada pelas falanges, o exército passaria a ter consciência do seu poder de influência política, que se tornaria cada vez mais aguda nos anos futuros sob o comando dos Diádocos. Alexandre havia –mesmo sem possuir a intenção de fazê-lo – plantado a semente que daria origem ao poder político da assembleia; em vida, ele foi relativamente capaz de lidar com estes levantes, cada vez mais incisivos em suas demandas. Com a sua ausência, no entanto, as assembleias se tornariam cada vez mais intensas, exigindo cada vez mais a atenção dos generais: Justino, a exemplo disto, relata que o motivo da indignação da infantaria deveu-se à sua não participação nas decisões tomadas pela corte (13.3.1). Contudo, esse tipo de decisão era tradicionalmente discutido pela nobreza, e não pelo exército⁵¹; pela primeira vez, no entanto, os soldados passariam a agir sobre este processo de escolha, usando para isso o poder desenvolvido nas assembleias anteriores. Os generais de Alexandre, por sua vez, não tiveram alternativa a não ser atender às demandas dos enfurecidos soldados: o acordo final, após intensas negociações, seria tanto uma monarquia e uma regência conjuntas: Arrideu

⁵¹ Sobre o assunto, ver: (ANSON, 1991, p. 236-237 e 1985, p. 307, 312).

seria proclamado rei, juntamente com o filho de Alexandre e Roxana, caso este nascesse menino; Pérdicas e Meleagro, por sua vez, dividiriam a tutela dos reis, sendo que o último estaria subordinado ao primeiro (Arr. *Fr.* 156.1.3), enquanto que Crátero e Antípatro dividiriam o comando da Macedônia. Ainda, Pérdicas conservaria sua posição como quiliarca⁵². O exército, afinal, fizera um rei (ANSON, 1991, p. 237).

O segundo entendimento diz respeito à proeminência e ao mesmo tempo à fragilidade do poder de Pérdicas. Segundo Bosworth, ele escapara da emboscada dos soldados revoltosos os desconcertando por “pura bravata” (2002, p. 45)⁵³. A revolta das falanges forçara os generais a abrir concessões quanto aos reis e à regência, de modo a atender as demandas dos soldados e, assim, evitar uma guerra civil. A posição de Pérdicas, por sua vez, era ao mesmo tempo vantajosa e delicada: ele havia, afinal, conseguido reverter a situação do exército a seu favor, obtendo também a tutela dos reis, com a diferença de que, agora, a figura de Leonato teria sido eliminada deste acordo, dando lugar ao audacioso Meleagro. Ainda, na divisão das satrapias, o general conseguiu posicionar alguns de seus aliados em satrapias estratégicas, porém precisou ao mesmo tempo lidar com a vantagem obtida por alguns de seus mais poderosos rivais, a exemplo de Ptolomeu. Abaixo, pode-se observar o resultado do acordo final, segundo as principais tradições:

Sátrapas/Generais	Just.	Q.C.	Diod.	Arr. Fr.
Antípatro	Macedônia e regiões adjacentes			Macedônia e regiões adjacentes
Crátero				Macedônia e Regiões Adjacentes
Seleuco	Comando da Cavalaria (quiliarquia)		<i>Idem</i>	

⁵² A relevância e o significado deste cargo no contexto macedônico serão discutidas nos próximos tópicos.

⁵³ Sobre a divergência das fontes neste ponto: o discurso apaziguador é, como já mencionado, atribuído em Quinto Cúrcio a Arrideu (10.8.16-20) aparenta ser mais uma fabricação retórica do autor do que uma fala genuína do monarca. Ainda, o relato de Plutarco (*Eum.* 3.2) se encaixa bem na situação, ao afirmar que Eumenes interveio frente às agitações dos militares, ajudando a acalmar os ânimos dos soldados. Isto poderia ter contribuído para o fortalecimento da confiança de Pérdicas para com o general grego, indicando uma possível aliança entre os dois durante as negociações (BOSWORTH, 2002, p. 49).

Ptolomeu	Egito e Regiões da África e Arábia	<i>idem</i>	<i>Idem</i>	<i>idem</i>
Antígono	Frígia Maior	Frígia Maior, Lícia e Panfília	<i>Idem</i>	<i>idem</i>
Laomedonte	Síria	Síria	<i>Idem</i>	<i>idem</i>
Atrópates	Média Menor		<i>Idem</i>	
Filotas da Ilíria	Média Maior	<i>idem</i>	<i>Idem</i>	<i>idem</i>
Nearco	Lícia e Panfília			
Assandro (ou Cassandro)	Cária	<i>idem</i>	<i>Idem</i>	<i>idem</i>
Coeno	Susiana			
Menandro	Lídia		<i>Idem</i>	<i>idem</i>
Lisímaco	Trácia		<i>Idem</i>	
Leonato	Frígia Menor	Frígia Helespôntica	<i>Idem</i>	<i>idem</i>
Eumenes	Capadócia e Paflagônia	<i>idem</i>	<i>Idem</i>	<i>Idem</i>
Sibírio	Aracósia e Gedrósia			
Pítton		Média	Média	
Filipe	Pártia		Bactriana e Sogdiana	
Peucestas	Pérsia		<i>Idem</i>	
Arquesilaus	Mesopotâmia		<i>Idem</i>	

(Just. 13.4.1-23; Q.C. 10.10.1-4; Diod. 18.3.1-17; Arr. *Fr.* 156. F.1.1-8)⁵⁴

Observando o resultado das negociações, fica evidente que Pérδικas, apesar de ter obtido a cobiçada posição de regente, conseguiu alocar seus aliados em posições vantajosas, tais quais Eumenes e seu sogro, Atrópates, porém precisou fazer difíceis concessões. Vários de seus adversários foram alocados em satrapias estratégicas, a exemplo de Ptolomeu, no Egito, e Leonato, na Frígia menor. Ademais, alguns poderosos generais precisavam ser tratados com

⁵⁴ Cf.: Plut. *Eum.* 3.3-5. As tradições selecionadas acima fornecem os relatos mais completos acerca da divisão das satrapias, embora este evento seja também documentado por outros autores. Algumas satrapias, ainda, conservaram seus governantes anteriores, sendo elas: Bactria e as satrapias ao longo dos rios Hidaspes, Indo e do Cáucaso.

extrema cautela: Antígono, que conservara seus domínios na Ásia, Antípatro na Macedônia, e Crátero, na Cilícia. Estes últimos, por sua vez, eram cartas ainda incertas neste jogo político: ausentes nas negociações na Babilônia, era difícil prever qual seria a reação dos mesmos ante as decisões ali tomadas. Além disso, a decisão de realizar o funeral de Alexandre no oásis de Siva (Q.C. 10.5.4; Just. 12.15-7; 13.4.6; Diod. 18.3.5), obedecendo aos últimos desejos do *basileus*, constituía uma vantagem a mais para Ptolomeu, que poderia tirar proveito político de tal proximidade.

Havia ainda a incômoda posição de Meleagro, que por ora dividia a tutela do rei – agora rebatizado de Filipe III Arrideu – com Pérdicas. Aparentemente, nenhum dos generais possuía a intenção de manter o acordo com Meleagro por muito tempo. Esse, por um lado, conseguiu um lugar de destaque aproveitando-se da oportunidade que o momento de revolta das tropas oferecia. Os generais, por outro lado, permitiram que este ascendesse a tal posição política de modo a evitar um confronto com as tropas e, no caso dos rivais de Pérdicas, também para evitar que este concentrasse muito poder em suas mãos. Após o que parece ter sido semanas⁵⁵, no entanto, Pérdicas conseguiu reverter a situação a seu favor: durante este período de tempo, o general precisou usar de sua influência e astúcia política para ganhar a confiança e estima das tropas, disseminando rumores sediciosos, de modo a incriminar Meleagro e seus seguidores. Todo esse artil culminou na execução de Meleagro, durante (ou após) um ritual de purificação do exército (Q.C. 10.9.7-19; Just. 13.4.7-8; Diod. 18.4-7; Arr. *Fr.* 156 F.1.4). Este episódio foi, na verdade, um golpe (BOSWORTH, 2002, p.7): Pérdicas havia ao mesmo tempo se livrado de um inoportuno oponente e adquirido para si uma posição mais segura relativa ao exército.

Após a morte de Meleagro e a divisão das satrapias, Pérdicas conseguiu espaço para agir de forma mais arrojada, conseguindo a supremacia política na Ásia com a posição de regente. A execução dos soldados rebeldes, por sua vez, havia intimidado as tropas, desencorajando novas insurreições, porém estas mesmas ações podem não ter impressionado os generais da mesma forma (MEEUS, 2008, p. 71). A vantagem política de Pérdicas, dessa forma, vinha acompanhada de várias limitações e extrema desconfiança da corte. Seria preciso elevados níveis de inteligência e carisma político para que as decisões certas tomadas futuramente lhe fossem favoráveis, de modo a se fortalecer em meio a rivais poderosos. Quanto a isso, os anos seguintes mostrariam que o regente falhou em demonstrar tais habilidades.

⁵⁵ Aparentemente houve um intervalo de tempo entre a reconciliação do exército e a purificação do exército (BOSWORTH, 2002, p. 55; ERRINGTON, 1970, p. 54).

CAPÍTULO 3

A DESCONFIANÇA DESTRUTIVA DOS GENERAIS E O FRACASSO DO ACORDO DA BABILÔNIA

1- A suspeita entre os regentes

O acordo da Babilônia foi um tratado conservador e ao mesmo tempo pouco promissor. As decisões ali tomadas haviam sido fruto de intensos conflitos envolvendo os seguimentos militares e políticos da *basileia*, e o resultado obtido dividiu o poder entre os generais mais proeminentes até então. Pérδικas conseguiu a supremacia na Ásia, ao eliminar a concorrência de outros generais e assumir a regência da *basileia*. Pouco tempo depois, nascia o filho de Alexandre e Roxana, Alexandre IV (Arr. Fr. 156.9), e o general dominaria tanto a tutela dos dois herdeiros do império quanto as forças militares presentes na Ásia.

Todavia, a autoridade de Pérδικas em 323 estava longe de ser hegemônica. Além das rivalidades advindas das negociações na Babilônia, havia ainda bastante incerteza quanto às possíveis reações de Antípato, que conservara sua posição enquanto *strategos* na Macedônia, e de Crátero, que passaria a dividir o mesmo posto com ele – uma das últimas ordens de Alexandre, determinando que Crátero depusesse Antípato e o substituísse, fora abortada pelos generais. Para Pérδικas, tal arranjo poderia trazer bom proveito consigo: ao determinar que os dois generais dividissem o comando da Macedônia, existia uma chance de que ao menos um dos dois fosse eliminado ao disputar um com o outro (BOSWORTH, 2002, p. 11).

Pérδικas foi também contrariado ao ver satrapias importantes serem atribuídas a rivais políticos, a exemplo de Ptolomeu, no Egito, e Antígono, que vinha estabelecendo há anos uma firme liderança militar e política na Ásia Menor⁵⁶, além de possuir uma relação de amizade com Antípato (Diod. 18.23.3). Além disso, vários dos aliados de Pérδικas não receberam o comando de nenhuma satrapia, entre eles seu irmão, Alcetas, e Aristono, que havia primeiramente sugerido que o general fosse aclamado rei na Babilônia; embora Anson argumente que a administração das satrapias era um fator secundário se comparado com a necessidade de controle do exército (2014, p. 27), o controle territorial de determinadas regiões provaria ser um grande diferencial tanto para a obtenção de recursos militares quanto para a legitimação política dos generais.

⁵⁶ O controle bem-sucedido de Antígono sobre suas províncias foi provavelmente fruto do recrutamento de mercenários nativos, juntamente com uma política amistosa entre os vizinhos persas (ANSON, 2014, p. 27-28).

Por fim, havia ainda a questão da desconfiança crescente entre os generais. A liderança de Pérdicas representava uma ameaça ao poder dos outros generais (MEEUS, 2008, p. 51). As forças, no entanto, estavam temporariamente equilibradas entre as partes. A estratégia militar e a sagacidade política decidiriam quem sairia vencedor nos “jogos fúnebres” de Alexandre⁵⁷. Para compreender a progressão dos acontecimentos que levariam ao colapso do primeiro acordo entre os diádocos, faz-se necessário uma análise em particular de algumas das figuras centrais dessas disputas, abordando os aspectos mais relevantes para a organização desta conjuntura.

1.1- Antípatro e o declínio da Macedônia

Tendo resistido às adversidades enfrentadas pelo reino de Alexandre, bem como as consecutivas tentativas de deposição, Antípatro foi um dos últimos representantes da guarda de Filipe a governar a Macedônia.

Descendente da tradicional casa de Iolau⁵⁸, Antípatro esteve presente na administração do reinado das últimas gerações da dinastia Argéada. Um dos generais mais antigos e próximos de Filipe II, Antípatro provavelmente já era militarmente ativo durante o reinado de Pérdicas III (365-360/59), o que indica que já nesta época ele fosse um membro influente da corte macedônica (HECKEL, 2006, p.35). Durante o reinado de Filipe, as atribuições de Antípatro eram majoritariamente diplomáticas⁵⁹. Com a ascensão de Alexandre, porém, e o início da expedição da Ásia, o experiente general fora promovido a encarregado da Macedônia.

Sendo um dos generais de Filipe mais respeitados na Macedônia, bem como descendente de uma das casas mais tradicionais do reino, a família de Antípatro se destacou novamente durante o momento da aclamação de Alexandre como rei: após o assassinato de Filipe, fora o seu genro, Alexandre Lincestes, o primeiro a saudar Alexandre como rei:

Prima illi cura paternarum exequiarum fuit, in quibus ante omnia caedis conscios ad tumulum patris occidi iussit. Soli Alexandro Lyncestae [parricidarum] fratri pepercit, servans in eo auspiciam dignitatis suae; nam regem eum primus salutaverat

Suas primeiras medidas foram com respeito ao funeral de seu pai, quando ele [Alexandre] ordenou que aqueles que estiveram envolvidos no assassinato de seu pai fossem executados em seu local de enterro. O único a ser poupado foi

⁵⁷ A expressão se baseia na passagem em Diod. 18.1.4: “προορῶμαι γὰρ ἐπιτάφιον μέγαν ἀγῶνα γενησόμενόν μοι τῶν φίλων” (Pois eu antevejo que um grande combate entre meus amigos será meus jogos fúnebres).

⁵⁸ Apesar de não pertencer a uma linhagem real, a família de Iolau é relativamente bem documentada. Para maiores informações, ver: (HECKEL, 1992, p. 30-31; HECKEL, 2006, p. 35).

⁵⁹ Juntamente com Parmênio, Antípatro aparentemente era o principal encarregado dos assuntos externos do reino (HECKEL, 2006. p. 35).

o irmão Alexandre Lincestis, tendo ele como o primeiro homem a reconhecer sua autoridade real, pois havia sido ele o primeiro a saudá-lo enquanto rei. (Just. 11.1-2)

A passagem acima é reveladora a respeito do cenário político que envolvia Alexandre desde o início de seu reinado. Pois, muito provavelmente, Alexandre Lincestes havia saudado Alexandre como rei sob a influência de Antípatro (Heckel, 2006, p.35), assim como sua vida havia sido poupada pelo mesmo motivo (Arr. *Anáb.* 1.25.1-2; Q.C. 7.1.6-7). As interpretações para tal atitude são bastante sugestivas. Badian (2000, p. 54-55) a sugerir – infelizmente, sem nenhuma sustentação por meio das fontes⁶⁰ – que Alexandre estivesse envolvido juntamente com Antípatro na já mencionada conspiração que ocasionara a morte de seu pai.

Não é necessário, porém, ir tão longe para entender a decisão de Alexandre com relação a esse episódio. Alexandre ainda estava longe de possuir legitimação suficiente para sustentar sua aspiração ao trono sozinho. A sua memória heroica, responsável por moldar gerações de reis helenísticos, só viria a se tornar algo concreto após sua morte. Até então, a lealdade do reino era concentrada na figura de Filipe II, o verdadeiro responsável pela expansão dos domínios Macedônios sobre o Egeu (BOSWORTH, 1986, p. 12)⁶¹. Alexandre, por sua vez, se beneficiava da memória de seu pai. Ainda, a rigor, ele não era o herdeiro direto do trono, e sim seu primo, Amintas Pérdicas, que em função de sua idade encontrava-se inapto para governar, sendo então Filipe II o seu regente (Just. 7.5.9–10). Amintas Pérdicas jamais chegaria a governar, no entanto, uma vez que Filipe alcançara legitimação o suficiente para assumir ele mesmo o trono e ser reconhecido como rei (Diod. 16.1.3, 2.1), sendo a usurpação oficializada por Alexandre, quando esse, após ser aclamado rei por seus aliados, mandou executar seu primo e rival por volta de 335 (Just. 12.6.14).

⁶⁰ (BADIAN, 2000, p. 54): O próprio autor admite a falta de evidências concretas para sua hipótese: “Que Antípatro havia tramado a ascensão de Alexandre, e conseqüentemente devia saber a respeito da trama para assassinar Filipe, não é atestado por nenhuma boa fonte. Mas está claro que pela sua ação imediata, e ainda mais pela de seu genro – que como notamos era o único dos três filhos de Eropos que estava completamente preparado para o evento.” A sugestão de Badian, apesar de fazer sentido quando inserida no contexto da sucessão de Filipe, pode ser considerada meramente especulativa. Pois, além da ausência de indícios nas fontes que apontem para uma possível união entre Antípatro e Alexandre, outros motivos podem ser apontados para explicar a atitude de Antípatro no momento da aclamação de Alexandre; um deles, na minha opinião, seria de que, sendo o general experiente que era, Antípatro provavelmente fora rápido em buscar um modo de preservar sua família em meio ao caos gerado pelo assassinio do rei.

⁶¹ Não é necessário aqui prolongar a argumentação de por quais motivos Filipe havia sido responsável por tal expansão. Para uma análise mais detalhada, no entanto, ver: (THOMAS, 2007, p. 132-158). Ademais, é interessante relembrar aqui, a fim de compreender a natureza de tais eventos, a natureza extremamente pessoal e não-constitucionalista da basileia. De caráter extremamente militarizado, a pessoa do rei encontrava sua legitimação em seu triunfo militar e no apoio advindo tanto do exército, quanto de alianças políticas internas e externas. Também a sucessão era moldada por estes aspectos: a primogenitura não era necessariamente uma lei, estando sujeita não somente à tradição da autoridade do rei para escolher seu sucessor (KING, Carol, 2010, p. 385-386), como também no reconhecimento de seus homens – especificamente, corte e exército.

Dessa forma, o apoio de Antípatro, respeitado e competente general e um dos *somatophylakes* de seu falecido pai, se fazia imprescindível. Não é de se admirar, portanto, que Alexandre tenha escolhido poupar Alexandre Lincestes, a despeito das suspeitas de envolvimento na conspiração contra Filipe, de modo a ter Antípatro ao seu lado. A aliança parece ter dado certo, pois, após a ascensão de Alexandre, Antípatro foi imbuído de responsabilidades cada vez maiores com relação à sucessão. Ao que indicam as fontes, sempre que Alexandre estava fora em campanha, o general assumia a posição de regente na Macedônia, tendo ele oficialmente assumido a administração do país após a partida de Alexandre para a Ásia (Arr. *Anáb.* 1.11.3; Q.C. 4.1.39; Just. 11.7.1; Diod. 18.12.1), tornando-se assim “general da Europa” (Ἀντίπατρον ἐπὶ τῆς Εὐρώπης στρατηγόν). Essa não seria uma tarefa fácil, no entanto, durante o reinado de Alexandre.

Durante a expedição da Ásia, uma proporção considerável da população masculina da Macedônia foi levada e jamais retornou, o que trouxe consequências desastrosas para a força militar do país; no decorrer de uma geração, a sua força militar era perceptivelmente mais baixa, e a região nunca mais recobrou a antiga supremacia da qual gozava durante o reino de Filipe (BOSWORTH, 1986, p. 2). Inicialmente sob o pretexto de liberar as cidades gregas sob o domínio dos persas na Ásia Menor, Alexandre partiu rumo ao oriente, deixando Antípatro com um contingente de 12.000 soldados de infantaria e 1.500 soldados de cavalaria (Diod. 17.17.5). Esse número, no entanto, decresceu progressivamente, pois em 333 Antípatro é documentado enviando reforços para a Ásia, os quais incluíam 3.000 soldados de infantaria e 300 soldados de cavalaria (Arr. *Anáb.* 1.29).

As conquistas de Alexandre na Ásia provaram ser um feito único, e as fontes parecem se concentrar bastante em como o rei agiu de modo a expandir e estabelecer o seu império na Ásia. No entanto, uma questão pertinente é como a Macedônia recebeu essa expedição, assim como os seus altos custos. Apesar da pouca documentação a respeito dos acontecimentos na Macedônia durante a ausência de Alexandre, sabemos que não houve uma lacuna em sua história, pois Antípatro “manteve a Macedônia poderosa e unida [...], de modo que houve crescimento econômico, e a educação e treinamento militar, por exemplo, permaneceram sob altos padrões” (WORTHINGTON, 1999, p. 1)⁶². Entretanto, a competência administrativa de Antípatro não seria suficiente para lidar com os conflitos que anteviram o reino da Macedônia durante o seu período de regência.

⁶² Sobre a Macedônia durante a ausência de Alexandre, ver: (ERRINGTON, 1990, p. 104 e 114-15).

O maior exemplo é a guerra contra Agis III em 331. Tendo aceitado navios e dinheiro dos persas para contratar mercenários, Agis conseguiu reunir uma força de 8.000 a fim de desafiar a hegemonia macedônica (Diod. 17.48.1, Q.C. 4.1.39), possibilitando, assim, a ocupação de Creta e um levante considerável por parte dos espartanos. As notícias de Agis chegaram até Antípatro no momento em que ele estava lidando com uma difícil revolta na Trácia para onde, segundo Diodoro (17.62.5), Antípatro teve que deslocar todo o seu exército, o que evidencia a deficiência de tais forças durante este período. Isso não surpreende, claro, quando levamos em consideração o total de recursos enviados até então a Alexandre: em 332 Alexandre precisou de mais homens (Diod. 17.49.1, Q.C. 4.6.30), e em 331, 500 soldados de cavalaria e 6000 soldados de infantaria foram enviados para repor as forças na Ásia após a batalha de Gaugamela (Diod. 17.65.1, Q.C. 5.1.40). Embora Antípatro tenha conseguido controlar as duas insurreições (Diod. 17.73.5–6; Q.C. 6.1.20), percebe-se que ele o fez evidentemente com dificuldade, sob condições severas às quais Alexandre o submetia progressivamente.

Após a derrota de Dario, aparentemente, Alexandre começou a estabelecer mecanismos de modo a criar sua própria monarquia pessoal. As aspirações do macedônio, dessa forma, não se limitavam mais à mera expansão e estabilização das conquistas de seu pai – se é que tais intenções alguma vez existiram –, mas as transcendiam, dando início ao que ele almejava ser o império alexandrino. Assim, pode-se entender que as novas políticas adotadas por ele, mais especificamente, os “orientalismos”, nada mais eram do que maneiras de buscar legitimar o novo tipo de monarquia pessoal que Alexandre tentava construir. Entretanto, estas mesmas políticas, como já discutido, foram o pivô dos atritos entre Alexandre e seus generais.

Antípatro não escapou a esta oposição. Não apenas as suas novas políticas, como também os destinos de Parmênio e Clito, podem ser apontados como os maiores motivos para os desentendimentos entre Alexandre e seu regente (HECKEL, 1992, p. 33). Em 324, Alexandre enviou ordens exigindo que mais homens fossem enviados (Arr. *Anáb.* 7.12.4), porém, a essa altura, as preocupações de Antípatro iam muito além do desfalque militar. Somando-se aos desentendimentos entre o Alexandre e seu general, Antípatro começava a enfrentar acusações de aspirar o trono para si (Q.C. 10.10.14), bem como de estar em conluio com os Etólios (Plut. *Alex.* 49.14–15). Não suficiente, as notícias de seus desentendimentos com a rainha Olímpia, mãe de Alexandre, chegaram até o conhecimento do rei:

φασὶ γὰρ Ἀντίπατρον ἐπὶ τῆς Εὐρώπης στρατηγὸν ὑπ’ αὐτοῦ καταλειφθέντα διενεχθῆναι πρὸς Ὀλυμπιάδα τὴν μητέρα τοῦ βασιλέως

καὶ τὸ μὲν πρῶτον καταφρονεῖν αὐτῆς διὰ τὸ μὴ προσδέχεσθαι τὸν Ἀλέξανδρον τὰς κατ' αὐτοῦ διαβολάς, ὕστερον δ' αἰεὶ τῆς ἔχθρας ἀξιομένης, τοῦ βασιλέως διὰ τὸ πρὸς τὸ θεῖον εὐσεβῆς πάντα βουλομένου τῇ μητρὶ χαρίζεσθαι, πολλὰς ἐμφάσεις διδόναι τῆς πρὸς αὐτὸν ἀλλοτριότητος:

É dito que Antípatro, que havia sido deixado como general na Europa, possuía desentendimentos com a mãe do rei, Olímpia. De início ele não a levou a sério, pois Alexandre não lhe deu atenção, porém mais tarde, à medida que sua inimizade crescia e o rei se mostrava ansioso por agradar sua mãe em tudo por pena, Antípatro deu vários sinais de sua antipatia (Diod. 17.118.1)

A despeito da genuinidade das acusações feitas contra Antípatro, a desconfiança entre os dois macedônios era real. Pois em 324, Alexandre enviava Crátero de volta à Macedônia, acompanhado de uma força de 10.000 veteranos, sob as ordens de destituir Antípatro e substituí-lo como guardião do reino (Arr. *Anáb.* 7.12.4; Just. 12.12.9; Diod. 17.109.1-3, 111.1-2; Q.C. 10.2.12-4.3). Esta missão, no entanto, nunca chegou a ser cumprida, uma vez que, alguns meses após a partida de Crátero, Alexandre morreu na Babilônia.

As suspeitas a respeito de uma provável conspiração movida por Antípatro e outros *philoí* para eliminar Alexandre são discutidas de forma pertinente pela historiografia contemporânea. No entanto, o fato é que, tendo tomado parte em tais esquemas ou não, Antípatro pode assegurar sua posição após a morte de Alexandre, uma vez que a execução de suas últimas ordens não era interessante após o tratado entre os generais na Babilônia, que acabou por decidir reconhecê-lo como *strategos autokrator* (general governante) da Macedônia, após as alianças feitas entre os diádocos, sobretudo com Pérdicas (Just. 13.4.5; Diod. 18.3.2; cf. 18.12.1).

A partir da conquista do império persa, Alexandre assumiu objetivos muito além daqueles almejados por seus antecessores. Tais aspirações, no entanto, envolviam mudanças em uma tradicional estrutura composta por redes instáveis de alianças e acordos, bem como o princípio de um novo tipo de monarquia a qual seus sucessores tentariam dar continuidade, emulando sua imagem em busca de legitimação. Esta imagem, no entanto, foi antes fruto de uma construção póstuma do que dos frutos imediatos de seu triunfo. O preço a ser pago pelos macedônios, envolvidos no ciclo bélico intermitente iniciado por Alexandre na Ásia, era alto: “Com ele havia partido uma geração de homens, e a população em sua maioria teria amargas memórias de seus pais, filhos e irmãos que desapareceram” (BOSWORTH, 1986, p. 12). Conseqüentemente, apesar dos esforços de Antípatro e os Sucessores depois dele, a Macedônia jamais recuperaria a antiga supremacia. Se Alexandre se tornava – a despeito de sua legitimação – o Rei da Ásia, na Macedônia ele já era há muito, indubitavelmente, um rei ausente.

À ocasião da morte de Alexandre, esta decadência já era evidente. Antípatro não participara das negociações que levaram ao acordo da Babilônia, e encarava uma difícil revolta que tinha por objetivo libertar as cidades gregas do domínio macedônico: a Guerra Lâmica (Diod. 18.9; Just.13.5.5). Com a cavalaria desfalcada, Antípatro fora obrigado a se refugiar na cidade de Lâmia, localizada no norte da Tessália, tendo que recorrer aos generais na Ásia e pedir por reforços (Diod. 18.12.1-4). O desfecho desse conflito afetaria não apenas o futuro da Macedônia, cuja hegemonia encontrava-se ameaçada, mas também as relações políticas entre os diádocos. Embora excluído do núcleo político do império no momento em que a sucessão era decidida, Antípatro conseguiria se adaptar rapidamente ao novo cenário político, não ficando para trás na competição pelo comando do império.

1.2- Crátero: o Amigo do Rei

Tendo sido um dos generais mais proeminentes de Alexandre, bem como uma das figuras centrais no cenário político após sua morte, Crátero se apresenta nas fontes como um oficial cuja história é majoritariamente militar. Sendo membro da nobreza macedônia⁶³, Crátero é visto em posições de comando desde o início da expedição da Ásia: na Batalha de Granico, em 334, o jovem oficial já ocupava o comando das brigadas da falange (Arr. *Anáb.* 1.14.2-3); no ano seguinte, durante a batalha de Isso, ele liderava não apenas a sua própria brigada, mas todos os regimentos da ala direita da infantaria e da falange (Arr. *Anáb.* 2.8.4; C.Q. 3.9.8). Após a batalha de Gaugamela, Crátero se torna uma das figuras mais influentes do exército, ora liderando o corpo principal do exército, ora comandando forças independentes (Arr. *Anáb.* 3.11.10, 3.18.4-8; Diod. 17.57.3; Q.C. 5.4.14-34).

A sua rápida ascensão militar dificilmente se deve apenas por sua descendência nobre. Ao que tudo indica, Crátero era, de fato, um comandante habilidoso. Tamanha era a sua eficiência em campo de batalha que, em 330, apenas o comando de Filotas e de seu pai, Parmênio subordinavam a sua posição no exército. Posteriormente, Crátero faz coro aos *Philoí* de Alexandre ao exigir a condenação de Filotas pela conspiração envolvendo Dimnos, tornando-se assim um dos maiores responsáveis por sua queda. As interpretações para o posicionamento de Crátero neste caso podem ser várias; Heckel, por exemplo, defende que a atitude dele perante o julgamento de Filotas se deve muito mais a uma intenção sincera de proteger o rei de traições, ou mesmo a seu antagonismo pessoal quanto ao comandante, do que

⁶³ Seu pai, Alexandre, era membro da nobreza macedônia, sendo ambos naturais de Orestis (Arr. *Ind.* 18.5; Arr. *Anáb.* 1.25.9)

a um desejo pessoal de ascensão militar, uma vez que ele já havia ganhado bastante poder desde Ectabana (1992, p. 105) e a família de Parmênio não mais representava uma ameaça à sua posição. Eu discordo em parte deste argumento. Embora Crátero tenha de fato conquistado o apreço de Alexandre, tendo se tornado o seu braço direito quanto aos assuntos militares, Filotas ainda obtinha vantagem ao ser o detentor do comando da cavalaria; Crátero podia comandar a maior parte das unidades de infantaria, mas sua posição não se comparava, em poder e prestígio, ao homem que liderava a unidade de elite do exército macedônico⁶⁴. Embora Crátero tenha, com efeito, se mostrado leal a Alexandre ao longo de sua carreira, isso não significa que ele mesmo não fosse ambicioso: com a queda de Filotas, ele seria o mais indicado para assumir sua posição. Dessa forma, Crátero alcançaria dois objetivos de uma só vez, eliminando um inimigo indesejado, ao mesmo tempo em que chegava ao auge de sua carreira militar.

Essa intenção pode ser justamente confirmada pelo visível desapontamento dele ao ter seus planos frustrados pela decisão de Alexandre em conceder o comando da cavalaria a Heféstion. Embora os dois *philoí* tenham trabalhado juntos pela eliminação de Filotas, essa parceria logo teve fim quando seus interesses voltaram a entrar em conflito. Segundo as fontes, Crátero e Heféstion partilhavam de uma conhecida rivalidade:

ἐπεὶ δὲ καὶ τῶν φίλων ἑώρα τῶν μεγίστων Ἡφαιστίωνα μὲν ἐπαινοῦντα καὶ συμμετακοσμούμενον αὐτῷ, Κρατερὸν δὲ τοῖς πατρίοις ἐμμένοντα: δι' ἐκείνου μὲν ἐχρημάτιζε τοῖς βαρβάροις, διὰ τούτου δὲ τοῖς Ἑλλησι καὶ τοῖς Μακεδόσι καὶ ὅλως τὸν μὲν ἐφίλει μάλιστα, τὸν δὲ ἐτίμα, νομίζων καὶ λέγων αἰεὶ τὸν μὲν Ἡφαιστίωνα φιλαλέξανδρον εἶναι, τὸν δὲ Κρατερὸν φιλοβασιλέα, διὸ καὶ πρὸς ἀλλήλους ὑπούλως ἔχοντες συνέκρουον πολλάκις

Ademais, quando ele viu que, entre seus principais amigos, Heféstion aprovava seu comportamento e se juntava a ele na mudança de seu estilo de vida, enquanto Crátero prendia-se rapidamente a seus modos nativos, ele empregou o primeiro de seus assuntos com os bárbaros, e o último com os assuntos dos gregos e macedônios. E em geral ele demonstrava mais afeição por Heféstion, porém mais estima por Crátero, pensando, e constantemente dizendo, que Heféstion era um amigo de Alexandre, mas Crátero era um amigo do rei. E por essa razão, os homens cultivavam um rancor secreto entre si e muitas vezes entraram em colisão. (Plut. *Alex.* 47.5-6)

⁶⁴ A tradicional importância da cavalaria no exército macedônico era não apenas estratégica, mas também política: ela originava não apenas combatentes de elite, mas também influentes indivíduos políticos que se sobressaíam por sua extraordinária atuação – os *hetairoi*. A unidade composta por esses guerreiros ilustres, por sua vez, era comandada pelo próprio *basileus*. Sendo assim, o comandante da cavalaria era não apenas o mais próximo do rei em campo de batalha, mas também conseqüentemente uma importante autoridade política. Para mais detalhes sobre a cavalaria, ver: (Thomas, 2007, p. 148,152)

A passagem acima antecede a narração do duelo entre os dois oficiais na Índia, mencionado anteriormente. Leais ao rei ao seu próprio modo, os dois macedônios ocupavam posições privilegiadas no círculo interno de Alexandre, disputando entre si pelo favoritismo do rei. Por sua vez, ambos eram importantes para ele, porém de formas distintas: Heféstion era detentor da afeição amorosa de Alexandre (Amigo de Alexandre = *Philalexandros*), enquanto Crátero era detentor de seu apreço político (Amigo do rei = *Philobasileus*).

O incidente, no qual os dois amigos de Alexandre chegaram às vias de fato, evidencia ao mesmo tempo como Alexandre estrategicamente escolheu lidar com cada um deles. Crátero era uma figura poderosa, competente e respeitada principalmente entre o exército. Tradicionalista com relação à identidade macedônia, Crátero era abertamente contra os orientalismos de Alexandre. No entanto, ele era ao mesmo tempo fundamental para os assuntos políticos e militares do rei, não apenas por ser eficiente, mas por ser um dos poucos generais que contavam com certa dose de confiança do rei. A atitude imediata de Alexandre ao repreender Heféstion abertamente neste episódio mostra que Alexandre valorizava sua relação com Crátero, mantendo assim o respeito para com um oficial cuja função era fundamental na manutenção de seus domínios:

(...) pois Crátero não era alguém a ser desonrado diante de suas próprias tropas, e diante dos hetairoi. Alexandre reconhecia o valor de Crátero para o Rei e para o exército e, sem dúvida, ele estava sofrendo com o atrito entre Crátero e Heféstion. Seu relacionamento com o último, por outro lado, era muito mais pessoal; o desconforto poderia ser aliviado depois em particular. (HECKEL, 1992, p. 74)

A partir desse momento, a trajetória de Crátero torna-se obscura. Como se pode constatar em Plutarco, na própria citação anterior, Alexandre passa a ser bastante cauteloso com relação às missões conferidas a Crátero e Heféstion, à medida que as crises entre os dois se tornam cada vez mais intensas. Assim, o rei atribui a seus dois amigos funções em ambientes distantes uns dos outros. No entanto, o resultado de tal estratégia é a estagnação da carreira de Crátero conforme ele perde espaço para Heféstion na Ásia. O Amigo do Rei, dessa forma, é progressivamente afastado da corte pelo próprio objeto de sua devoção.

As intenções políticas de Alexandre com relação a Crátero são difíceis de interpretar. Sobretudo, quando o primeiro, pouco tempo antes de sua morte, determinou que Crátero retornasse à Macedônia com os 10 000 veteranos sob a missão de substituir Antípatro na administração dos assuntos em sua terra natal (Diod. 17.109.1-3, 111.1-2; Q.C.10.2.12-4.3; Plut. *Alex.* 71.1-9; Arr. *Anáb.* 7.8.1-12.7; Just.12.114-13.10), os questionamentos que surgem

não são poucos, e tampouco são fáceis de serem respondidos: teria Alexandre concedido a Crátero a missão de assumir a administração da Macedônia devido à lealdade do último, demonstrando assim sua confiança em Crátero? Ou, ao contrário, teria o rei enviado Crátero nesta missão por sentir-se ameaçado por sua presença na Ásia, cada vez mais influente e antagônica às suas políticas? Ainda, as duas hipóteses podem estar completamente erradas, e a decisão do rei ser nada mais do que uma medida pragmática, uma vez que Crátero se convertia cada vez mais em um empecilho para a posição de Heféstion⁶⁵. Ademais, a forma como Crátero recebe as decisões de Alexandre também são rodeadas de suspeita: já antes insatisfeito com as políticas do rei, como teria o general recebido a última missão que lhe fora conferida, após anos de impecáveis serviços a Alexandre? As respostas para esta questão também transitam entre a possibilidade de mais uma conspiração contra o rei, à simples aceitação de Crátero com relação a suas ordens.

Dessa forma, a posição de Crátero à época do falecimento de Alexandre em 323 era intrigante: estando longe da Babilônia em um momento crucial para o futuro do império, o general perde a oportunidade de garantir uma posição de liderança na sucessão do império – tendo sido conseqüentemente obscurecido por Pérdicas. Sua situação, por outro lado, estava longe de ser vulnerável: ele detinha o comando dos veteranos mais eficientes do império, superiores em número às forças da Babilônia; ele possuía também acesso ao tesouro real no forte de Cinda, na Cilícia, à frota naval de Clito⁶⁶, o Branco, tendo, ainda, o apoio dos militares macedônios, bem como de outros poderosos comandantes que ali se encontravam junto a ele: Polipercon, Górgias e Antígenes⁶⁷. Com Alexandre morto, porém, os seus planos haviam sido também abortados, restando a Crátero a ordem de se juntar a Antípatro em uma administração conjunta da Macedônia. Esses fatores poderiam certamente tê-lo deixado bastante frustrado; no entanto, caso ele desejasse ignorar as determinações do acordo da Babilônia, “ele possuía os navios, ele possuía os homens, ele possuía o dinheiro também” (BOSWORTH, 2002, p. 31). Embora seja difícil determinar como a morte de Alexandre foi recebida pelas forças na Cilícia, Crátero aparentemente tinha poder suficiente para almejar uma posição mais privilegiada se assim o desejasse.

O cargo de *prostates* (protetor) da *basileia* de Filipe Arrideu foi-lhe conferido não em função da vontade de Alexandre ou da corte, mas pela exigência do “terceiro poder” da realeza

⁶⁵ Além disso, deve levar em consideração o fato de que tanto Crátero, quanto os demais veteranos, encontravam-se demasiado desgastados para prosseguir na campanha de Alexandre, como atesta Arriano (*Anáb.* 7.12.4).

⁶⁶ Plut. *Fóc.* 25.1-4.

⁶⁷ Arr. *Anáb.* 7.11.4; Just. 12.12.8.

macedônica: o exército. A coroação do meio-irmão de Alexandre era importante para as alas mais conservadoras do exército devido às suas demandas por um rei macedônio que descendesse Filipe II. (HECKEL, 1992, p. 116) e ninguém representava melhor esse tradicionalismo militar do que Crátero.

1.3- Pérdicas: o suspeito de todos

Tanto a morte de Heféstion quanto o afastamento de Crátero levaram a um acontecimento em comum: a ascensão de Pérdicas como novo favorito de Alexandre, bem como sua posição como regente garantida após os eventos em 323. Durante os últimos anos de vida de Alexandre, Pérdicas já detinha a antiga posição militar de Heféstion (Diod. 18.3.4), e conseqüentemente uma posição privilegiada junto ao rei. Ele era, com efeito, o braço direito de Alexandre (HECKEL, 2006, p. 148). Compreender a carreira de Pérdicas e como ele chegou a este posto, no entanto, não é uma tarefa fácil.

A progressiva ascensão militar de Pérdicas indica que ele era um competente oficial, tendo posições de liderança durante as principais batalhas travadas por Alexandre. Sendo nomeado *somatophylax* durante a expedição da Ásia⁶⁸, é quase certo que o general fosse uma figura próxima a Alexandre e ativa na corte macedônia desde antes de sua coroação. Após a morte de Filotas, Pérdicas ganha uma boa promoção militar, mas é obscurecido durante a campanha da Índia pela ascensão de Heféstion. Ainda assim, é provável que Alexandre tenha disposto os dois generais juntos devido tanto sua compatibilidade ideológica com os planos de Alexandre quanto ao Oriente, como também devido à necessidade de Heféstion de ter um general experiente junto a si (HECKEL, 1992, p. 128).

Aqui é possível perceber, o quão ambicioso e sagaz Pérdicas se mostra neste período. Independentemente do fato de ele ser ou não favorável aos planos Alexandre ao final de sua expedição, Pérdicas garantiu ao longo deste período uma posição cada vez mais próxima do *basileus*, fosse por meio de seus feitos militares e suas demonstrações de lealdade e companheirismo para com Alexandre, fosse por meio da sua aproximação com Heféstion. No que diz respeito ao primeiro, Pérdicas mostrou ser, sobretudo durante a expedição da Ásia, um soldado e líder proativo: sempre presente nas campanhas de Alexandre, Pérdicas demonstrou ser um seguidor incansável do *basileus* (Heckel, 1992 p. 126).

⁶⁸ Pérdicas já era membro da guarda real à época de Filipe, tendo sido ele um dos soldados a perseguir e matar o seu assassino, em 336. (Diod. 16.94.4).

Pérdicas também tirou bom proveito da situação ao se aproximar de Alexandre, demonstrando ser simpático às suas tendências orientalistas e à posição de Heféstion. O resultado disso seria que, com a morte de Heféstion, Pérdicas se tornaria um dos generais mais próximos de Alexandre e o seu preferido no momento de sua morte. Essa posição privilegiada, no entanto, acarretaria grande dificuldade nas relações políticas e diplomáticas com os demais oficiais, que por sua vez estavam pouco dispostos a aceitar a sua posição enquanto primeiro entre os *philoí*.

Os relatos a respeito de Pérdicas não são simpáticos a ele. Descrito como um homem inescrupuloso e de personalidade odiosa pelas fontes⁶⁹, a impressão deixada por Pérdicas à primeira vista é de que ele era uma verdadeira *persona non grata* entre os demais oficiais. Evidentemente, tal antipatia era antes um fruto da rivalidade e da cobiça característica à corte macedônia, do que um retrato fiel do caráter de Pérdicas: tendo se isolado politicamente cada vez mais após a morte de Alexandre e morrido em função, aparentemente, seus próprios erros estratégicos e políticos, o general também sofreu com uma incansável propaganda negativa estabelecida pela tradição de Ptolomeu/Arriano após a sua morte⁷⁰.

Contudo, apesar de sua suposta personalidade gananciosa, Pérdicas parece ter alcançado sua posição de prestígio ao lado de Alexandre por meio de seus próprios méritos. Independentemente de suas reais intenções, sua dedicação e habilidade para com os assuntos militares, bem como sua compreensão dos planos de Alexandre, aparenta ser genuína. Segundo Heckel (1992, p. 130), após a morte de Heféstion, Pérdicas se tornaria o homem mais poderoso na Ásia. Considerando que entre os anos 324 e 323, o general beneficiava-se não apenas da cavalaria de Heféstion, mas também da ausência de Crátero⁷¹, Pérdicas de fato tinha o caminho livre para estabelecer para si uma posição extremamente influente na *basileia*. Diversas questões, porém, emergem deste cenário: qual era a verdadeira extensão do poder de Pérdicas na corte alexandrina, e até que ponto sua posição enquanto Quiliarca lhe conferia valor e autoridade frente à corte e ao exército? Por último, teria ele herdado a posição política de

⁶⁹ (Just. 13.8.2) (Diod. 18.33.3)

⁷⁰ Arriano, por exemplo, nunca chega a mencionar que Alexandre havia dado seu anel a Pérdicas, momentos antes de sua morte, sendo esta passagem encontrada apenas em Diodoro e quinto Cúrcio (18.2.4; 10.4.4). Ainda, o mesmo autor omite o fato de que Pérdicas assumiu o controle da Quiliarquia (que, neste caso, equivale a uma hiparquia) de Heféstion após a sua morte, afirmando que ninguém havia sido apontado para o seu comando em respeito à sua memória (*Anáb.* 7.17.9; cf.: Diod. 18.3.4). O reconhecimento da existência da massiva propaganda em Ptolomeu pela academia moderna é recente, no entanto, segundo Heckel (1992, p. 125), uma vez que por um longo tempo a tradição de Ptolomeu/Aristóbulo foi resguardada, dentre os demais autores, como a versão “oficial”.

⁷¹ Crátero havia sido enviado de volta à Macedônia com os 10.000 veteranos após o atrito entre o exército e Alexandre em Opis em 324 (Diod. 17.109.1-3, 111'1-2; Q.C.10.2.12-4.3; Plut. *Alex.* 71'1-9; Arr. *Anáb.* 7.8'1-12'7; Just. 12.114-13.10).

Heféstion como segunda maior autoridade do império e, se sim, quais seriam as implicações disso para a *basileia*?

1.3.1- A Quiliarquia de Heféstion *versus* a Quiliarquia de Pérdicas

Poucos assuntos têm levantado mais problemas nos estudos helenísticos do que a natureza da Quiliarquia sob Alexandre e os Sucessores. As fontes provêm uma considerável variedade de informações a respeito do cargo, porém, como afirma Bosworth, novas evidências frequentemente trazem complicações tanto quanto esclarecimentos (1993, p. 420).

A historiografia tradicional tem assumido erroneamente que o ofício de Quiliarca sob Alexandre era correspondente a algo como o ofício de grão-vizir⁷². Tal concepção se deve a um provável erro na transcrição de Fócio dos *Eventos Após Alexandre* (Arr. Fr. 156 F.1.3): “Pérdicas seria quiliarca da quiliarquia que pertencera a Heféstion, e esta era uma regência de todo o reino”; a descrição “regência de todo o reino” tem sido, por conseguinte, um dos principais argumentos para a associação do quiliarca ao vizir, sendo que ela na verdade se refere à regência (MEEUS, 2009, p. 306)⁷³.

Essa confusão semântica pode ser esclarecida através da discriminação das funções do quiliarca em cada contexto. Primeiramente, deve-se notar que a quiliarquia adotada pelos macedônios possuía uma natureza militar. Originalmente, o cargo do quiliarca fora importado do *hazarapatis* do Império Aquemênida, cujas principais funções incluíam 1) o comando dos mil soldados de elite do exército (*melóphoroi*) e da guarda real e 2) a proteção do rei e o controle do acesso à sua pessoa (Meeus, 2009, p. 303-304). Tal concepção é fiel ao significado de ambos os termos, uma vez que tanto *hazarapatis* como *chiliárchos* significam “comandante de mil homens” (COLLINS, 2001, p. 259-260; MEEUS, 2009, p. 304).

A implantação do cargo por Alexandre pode ser encarada como parte de suas políticas de “orientalização”, responsáveis não só por introduzir os aparatos e protocolos persas ao império macedônio, mas também cargos e elementos de sua corte⁷⁴ (Collins, 2001, p. 262). A evidência da implantação do cargo por Alexandre pode ser atestada em Diodoro:

[ὁ δ' Ἀντίπατρος] ἀπέδειξεν [...] τὸν δ' υἱὸν Κάσανδρον χιλιάρχον καὶ δευτερεύοντα κατὰ τὴν ἐξουσίαν. ἡ δὲ τοῦ χιλιάρχου τάξις καὶ

⁷² De origem persa, o grão-vizir era o mais alto ministro do rei ou sultão, atuando como seu principal representante e conselheiro. O ofício do vizir tornou-se característico do califado abássida, a partir do século VIII, após a conquista do Império Sassânida, assim como do Império Otomano posteriormente. Heckel (1992, p.333, n. 2), cita alguns autores mais antigos que apoiam esta concepção da quiliarquia macedônia.

⁷³ Cf. COLLINS, 2001, p. 275-276 e HECKEL, 1992, p. 333-334.

⁷⁴ A exemplo da introdução de soldados persas na corte (Diod. 17.77.4; Plut. *Alex.*51.1-2)

προαγωγή τὸ μὲν πρῶτον ὑπὸ τῶν Περσικῶν βασιλέων εἰς ὄνομα καὶ δόξαν προήχθη, μετὰ δὲ ταῦτα πάλιν ὑπ' Ἀλεξάνδρου μεγάλης ἔτυχεν ἐξουσίας καὶ τιμῆς, ὅτε καὶ τῶν ἄλλων τῶν Περσικῶν νομίμων ζηλωτῆς ἐγένετο.

[então Antípatro] apontou [...] seu filho Cassandro como quiliarca e segundo em autoridade. O posto e status de quiliarca havia adquirido fama e glória sob os reis persas. Depois, sob Alexandre, este ganhou poder e honra novamente quando ele se tornou um admirador de todos os outros costumes persas. (Diod. 18.48.4-5)

Embora existam divergências com relação à data de sua implantação⁷⁵, podemos afirmar com certeza que o primeiro a deter o cargo de quiliarca foi Heféstion. No entanto, a natureza da quiliarquia de Heféstion levanta hipóteses diversas, uma vez que o macedônio não apenas detinha poder de comando militar após 330, mas também era a segunda maior autoridade política depois de Alexandre.

Meeus apresenta uma explicação mais convincente para essa questão (2009, p. 306): o rei possuía poder absoluto (militar e político), enquanto o quiliarca era seu segundo comandante, ocupando a liderança da cavalaria, principal unidade do exército; dessa forma, a quiliarquia não pode ser equivalente à regência do reino, podendo esta associação ser perfeitamente explicada por uma confusão feita por Fócio ao esclarecer as funções adquiridas por Pérδικas após o acordo da Babilônia (quiliarquia e regência), que por sua vez eram distintas entre si. Sendo assim, a posição de Heféstion pode ser explicada da seguinte maneira: politicamente, ele acumulava diversas funções políticas e sociais importantes, sendo por vezes conselheiro, protetor e diplomata a serviço do rei; estas funções, por sua vez, não são relacionadas ao exercício da quiliarquia (sendo inclusive anteriores a ela), mas sim a sua conjuntura enquanto *somatophylax* e a sua distinção e prestígio enquanto *philalexandros*.

Os argumentos de que a quiliarquia de Heféstion agregava também funções administrativas (HECKEL, 1992, p. 334), ou de que Heféstion acumulava dois tipos diferentes de quiliarquia, uma militar e outra política (COLLINS, 2001, p. 271-272), apresentam diversas falhas. A principal delas é o fato de que Heféstion já acumulava as funções políticas e administrativas supostamente atribuídas ao quiliarca; ainda, nenhuma outra fonte, com exceção

⁷⁵ Collins (2001, p. 266-267) defende que a citação em questão evidencia que o cargo já pertencia a Heféstion provavelmente desde 330, quando Alexandre começa a implantar os costumes e políticas orientais em sua corte. Tal argumento soa um tanto inconsistente, uma vez que não há indicações concretas da implantação do cargo nesta época; Heckel (1992, p.335), por outro lado, argumenta de forma mais convincente que Heféstion fora conferido com o cargo em questão apenas em 328, quando Alexandre reestrutura o comando geral da hiparquia (quiliarquia) a Heféstion; antes disso, a pressão política exercida por generais mais conservadores o obrigou a colocar Clito como comandante conjunto desta unidade.

da passagem de Fócio, indica que o quiliarca realmente tivesse outras funções além da de comandante da hiparquia. Assim, a hipótese de que a quiliarquia fosse um cargo puramente militar também oferece esclarecimento a respeito dos demais quiliarcas⁷⁶ que sucederam Heféstion:

O quiliarca não é regente, mas sim agregado ao regente como um segundo-em-comando. Se consequentemente assumirmos esta instância como algo típico, devemos esperar que no caso de Pérdicas, também, que é inquestionavelmente um regente, se encontre um líder mais jovem agregado a si como quiliarca. E isso, se a hiparquia de Seleuco é idêntica à quiliarquia, é precisamente o que encontramos, de acordo com o relato de Diodoro e Apiano. (BEVAN, 1990, p. 398 *apud* MEEUS, 2009, p.306)

Pode-se concluir, portanto, que o fator que conferia a Pérdicas sua autoridade política em 323 não era a quiliarquia, mas sim a função de regente (aparentemente legada a ele por Alexandre em seus últimos momentos de vida), que por sua vez foi garantida apenas após as negociações do acordo da Babilônia em 323.

Os esforços de Pérdicas em estabelecer alianças e eliminar ameaças durante as negociações na Babilônia, bem como sua hesitação mediante certas decisões⁷⁷, evidenciam que sua posição enquanto favorito no império estava longe de ser estável. Arriano, ao relatar os acontecimentos após a morte de Alexandre, afirma que “Pérdicas era suspeito de todos, e todos eram suspeitos dele” (ἐξ ὧν Περδίκκας ὑποπτος ἐς πάντας ἦν καὶ αὐτὸς ὑπώπτευσεν) (Arr. *Fr.* 156 F. 1.5). Ele não foi o único, no entanto, a sofrer com tal isolamento:

Neque enim umquam ante Macedonia vel ulla gens alia tam clarorum virorum proventu floruit, quos primo Philippus, mox Alexander tanta cura legerat, ut non tam ad societatem belli quam in successionem regni electi viderentur. (...) Qui numquam sibi repperissent pares, si non inter se concurrissent, multosque Macedonia provincia Alexandros habuisset, nisi Fortuna eos aemulatione virtutis in perniciem mutuam armasset.

Nunca antes, é verdade, a Macedônia ou qualquer outro país contaram com tamanha multidão de homens distintos; os quais Filipe primeiramente, seguido por Alexandre, haviam selecionado com tamanha habilidade, que pareciam ter sido escolhidos não tanto para servi-los na guerra, mas para sucedê-los no trono. (...) Homens que jamais teriam encontrado antagonistas para competir com eles, não tivessem eles disputado uns contra os outros; ao passo que a -

⁷⁶ Quatro generais são documentados como quiliarcas à época de Alexandre e dos Sucessores: Heféstion, Pérdicas, Seleuco (Diod. 18.3.4; cf. Just. 13.4.17) e Cassandro. (Diod. 18.48.4-6)

Macedônia poderia ter tido muitos Alexandres ao invés de um, não tivesse a Fortuna os inspirado com mútuas rivalidades para sua mútua destruição. (Just. 13.1.12-15)

A julgar pela conduta típica da corte macedônia, bem como a estrutura permeada de suspeitas e rivalidades para com o qual Alexandre contribuiu imensamente, a desconfiança era um fator inevitável com o qual todos os diádocos tiveram que lidar. Alguns sucumbiram perante seu peso, outros desenvolveram estratégias sofisticadas para lidar com ela e assim competir pela supremacia imperial. O prenúncio de Justino, dessa forma, era um fato concreto.

2- As coalizões

Os anos entre 323 e 320 seriam o princípio do fim da unidade imperial de Alexandre. Os diádocos, por sua vez, se veriam envolvidos pelas décadas seguintes em conflitos que tinham por objetivo conservar a frágil unidade do império macedônico e, ao mesmo tempo, torná-los soberanos deste império. Ironicamente, esta busca pela supremacia individual sobre o império seria o principal fator responsável por fragmentá-lo. A ascensão e a queda de Pérdicas representa o início desta tendência destrutiva.

Já nos primeiros meses como regente, Pérdicas tomou medidas que buscavam sanar as ameaças mais críticas à unidade do império, bem como fortalecer sua posição através de táticas políticas e militares. A nomeação de Eumenes como sátrapa da Capadócia e da Paflagônia, por exemplo, eram parte de sua política, uma vez que estas eram regiões que haviam se rebelado ao controle macedônio sob o comando de Ariarates e teriam, portanto, de ser subjugadas (Diod. 18.16.1; Q.C. 10.10.3; Plut. *Eum.* 3.3-4). Inicialmente, Pérdicas ordenou que Leonato e Antígono levassem reforços até Eumenes, o que não se concretizou: Leonato, após passar algum tempo na região da Frígia Helespôntica reunindo soldados administrando sua satrapia, decidiu não acatar às ordens do regente, partindo ao invés disso para a Macedônia, após correspondências simultâneas com Antípatro e Olímpia, essa última oferecendo uma aliança por meio de um casamento com sua filha, Cleópatra (Diod. 18.12.1; Plut. *Eum.* 3.9); esta decisão deixava evidente que Leonato almejava estabelecer uma posição de supremacia unindo-se à família de Alexandre, como também expunha a sua pouca inclinação em reconhecer a autoridade de Pérdicas. Se levado em consideração os desdobramentos do acordo da Babilônia, no qual o regente havia se sobressaído em detrimento de Leonato, é bastante lógico que esse último estivesse priorizando seus interesses particulares em se promover na disputa pelo

domínio do império. O casamento com a meia-irmã de Alexandre, dessa maneira, era uma excelente oportunidade para tanto.

Antígono, por sua vez, também não atendeu ao comando de Pérdicas; as razões para isso são meramente especulativas, uma vez que as fontes não entram em detalhes a respeito do silêncio do sátrapas; Segundo Anson (2014, p. 47-48), há duas possíveis razões para o silêncio de Antígono: ele pode ter simplesmente escolhido não arriscar as relações relativamente amistosas com Ariarates que, por sua vez, possuía uma força militar considerável⁷⁸ ou, ainda, ele pode não ter aceitado as decisões tomadas na Babilônia, desconsiderando, assim, os comandos vindos de Pérdicas. De todo modo, a insubordinação dos dois sátrapas compunha uma preocupação a mais para Pérdicas.

A preocupação do regente não diminuiria, no entanto, após a submissão da região. Isso porque, em 321, Crátero, alocado na Cilícia desde a morte de Alexandre, finalmente partiria para a Macedônia, tendo aceitado uma proposta de aliança com Antípatro: após a morte de Leonato, que sucumbira durante uma das batalhas na Tessália, esse teria solicitado auxílio de Crátero para subjugar os revoltosos; Crátero, por sua vez, atendeu ao chamado de Antípatro, possibilitando, com isso, a vitória macedônia sobre os inimigos gregos (Diod. 18.15.1-4; Just. 13.5.14; Arr. *Fr.* 156. F. 9). Após estes eventos, Antípatro teria oferecido a mão de sua filha, Fila, em casamento ao general, o qual aceitou a oferta, ocasionando, assim, uma conveniente aliança política. Aparentemente, apesar de possuir tanto recursos quanto autoridade para tanto, Crátero optou por estabelecer relações amistosas com Antípatro, decidindo, ainda, retornar à Ásia após a campanha na Grécia (Diod. 18.18.1-8). As motivações de Crátero ao tomar estas decisões são fontes de intrigantes questionamentos; até onde se sabe, ele possuía plenas condições de lutar pela supremacia da regência contra Pérdicas. No entanto, embora Bosworth (2002, p. 11) argumente que esta era justamente a sua intenção ao se dirigir à Ásia, não há evidências concretas de que ele estivesse inclinado a fazê-lo: o general até então não havia se mostrado hostil ao regente, e sua decisão pode ter apenas significado que este almejava um novo posto na Ásia, após a morte de Leonato, que governava a região da Frígia Helespôntica (Anson, 2008, p. 53). A incerteza quanto às suas futuras ações, muito provavelmente, deixava Pérdicas inseguro.

Esse cenário de insegurança levou Pérdicas a tentar garantir para si a vantagem política por meio de alianças. As suas decisões, no entanto, provocariam uma mudança radical nas

⁷⁸ Ariarates conseguira reunir em 322 uma infantaria com 30.000 homens e uma cavalaria com 15.000 (Diod. 18.16.2). A batalha contra esse sátrapa revelou ser mais dura do que o esperado, tendo este sido derrotado somente após duas batalhas (Arr. *Fr.* 156. F.1.11)

relações entre os generais. Em 321, uma das filhas de Antípatro, Nicaia, foi enviada ao encontro de Pérdicas, em resposta ao pedido em casamento feito pelo regente após o fim das negociações na Babilônia em 323 (Arr. *Fr.* 156 F.9.21; Diod. 18.23.1; Just. 13.6.6). Essa aliança entre os dois refletia, por ora, a sua intenção mútua de construir uma relação que lhes conferisse segurança e preeminência em meio à rede de conflitos e desconfiança que vinha se formando entre os diádocos. Pérdicas, de um lado, temia o fortalecimento de rivais Antípatro e Ptolomeu, e provavelmente no casamento com Nicaia uma chance de conferir mais solidez à sua posição como regente; Antípatro, por outro, buscava com estes casamentos de alguma forma compensar o seu distanciamento do núcleo político do império:

Antípatro estava lidando com a ameaça do sul da Grécia e, além disso, não havia tomado parte nas negociações e no acordo feito na Babilônia. Todos esses arranjos com os outros diádocos podem simplesmente ter sido uma tentativa de participar a seu próprio modo da nova ordem. (Anson, 2014, p. 53)

Acontece que Antípatro não era o único a se fazer inserir nestas relações por meio desse tipo de aliança. Simultaneamente à chegada de Nicaia ao acampamento de Pérdicas, a rainha Olímpia havia enviado ao encontro do general também sua filha, Cleópatra, a oferecendo em casamento (Arr. *Fr.* 156 F. 9.21; Diod. 18.23.1; Just. 13.6.4). Essas ações simultâneas de Antípatro e Olímpia eram claramente um reflexo de sua rivalidade de longa data. Anteriormente à morte de Alexandre, as fontes já relatam uma crescente relação de inimizade entre os dois; uma das razões para esta inimizade era, claramente, a disputa pelo controle político na Macedônia; conectado a esta primeira razão, estava também o fato de que Alexandre nunca havia definido com clareza as esferas de atuação específicas dos dois, e talvez esta fosse justamente a sua intenção (CARNEY, 2006, p. 58): era provável que ele tivesse mantido sua mãe justamente enquanto um contrapeso à autoridade de Antípatro na Macedônia, sendo a rivalidade entre os dois útil ao ambiente de desconfiança que lhe permitia administrar sua corte. Após a sua morte, esta rivalidade se intensificaria exponencialmente, iniciando uma inimizade dinástica com consequências fatais para ambos os lados. Por ora, no entanto, ambos buscavam conquistar espaço nesta competição através dos casamentos de suas filhas.

A escolha de Pérdicas, por sua vez, definiria seu posicionamento em meio a essa disputa. O estabelecimento de Antígono e Ptolomeu em suas satrapias alcançava um relativo nível de independência do poder regencial, ameaçando a sua supremacia, e uma aliança com Antípatro poderia oferecer uma posição que lhe conferiria maior poder para lidar com a situação,

facilitando, ainda, o acesso a novos recrutas advindos da Macedônia (ANSON, 2014, p. 54). Em contrapartida, um casamento com a irmã de Alexandre o inseriria diretamente na linhagem argéada, possibilitando-lhe assim competir pela sucessão da realeza macedônica com um grau de legitimidade consideravelmente mais elevado.

A decisão, afinal, foi favorável a Nicaia, porém Cleópatra não desvaneceria desse cenário, uma vez que o casamento com ela se mostraria muito em breve necessário ao regente. Isso porque, algum tempo depois, Pérdicas tomaria uma decisão que colocaria em risco a sua autoridade com as tropas macedônicas, ao executar uma das filhas de Filipe II, Cinane. Ela, por sua vez, havia reunido um pequeno exército e deixado a Macedônia sem o consentimento de Antípatro, se dirigindo em seguida ao encontro de Pérdicas, na Ásia, e exigindo que sua filha, Adea, fosse casada com o rei Filipe Arrideu. Buscando provavelmente proteger sua relação com Antípatro, Pérdicas enviou seu irmão Alcetas de modo a interceptá-la, tendo esse a executado em seguida (Arr. *Fr.* 156 F. 9. 22; Diod. 19.52.5). O assassinato de uma descendente direta de Filipe II, no entanto, levou as tropas do exército a um novo levante contra Pérdicas, o qual foi forçado a permitir que o casamento se realizasse; Adea, por fim, uniu-se a Filipe II em casamento, mudando seu nome para Eurídice em seguida. Este episódio, por sua vez, deixou evidente tanto a fragilidade do poder de Pérdicas em meio aos macedônios, quanto o crescimento do poder do exército desde o acordo da Babilônia:

O assassinato de Cinane forçou Pérdicas mais uma vez a aquiescer às demandas do exército. Este incidente demonstrou que, aos olhos dos veteranos de Alexandre, o direito de decidir sobre assuntos políticos mais importantes foi concedido ao exército na Babilônia. É digno de nota que as tropas que forçaram a decisão a respeito do casamento eram basicamente as mesmas que fizeram Arrideu rei na Babilônia. Não houveram perdas significativas ou transferências de soldados entre os dois eventos, nem evidências de quaisquer aquisições de novos macedônios. (ANSON, 1991, p. 239)

Assim, mais uma vez o exército demonstrava adquirir uma imprevisível força política diante das decisões de seus superiores. A conexão com os Argéadas, por sua vez, era um fator diferencial na legitimação das lideranças no meio militar. A ascensão de Adea Eurídice, por sua vez, viria a se tornar um infeliz obstáculo para a regência de Pérdicas⁷⁹. Ele, ciente disso, arranjou em segredo um segundo casamento com Cleópatra, que se encontrava ainda residente

⁷⁹ Eurídice tornara-se, com a morte de Alexandre, uma influente figura na nova política dos diádocos. Com o colapso da hegemonia do império, a nova rainha conseguiria se sobressair em meio às reviravoltas da corte como uma perigosa rival para Pérdicas e, principalmente, para Olímpia. Sobre o tema, ver: (CARNEY, 2006, p. 72-74; 1987, p. 496-502).

na Ásia, utilizando Eumenes, como intermediário (Diod. 18.23.3) nas negociações⁸⁰. Os seus planos, no entanto, teriam sido descobertos por Antígono que, por sinal, vinha estabelecendo diversas ligações políticas de modo a estabelecer uma facção antagônica ao regente⁸¹. Partindo em seguida para a Macedônia, Antígono encontrou-se com Antípatro, alertando-o dos planos de Pérdicas (Diod. 18.25.3; Arr. *Fr.* 156. 24). Apesar das acusações de insubordinação sobre Antígono, e sua ausência tanto na campanha da Capadócia, quando ele havia sido convocado por Pérdicas, quanto durante a Guerra Lâmica, na qual ele não havia feito nada em prol de Antípatro, a exposição de Pérdicas e de seu pretendido casamento com Cleópatra foi a sua melhor defesa. Essa notícia, por conseguinte, foi responsável por deflagrar uma coalizão contra o regente e suas ambições à realeza: Antípatro e Crátero estabeleceram a paz com as cidades gregas ainda rebeldes, para em seguida unir-se a Antígono em uma campanha contra Pérdicas.

Neste ponto, é importante discutir as prováveis intenções dos generais ao formar essa aliança. Durante toda a era dos Diádocos, acordos tais como estes seriam feitos e desfeitos à medida em que atendiam à necessidade de suas partes para atingir objetivos específicos. É, importante, no entanto, que se não entenda tais associações necessariamente como um reconhecimento mútuo de soberania entre os generais, como atesta Meeus:

Para evitar o isolamento, os Diádocos frequentemente firmavam alianças uns com os outros, mas estes acordos eram quebrados tão facilmente quanto eram estabelecidos. Eles eram destinados para corresponder às necessidades do momento e certamente não possuíam significância constitucional, nem tampouco revelavam qualquer coisa a respeito das ambições de longo prazo das partes envolvidas. (2013, p. 119)

Assim, estas alianças podem ser definidas como vínculos estabelecidos temporariamente de modo a possibilitar atingir objetivos específicos em uma sociedade monárquica altamente competitiva. Os acordos feitos entre os generais, portanto, não implicavam que eles não desejassem alcançar a supremacia sobre os demais, inclusive sobre seus próprios aliados, uma vez que estes tratados eram firmados antes pela conveniência e necessidade do que pela lealdade. Os casamentos eram, portanto, os vínculos mais formais

⁸⁰ Eumenes havia sido um dos defensores, desde o início, de que Pérdicas se casasse com Cleópatra. Esse posicionamento provavelmente era fruto da amizade do mesmo com Olímpia e da inimizade da mesma com Antípatro. A argumentação deste em favor de Cleópatra, no entanto, se provaria verdadeira, ante a iminência de uma perigosa rivalidade com Antípatro e a necessidade de legitimação de Pérdicas enquanto sucessor junto à família de Alexandre (ANSON, 2014, p. 53-54).

⁸¹ A estadia de Cleópatra na cidade de Sardis e as comunicações entre ela e Pérdicas foram provavelmente interceptadas por Menandro que, sendo sátrapa da Lídia, provavelmente tomou ciência de suas manobras. A julgar pela aparente insatisfação de Menandro com a administração de Pérdicas pela rápida união de suas forças às tropas de Antígono mais tarde, em 320, os dois poderiam estar se comunicando desde então (Arr. *Fr.* 156. F. 10.7).

dentro de tais acordos, uma vez que não havia aparatos legais que mantivessem as partes comprometidas politicamente entre si. Mesmo esses, no entanto, não impediam necessariamente que facções antagônicas se estabelecessem entre os envolvidos. A intenção de Pêrdicas em contrair um segundo casamento com Cleópatra, portanto, era um claro indício de um iminente rompimento em prol de suas próprias ambições. A desconfiança perpétua entre os generais, por fim, se concretizaria em uma guerra.

3- A desastrada política de Pêrdicas e a Primeira Guerra dos Diádocos

A regência de Pêrdicas foi um verdadeiro fiasco político. Resultado de um desordenado acordo forjado por melindrosos jogos políticos e manifestações explosivas, o acordo da Babilônia estaria próximo de seu fim quando, em 320, os generais de Alexandre deflagraram o primeiro conflito armado entre si. A distorcida perspectiva política do novo regente do império, combinada com altas doses de autoritarismo e desmedida ambição constituíram um terreno fértil para que antigas rivalidades se aguçassem e novos inimigos surgissem. Combinado a uma visível falta de carisma do mesmo e à insatisfação de vários sátrapas com a autoridade a ele atribuído, a desconfiança comum ao meio político seria rapidamente transmitida às sessões do exército, cujas assembleias vinham assumindo proporções cada vez mais preeminentes nas decisões políticas.

Na Europa, uma perigosa coalizão entre Antípatro, Crátero e Antígono se formava de modo a avançar contra Pêrdicas na Ásia Menor. Na parte oriental do império, Pêrdicas se preparava para marchar em direção à Macedônia, planejando levar consigo o cortejo funerário de Alexandre de modo a enterrar o falecido rei na cidade de Egas⁸² (Paus. 1.6.3), local onde tradicionalmente eram sepultados os membros da realeza Argéada. Essa decisão contrariava o suposto desejo de Alexandre de que seu corpo fosse sepultado em Siva⁸³ e, certamente, ameaçava também os interesses de Ptolomeu, que seria o maior beneficiário do funeral do *basileus*, caso este realmente acontecesse no Egito.

A intenção de Pêrdicas, no entanto, não chegaria a se concretizar pois, no inverno de 321/320, Ptolomeu interceptaria o cortejo funerário de Alexandre, levando-o consigo para o Egito (Diod. 18.28.2-3; Arr. *Fr.* 156. F.9 25). Segundo Anson, Ptolomeu foi provavelmente

⁸² Atual Vergina.

⁸³ Q.C. 10.5.4; Just. 12.15-7; 13.4.6; Diod. 18.3.5. Existe uma discussão acadêmica que afirma que o desejo de Alexandre de ser sepultado em Siva era fruto da propaganda ptolemaica nas fontes, e não a vontade genuína do rei. No entanto, considerando o grande impacto causado pela visita de Alexandre ao oráculo do referido oásis, não é estranho que Alexandre tivesse como um de seus últimos desejos ser enterrado neste local sagrado. Sobre esta discussão: (TARN, 1949, p. 355; cf. MEEUS, 2008, p. 66-68).

auxiliado nessa empreitada por Arrideu, comandante responsável pela preparação e transporte do cortejo funerário de Alexandre, e Arcon, sátrapa da Babilônia: “A razão para a desobediência de Arrideu é desconhecida. Ele pode ter tentado executar o desejo original de Alexandre, ou ele pode ter tomado ciência das maiores intenções de Pérdicas e pretendido denunciá-las” (2014, p. 59-60).

A posse do corpo de Alexandre possuía, evidentemente, um valor essencialmente carismático. A intenção de Pérdicas de desviar o cortejo para a Babilônia era evidentemente voltada para a legitimação de sua liderança. Unido ao seu pretendido casamento com Cleópatra e à custódia dos herdeiros, o regente provavelmente depositava grandes expectativas no poder de legitimação que tais ações conjuntas poderiam agregar. O “rapto” do cortejo por Ptolomeu, no entanto, poderia colocar estes projetos a perder, sobretudo quando se considera a iminente inimizade do regente com outros generais. Ptolomeu, de sua parte, sendo o guardião dos restos mortais de Alexandre, pôde tomar parte de seu “carisma super-humano”, energizando-se à medida em que Pérdicas era enfraquecido (ERSKINE, 2002, p. 174). Ainda, essa legitimação possuía como principal alvo o exército: os homens que se encontravam no Egito à época do sepultamento era os mesmos homens que haviam servido a Alexandre, e que agora encontravam-se sem um rei para seguir; certamente, Ptolomeu teria visto no sepultamento do *basileus* uma oportunidade de se fazer reconhecer não apenas enquanto sátrapas, mas como um legítimo sucessor de Alexandre (ERSKINE, 2002, p. 172-173; MEEUS, 2013, p. 124).

Uma das principais discussões levantadas a partir deste episódio, no entanto, gira em torno do argumento do separatismo de Ptolomeu. Existe uma antiga tendência historiográfica de dividir os generais de Alexandre em dois grupos distintos: aqueles que buscavam a supremacia monárquica para si (unitaristas) e aqueles que visavam fragmentar o império de modo a estabelecer reinos independentes (separatistas) (GRUEN, 1985, p. 109); Pérdicas e os Antigônidas são geralmente abordados como expoentes do primeiro grupo, enquanto que Ptolomeu é tido por esta linha acadêmica como um dos primeiros a se manifestar em prol do segundo⁸⁴. No entanto, nos últimos anos essa perspectiva tem sido revisada por diversos historiadores⁸⁵. A concepção de que a fragmentação do império foi o resultado da sucumbência de tendências unitaristas ante as numerosas forças separatistas é em sua maior parte baseada no

⁸⁴ “De sua base no Egito, Ptolomeu era desde o início um formidável obstáculo para qualquer um que estivesse buscando reunificar o império de Alexandre. (...) parece certo que Ptolomeu I não possuíam ambições próprias de conquistar todo o império.” (WALBANK, 1993, p. 100); “Ptolomeu, no entanto, queria o corpo de Alexandre por diferentes razões: não havia sinal de que ele desejasse todo o império. Ele viu de antemão que o futuro estava no separatismo e ele queria se estabelecer como governante do Egito” (ERSKINE, 2002, p. 172).

⁸⁵ (Cf. MEEUS, 2008, p. 80-81; GRUEN, 1985, p. 253-271; CARNEY, 1988, p. 402; BOSWORTH, 2002, p. 246-247).

viés da retrospectiva (MEEUS, 2013, p. 114). Esse tipo de interpretação histórica, que consiste em analisar um evento como tendo sido previsível, apesar de haver pouco ou nenhum fundamento para predizê-lo, tem estado presente em várias das análises a respeito do período helenístico. Meeus, por sua vez, argumenta que essa visão conflitiva entre unitaristas e separatistas não é aplicável às políticas dos diádocos, uma vez que eles dificilmente sabiam qual seria o resultado de suas decisões anos após 323 (2013, p. 114). De certa forma, ele retoma o discurso de diversas fontes ao defender que a dissolução do império foi o fruto de “uma guerra entre competidores demasiadamente semelhantes por um único trono” (2013, p. 114-117).

Logo, trata-se realmente de um anacronismo assumir que os diádocos tivessem agido tendo em mente um desfecho ainda desconhecido, sobretudo em um meio político dominado pela tradição monárquica de uma dinastia centenária:

Enquanto para nós o Mundo Helenístico é inextricavelmente associado a três maiores reinos helenísticos, é preciso destacar que esta situação geopolítica era desconhecida por todos quando Alexandre morreu em 11 de junho de 323. (...) O historiador do início do período helenístico deve começar a sua investigação sobre os eventos a partir de 323 como se as três coisas fossem igualmente possíveis: a sobrevivência intacta do império após um período de regência; a unidade do império sob o poder usurpado de um general; ou a sua fragmentação. (MEEUS, 2013, p. 115)

Tal aceção, conseqüentemente, confere mais liberdade ao estudo do período. De fato, a análise do acordo da Babilônia a partir dos resultados obtidos, como se esses pudessem ser previstos ou até mesmo intencionados pelos Diádocos, acabam por gerar um indesejado grau de determinismo a um estudo que não necessita fazê-lo. Não se deve, assim, atribuir aos Diádocos intenções de atingir resultados que eles nem sequer possuíam em mente. Logo, é possível que para eles a sobrevivência do império, fosse sob o comando de um deles, fosse pela eventual sobrevivência da dinastia Argéada após um período de regência fosse uma verdadeira alternativa. Assim sendo, a rivalidade entre as duas coalizões foi provavelmente fruto do choque entre generais semelhantes em sua força, cada um deles desejoso de preservar o império sob seu comando individual. As fontes, por sua vez, sustentam em sua maioria esta visão:

Macedonia profecti ultra Euphraten in mediis hostibus novum imperium aspernantibus destitutos se esse cernebant, sine certo regis herede: [sine herede regni] publicas vires ad se quemque tracturum. Bella deinde civilia, quae secuta sunt, mentibus augurabantur: iterum, non de regno Asiae, sed de rege ipsis sanguinem esse fundendum, novis vulneribus veteres rumpendas cicatrices: senes, debiles, modo petita missione a iusto rege, nunc morituros pro potentia forsitan satellitis alicuius ignobilis.

Tendo deixado a Macedônia, eles se viram abandonados além do Eufrates e em meio a inimigos insatisfeitos com o novo governo; sem um herdeiro garantido para o trono, cada um destes homens tentaria converter as forças públicas em seu próprio poder.

Então eles anteviram as guerras civis que estavam por vir. Novamente eles teriam que derramar seu sangue, velhas cicatrizes, seriam abertas por novos ferimentos; não para ganhar o comando da Ásia, mas para apontar um rei para governá-los. Envelhecidos e enfraquecidos, eles que haviam recentemente pedido sua dispensa de um rei legítimo, agora haveria de morrer talvez em defesa do poder de algum obscuro subordinado. (Q.C. 10.5.12-15)

A passagem acima refere-se ao destino do exército macedônico nos anos subsequentes à morte de Alexandre. Nenhuma menção, no entanto, é feita com relação à fragmentação do império visando a criação dos futuros reinos helenísticos, mas sim à luta entre os generais de Alexandre pelo comando absoluto do império. O mesmo padrão, já observado por Meeus (2013, p. 117), pode ser reconhecido em outras fontes, a respeito de diversos generais entre si: Pérdicas (Diod. 18.23.3), Antígono e seu filho Demétrio (Diod. 18.50.2, 18.54.4, 19.56.2) e até mesmo Ptolomeu (Diod. 19.93.5, 20.51.1; Plut. *Dem.* 15.4). Voltando a este último, o uso do funeral de Alexandre, bem como de outros recursos propagandísticos por Ptolomeu são também atribuídos por Erskine (2002, p. 173) a uma suposta intenção de construir uma dinastia para si no Egito, agregando Alexandre à sua linhagem com a construção de um sepulcro em Alexandria e, assim, firmando-se enquanto soberano daquela região. No entanto, é também plenamente possível, como também mais plausível, que estas estratégias se voltassem para a supremacia além do Egito, assumindo proporções imperiais, como indica a maior parte das fontes.

Da mesma forma, uma percepção menos determinista a respeito do período permite compreender melhor a ação de outros generais que, aparentemente, não se identificam tanto com os grupos discutidos acima. Isso fica mais claro com o desenrolar da Primeira Guerra dos Diádocos. Em 320, Pérdicas e seus aliados estabeleciam duas campanhas simultâneas para combater a coalizão formada contra seu comando. Ele por um lado, marcharia em direção ao Egito, de modo a atacar Ptolomeu e recuperar o corpo de Alexandre (Diod. 18.21.8-9); já Eumenes, por outro lado, ficaria incumbido de bloquear o acesso das forças de Antígono, Antípatro e Crátero à Ásia Menor (Diod. 18.29.1-3; Just. 13.6.14-15; Plut. *Eum.* 5.2). Esse segundo combate, em especial, tem especial destaque nas fontes para a atuação de Eumenes⁸⁶

⁸⁶ Esse destaque se deve provavelmente ao fato de que Diodoro baseou-se principalmente nos relatos do escritor Hierônimo de Cárdea, o qual havia acompanhado Eumenes em suas campanhas até a ocasião em que ele é capturado por Antígono.

e sua batalha contra Crátero, sobretudo nos relatos de Diodoro (18.29-32). Os dois homens, por sua vez, haviam lutado lado a lado durante as campanhas de Alexandre, e tudo indica que a relação entre os dois após 323 ainda conservasse um alto grau de respeito advindo desses anos de companheirismo, a julgar pelos desdobramentos dos eventos seguintes.

Pérdicas havia partido para o Egito tendo levado consigo a maior parte dos veteranos, deixando Eumenes na Ásia com as forças macedônias remanescentes e mais um bom número de mercenários (Diod. 18.30.4-5) sob a incumbência de bloquear a passagem das tropas de Antípatro e Crátero pelo Helesponto. A estratégia consistia em bloquear as forças inimigas vindas da Europa de modo a ganhar tempo suficiente para primeiramente derrotar Ptolomeu e reunir as duas forças novamente na Ásia Menor, combatendo então o segundo inimigo. Ao mesmo tempo, o regente havia estabelecido um acordo com os Etólios previamente, de modo que estes voltassem a se insurgir na Grécia após a partida de Antípatro e Crátero (Diod. 18.38.1).

A estratégia de Pérdicas, no entanto, falhou por várias razões, sendo a principal delas a falta de controle e autoridade do general sobre os próprios subordinados, fruto de uma ampla rejeição ao comando do pouquíssimo carismático macedônio. Tanto a insurgência das cidades gregas quanto a defesa do Helesponto foram malsucedidas: Polipercon tomou as cidades gregas posteriormente (Diod. 18.38.2-6; Just. 13.6.9), enquanto que Antígono obteve sucesso convertendo vários dos generais de Pérdicas na Ásia a desertar para seu lado. Assandro e Menandro, já mencionados anteriormente, desertaram das forças de Pérdicas, permitindo que Antígono tomasse as regiões da Cária e da Lídia (Arr. *Fr.* 156 F. 10.7-8) sem maiores resistências, e conseguindo assim abrir caminhos para a Ásia e se dirigindo a Sardis. Eumenes, no entanto, consegue escapar à emboscada, tendo sido alertado por Cleópatra – que havia assumido a administração da Lídia no lugar de Menandro (Arr. *Fr.* 156 F. 10.7).

A rejeição a Pérdicas faria com que Antígono obtivesse sucesso na Ásia. Pérdicas carecia do carisma e da inteligência política necessária para governar, agindo muitas vezes de forma violenta e arbitrária com qualquer um que questionasse seu poder, sendo sua forma de liderar claramente baseada no medo imposto sobre seus subordinados (Anson, 2014, p. 65). Ainda, a sua decisão de atribuir a Eumenes o comando sobre os generais macedônios da Ásia havia gerado, por sua vez, uma onda de antipatia pelo regente. A reação contrária dos generais à proeminência de Eumenes estava claramente ligada às origens do general: Eumenes era um oficial grego, que havia ascendido ao comando militar graças aos anos de um competente serviço prestado como secretário a Filipe e posteriormente como comandante a Alexandre,

ocupando assim uma posição praticamente exclusiva da aristocracia macedônica⁸⁷. Pérdicas, ao que parece, havia atribuído a supervisão da Ásia menor a Eumenes por razões circunstanciais e também de ordem prática: a maioria dos outros oficiais haviam partido com Pérdicas para o Egito, ou já possuíam outras posições de comando. Ainda, Eumenes havia se destacado durante a campanha da Capadócia, bem como possuía o comando de uma poderosa cavalaria advinda de sua satrapia (Plut. *Eum.* 4.3-4); ainda, a preferência de Pérdicas pelo grego em detrimento de seu próprio irmão, Alcetas, poderia se explicar pelo risco de uma nova rejeição do exército em ser comandado pelo responsável pela execução de Cinane (ANSON, 2014, p. 61).

Assim, boa parte da hostilidade ao comando de Eumenes estava ligada ao preconceito dos demais aristocratas gregos (cf. Plut. *Eum.* 1.6; 20.6). As fontes, em especial, destacam a inimizade com Neoptólemo e Alcetas: o primeiro, provavelmente era movido pelo despeito proveniente do desempenho estratégico e militar do grego e da subsequente promoção ante seu sucesso (Arr. *Fr.* 156 F. 9.27; Diod. 18.24.4); o segundo, provavelmente se viu contrariado a lutar contra renomados comandantes macedônios, sobretudo subordinado a um general grego, sendo ele irmão do próprio regente (Anson, 2014, p. 65 cf. Anson, 2004, p. 248-249). Embora Eumenes fosse respeitado pelas tropas do exército, provavelmente por sua competência militar e sua comprovada lealdade à família de Alexandre, do ponto de vista da corte, este mesmo respeito desvanecia, devido a um claro desprezo ante a natureza não aristocrática desse oficial.

Todos esses fatores, em conjunção com a perspectiva de enfrentar poderosos e renomados generais macedônios, levaria a sucessivas deserções na Ásia: Assandro, Menandro, na Cária e na Lídia, Filoxenos, na Cilícia e Clito, no Helesponto⁸⁸. A estratégia de bloquear a entrada das forças inimigas, portanto, caíra por terra, mas o maior obstáculo para Eumenes ainda estaria por vir. Após sua chegada na Ásia, Crátero e Antípatro propuseram que Eumenes e Neoptólemo se juntassem às suas forças, prometendo inclusive a continuidade da posição de comando de Eumenes sobre sua satrapia, com terras adicionais; Eumenes rejeitou a proposta, tendo sido traído, no entanto, por Neoptólemo, que se aliou em segredo às forças adversárias (Diod. 18.29.4; Plut. *Eum.* 5.4; Arr. *Fr.* 156 F. 9.26-27). A cilada logo seria descoberta, e as forças agora divididas viriam a se enfrentar em uma batalha na Frígia, da qual Eumenes sairia vitorioso graças a sua cavalaria (Diod. 18.29.4-5; Plut. *Eum.* 5.5-6; Just. 13.8.4).

O combate mais importante, no entanto, estaria por vir. Antípatro e Crátero, tendo sido informados do resultado deste confronto, dividiram suas forças em duas frentes: Crátero

⁸⁸Todos estes generais, posteriormente, receberiam o comando de satrapias após o acordo de Triparadiso em 320, o que por si só indica uma aliança prévia com Antígono. (ANSON, 2014, p. 58-59, 64).

combater Eumenes da Ásia, enquanto que Antípatro seguiria para o Egito de modo a enfrentar Pérdicas (Diod. 18.29.6-7; Plut. *Eum.* 6.4). O enfrentamento entre esses dois generais, por sua vez, traz apontamentos importantes. O primeiro deles, como já mencionado, é a relação de respeito ainda existente entre os dois generais, podendo ser percebida na forma como ambos haviam buscado negociar entre si anteriormente à ocasião da chegada de Crátero na Ásia: Crátero se comprometeu a reconciliar Eumenes com Antípatro, enquanto que Eumenes propôs o mesmo a Crátero com relação a Pérdicas (Plut. *Eum.* 5.7-8). Isso indica que os dois generais, antes companheiros de longa data sob o comando de Alexandre, estavam pouco inclinados a se enfrentar em campo de batalha, sobretudo fazendo com que os veteranos de seus exércitos combatessem entre si. Ambos, ainda, possuíam um aspecto bastante peculiar em comum, que era uma visível lealdade à linhagem de Alexandre.

Para estes generais, fosse pela fidelidade à tradição Argéada, ou fosse pela impossibilidade de ascender a uma posição de soberania – no caso de Eumenes, devido a sua origem grega e não aristocrática – poderia ser possível a sobrevivência da soberania Argéada após um conturbado período de regência, sendo essa uma causa pela qual combater, a depender das motivações políticas e pessoais dos mesmos. Crátero pode ter se voltado contra Pérdicas pela real intenção de defender a sucessão de Alexandre contra uma evidente tentativa de usurpação, ao mesmo tempo vendo a aliança com Antípatro como a melhor saída para se estabelecer com segurança naquele momento imediato. Não há grandes indicativos, no entanto, de que ele almejasse atingir a supremacia imperial, nem tampouco fragmentar os domínios macedônicos. Na verdade, todas as ações de Crátero, desde o período em que Alexandre se encontrava vivo até os anos posteriores ao acordo da Babilônia, apontam para uma sólida lealdade à sucessão Argéada. Após o acordo, Crátero decidiu estabelecer relações amistosas com Antípatro, provavelmente por ser a opção mais razoável no momento, sem, no entanto, oferecer resistência à liderança de Pérdicas, quando ele claramente possuía condições para fazê-lo. O antagonismo entre os dois somente despontou quanto os planos usurpatórios de Pérdicas foram revelados por Antígono e Crátero se viu compelido a guerrear com outros macedônios e antigos companheiros de batalha, provavelmente a contragosto, a julgar pela forma como ele buscou negociar uma aliança com Eumenes antes do enfrentamento de fato. Dessa forma, parece plausível afirmar que a trajetória de Crátero entre 323 e 320 tenha tido como principal objetivo a manutenção da unidade imperial e da sucessão da linhagem de Alexandre a partir do fortalecimento de sua função como *prostates*.

No caso de Eumenes, as decisões tomadas por ele posteriormente à morte de Alexandre podem estar ligadas a uma questão de autopreservação. Sendo ele um general grego em meio a vários oficiais oriundos da nobreza macedônia, é provável que a forma mais segura de garantir sua posição fosse estando alinhado aos descendentes de Alexandre. Isso pode se comprovar, em parte, observando a influência da formação pessoal do general sobre os desdobramentos políticos do acordo da Babilônia: sendo ele um estrangeiro em um meio majoritariamente aristocrático, e tendo ascendido não pelos privilégios de seu nascimento, mas em função das próprias habilidades reconhecidas durante os anos de serviço a Filipe e Alexandre, é bastante provável que o general se visse ameaçado e olhasse com suspeita os demais nobres macedônios. Havia claras razões para isso, considerando o visível desgosto de muitos deles com relação a sua posição de destaque e comando na Ásia. Essa visão pode ser constatada por Diodoro, quando esse descreve as decisões posteriores do grego ao priorizar sua aliança com a família de Alexandre em detrimento de sua relação com outros generais:

ἄ καὶ τότε διανοούμενος Εὐμενῆς ἐμφρόνως τὰ καθ' ἑαυτὸν ἠσφαλίσατο, προορώμενος τὴν τῆς τύχης καινοτομίαν. ὁρῶν γὰρ ἑαυτὸν μὲν ξένον ὄντα καὶ μηδὲν προσήκοντα βασιλικαῖς ἐξουσίαις, τοὺς δ' ὑποταπτομένους Μακεδόνας θάνατον αὐτοῦ προκατεγνώκοντας, τοὺς δ' ἐν ταῖς στρατιωτικαῖς ἡγεμονίαις διατρίβοντας φρονήματος πλήρεις ὑπάρχοντας καὶ μεγάλων πραγμάτων ὀρεγομένους ὑπέλαβεν ἔσεσθαι περὶ αὐτὸν συντόμως καταφρόνησιν ἅμα καὶ φθόνον καὶ τὸ τελευταῖον τὸν περὶ τοῦ ζῆν κίνδυνον: μηδένα γὰρ ποιήσῃν ἐκουσίως τὸ προσταπτόμενον ὑπὸ τῶν ἡττόνων εἶναι δοκούντων μηδὲ καρτερήσῃν δεσποζόμενον ὑπὸ τῶν ὀφειλόντων ἑτέροις ὑποτάττεσθαι.

Eumenes, que a essa altura também tinha tais coisas em mente, prudentemente assegurou sua posição, pois ele antevia que a Fortuna mudaria novamente. Ele estava ciente de que ele próprio era um estrangeiro e não possuía direito ao poder real, que os macedônios que estavam agora subordinados a ele haviam anteriormente decretado sua morte, e que aqueles que ocupavam o comando militar estavam tomados pela arrogância e almejavam grandes assuntos. Ele conseqüentemente percebeu que logo seria desprezado e ao mesmo tempo invejado, e que sua vida eventualmente estaria em perigo; pois ninguém estaria disposto a seguir as ordens daqueles que consideravam inferiores, ou a ser paciente quando se tem como mestres aqueles que deveriam estar sujeitos aos outros. (Diod. 18.60.1)

Assim, Filipe e Alexandre haviam reconhecido o talento de Eumenes como *hetairos*, a despeito das barreiras sociais impostas pela corte macedônica, possibilitando, assim, a sua promoção em um meio muitas vezes hostil a sua presença, e é possível que o general visse na aliança com os remanescentes de sua linhagem a única forma de garantir a posição que ele havia conquistado.

É possível, portanto, que tanto Crátero quanto Eumenes tenham sido casos que representavam não somente a preservação da unidade imperial, mas também a conservação da linha sucessória argêada à frente desta unidade. Essas motivações não excluem, é claro, as ambições pessoais dos dois generais, que muito provavelmente pretendiam conservar suas posições de comando e prestígio nesta nova ordem política. O fato de eles se encontrarem em lados opostos aponta mais para a ironia das circunstâncias em que ambos se encontravam do que para posições antagônicas com relação ao futuro do império, pois ambos acreditavam estar defendendo, a seu próprio modo, o legado de Alexandre, bem como suas posições dentro dele.

No fim das contas, as habilidades estratégicas de Eumenes prevaleceram sobre Crátero, que acabou perecendo no combate com a cavalaria do exército adversário⁸⁹. Neoptólemo, de sua parte, também fora derrotado, em um combate direto com Eumenes, o qual é epicamente narrado pelas fontes (Diod. 18.3.4-5; Arr. *Fr.* 156 F. 9.27; Plut. *Eum.* 8.2). A vitória na Ásia, no entanto, não seria suficiente para influenciar o desfecho da campanha de Pérdicas no Egito, a qual teria consequências desastrosas para o general.

A estratégia militar de Pérdicas se provaria extremamente falha em seu enfrentamento com Ptolomeu. Logo antes de avançar contra seu adversário, Pérdicas teria sido contrariado pelo seu próprio exército durante uma assembleia, na qual o mesmo proferiu formalmente as acusações contra Ptolomeu (Arr. *Fr.* 156 F. 9.28). A motivação para a realização dessa assembleia pode ter sido justamente a perspectiva dos soldados de lutar contra outros veteranos, vários deles antigos companheiros de batalha (ANSON, 2014, p. 68). Seja como for, a assembleia não se mostrou bem-sucedida, o que não impediu Pérdicas de levar a cabo a campanha. O fracasso militar de sua empreitada, no entanto, culminaria em sua queda.

Surpreendido pela cheia do rio Nilo, Pérdicas foi derrotado pelas forças de Ptolomeu durante suas fracassadas tentativas de fazer a travessia pela água, na qual cerca de 2000 homens pereceram (Diod. 18.34.7, 36.1-4). Após essas desastrosas tentativas, o impopular regente teria sido assassinado por seus próprios comandantes, que o emboscaram em seu acampamento: Píton, Antígenes e Seleuco (Arr. *Fr.* 156 F. 9.29; Diod. 18.36.4-5; Paus. 1.6.3). Após esses eventos, Ptolomeu buscou conquistar o apoio do exército de Pérdicas, tendo atravessado o Nilo até o encontro dos soldados de modo a convencê-los das motivações dos conspiradores. A atitude de Ptolomeu carregava consigo um evidente apelo carismático:

⁸⁹ As fontes divergem nos relatos a respeito da forma como Crátero foi morto em batalha (Arr. *Fr.* 156 F. 9.27 cf. Plut. *Eum.* 7.5). Ainda, segundo Plutarco, Eumenes teria lamentado profundamente a morte de Crátero, tendo conservado seus restos mortais consigo por um longo tempo (*Eum.* 7.4, 8).

Após a sua morte Ptolomeu atravessou o Nilo para visitar os reis, a quem ele ofereceu presentes e tratou com profunda gentileza e atenção, bem como os demais macedônios das falanges. Ao mesmo tempo, ele demonstrou abertamente simpatia para com os amigos de Pérdicas, e fez tudo em seu poder para acalmar as apreensões daqueles macedônios que imaginaram estar em perigo, de modo que ele fosse de uma vez por todas lembrado com grande estima. (Arr. *Fr.* 156 F. 9.30)

Ao invés de se colocar prontamente em uma posição de comando diante dos soldados derrotados, Ptolomeu optou por atribuir a regência e a guarda dos reis a Arrideu e Píton (Diod. 18.36.6), como recompensa por sua atuação no transporte do corpo de Alexandre (Diod. 18.28.1) e no combate às cidades gregas rebeldes (Diod. 18.36.5), respectivamente. Esta atitude, por sua vez, permitiu que ele simulasse desinteresse ante a possibilidade de assumir o comando do império, demonstrando para os exércitos ter lutado uma guerra justa contra Pérdicas (MEEUS, 2013, p. 125). É interessante notar, neste ponto, os importantes recursos dos quais Ptolomeu lança mão de modo a se legitimar cada vez mais enquanto um líder carismático diante dos exércitos, com destaque para o estabelecimento militar no Egito, o uso político do funeral de Alexandre e a aproximação com o exército macedônico e a família de Alexandre. Tudo isso, ao que parece, foi muito bem arquitetado de modo a culminar na garantia de uma base sólida de poder que permitisse ao general competir de forma mais expansionista pelo controle do império nos anos seguintes.

A impopularidade de Pérdicas, o seu isolamento diplomático e a sua inabilidade em manter a autoridade como regente teria, em grande parte, facilitado a sua supressão por seus adversários. Nos meses seguintes, a regência conjunta de Píton e Arrideu se mostraria efêmera, com a abdicação dos mesmos em função das interferências da ambiciosa rainha Eurídice (Diod. 18.39.1-2 cf. Arr. *Fr.* 156 F.9.31). A notícia da vitória de Eumenes teria chegado, segundo Diodoro, somente após a morte de Pérdicas (18.37.1), e o general seria muito em breve condenado, juntamente com os demais seguidores de Pérdicas (Arr. *Fr.* 156 F. 9.39; Diod. 18.37.3); Eumenes, no entanto, provaria ser um difícil adversário para aqueles no poder em 320, conseguindo ainda conservar o apoio de forças remanescentes de seu exército, juntamente com a aliança com a rainha Olímpia, que viria a se tornar extremamente valiosa nos anos seguintes.

O tratado da Babilônia, por fim, foi um comprovado fracasso. Por meio dessa análise, no entanto, é possível concluir que a fragmentação do império não era algo almejado pelos diádocos entre 323 e 320, a mesma se tornaria inevitável nas décadas seguintes devido ao choque entre indivíduos demasiados semelhantes em sua força e em sua ambição de alcançar a

supremacia sobre a *basileia*. Uma análise crítica do determinismo causado pelo viés da retrospectiva sobre a reconstrução destes eventos, consequentemente, permite elucidar com maior clareza as motivações que levaram aos confrontos seguintes ao acordo da Babilônia, levando ao subsequente colapso do mesmo. As decisões futuras, realizada em 320 durante o encontro dos generais e dos exércitos em Triparadiso, redefiniriam a divisão de poder entre os generais vencedores, bem como a guarda dos reis que, por sua vez, se transformariam cada vez mais em meros instrumentos nas disputas entre os ambiciosos Sucessores de Alexandre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com sua morte prematura, Alexandre quebrou uma das principais tradições preservadas por gerações na *basileia*: a sucessão do clã Argéada. Embora ainda houvessem membros vivos de sua linhagem à ocasião de seu falecimento, nenhum deles chegaria a governar de fato, desaparecendo em meio às destrutivas batalhas travadas pelos Diádocos. Contudo, essa não se tratava da única mudança radical provocada por ele.

Esta pesquisa tinha como objetivo geral elucidar o processo de transformação da *basileia* durante os anos subsequentes à morte de Alexandre, nos quais vigorou o acordo da Babilônia, por meio de uma análise estrutural da evolução da corte e do exército macedônicos e sua evolução após a campanha da Ásia. Para isso, foi necessário compreender a *basileia* através da relação entre as suas três principais esferas: o *basileus*, a corte e o exército. Com base nisso, alguns entendimentos importantes puderam ser esclarecidos.

O primeiro deles é que a conduta de rompimento de Alexandre com relação às estruturas tradicionais macedônicas e a sua conseqüente aproximação do comportamento autocrático dos monarcas persas foi um fator catalisador para importantes transformações a longo prazo no cenário político-militar dos anos subsequentes. Durante seu breve reinado, Alexandre buscou não apenas construir uma monarquia pessoal com características próprias, mas também reestruturar as tradições e instituições macedônicas às novas configurações de seu império. Através da perspectiva desenvolvida nos estudos de Herman e Spawforth, foi possível lançar um novo olhar sobre essa construção, compreendendo a corte macedônica como um elemento central das relações políticas da *basileia*, as quais Alexandre buscou fortalecer e desenvolver sob suas próprias características pessoais, de modo a atender às novas necessidades políticas, sociais e militares que surgiram com a conquista do império Aquemênida.

A “sociedade de corte”, quando entendida como um modelo sociológico monárquico passível de flexibilização, e não necessariamente exclusivo das instituições modernas, como sugerem os autores aqui citados, permite compreender melhor a forma como Alexandre buscou não apenas fortalecer as estruturas autocráticas de seu governo, como também se estabelecer enquanto soberano de um novo império. Ainda, as investigações feitas por Fredericksmeier e Haake a respeito das mudanças na indumentária e no comportamento de Alexandre reforçam a ideia de que o mesmo visava construir uma estrutura monárquica diferente tanto das estruturas macedônicas, quanto das monarquias asiáticas. Assim, Alexandre ao mesmo tempo rompeu e iniciou tradições, que por sua vez seriam reproduzidas durante a conhecida Era dos Sucessores.

Ainda, o estudo das relações inseridas na corte macedônica foi explorado à luz do argumento da “política de desconfiança”, desenvolvido por Heckel, o qual foi fundamental para as investigações a respeito do comportamento e das decisões políticas de Alexandre em seus anos finais, e de seus generais após a sua morte. Ao fazer uso de tal estratégia, o rei se estabelecia em um perigoso cenário no qual tanto ele buscava manipular e controlar os membros de sua corte de modo a atingir seus objetivos, quanto fazia com que o *basileus*, muitas vezes, se tornasse vítima das conspirações e jogos políticos originados por essas práticas. Essa desconfiança política endêmica, por sua vez, não só permeou as negociações futuras na Babilônia em 323, como também definiu o seu desfecho.

Outro elemento fundamental desenvolvido no decorrer deste trabalho foi a evolução das assembleias militares como fator diferencial e diretamente atuante sobre a política macedônica. Com base principalmente nas notáveis análises de Anson, a respeito das assembleias militares, e de Carney a respeito da disciplina militar macedônica e do relacionamento entre o *basileus* e o exército, foi possível compreender e também revisar importantes aspectos advindos dessas dinâmicas, tais quais as estratégias de legitimação e garantia da lealdade das tropas, bem como a natureza das tensões entre o rei e seus soldados, cada vez mais frequentes e influentes sobre as decisões políticas. Nesse ponto, foi necessário um breve entendimento a respeito da dicotomia entre as ideias do constitucionalismo e da autocracia – que por sua vez permeiam vários trabalhos historiográficos a respeito da monarquia macedônica utilizados nesta pesquisa – de modo a chegar à conclusão de que o poder político decisório da assembleia do exército não era uma característica intrínseca a esse segmento, mas sim uma faculdade adquirida através dos rompimentos e transformações impulsionados pelo próprio Alexandre. Essa evolução, por sua vez, chegaria a seu ápice durante as negociações da Babilônia, evento no qual o exército agiu diretamente sobre a escolha dos sucessores, tendo esse sido um fato inédito à *basileia* até então.

Finalmente, a revisão das teorias tradicionais a respeito do início do Período Helenístico permitiu o entendimento das negociações que levaram ao acordo da Babilônia – e ao seu subsequente fracasso – sob uma nova ótica. Sobretudo, a revisão da visão da historiografia tradicional de que o império teria sucumbido ante os anseios separatistas dos generais de Alexandre tem permitido compreender que tal aceção advém de construções marcadas pelo viés da retrospectiva, que acaba por atribuir ao contexto e aos indivíduos envolvidos intenções e práticas inexistentes em seu próprio tempo. Assim sendo, por meio de uma análise mais criteriosa das fontes e dessa perspectiva revisionista – presente principalmente nos trabalhos de

Gruen e Meeus – foi possível concluir que o fracasso do acordo da Babilônia foi o resultado tanto das evidentes falhas políticas e estratégicas do então regente Pérdicas, mas principalmente da competição comum pela supremacia e pelo comando do império de vários dos generais de Alexandre. Esses, por sua vez, teriam não apenas intensificado a política de desconfiança entre si, como também buscado cada vez mais reproduzir as práticas características ao *basileus* de modo a se legitimar frente ao exército como líderes supremos, buscando ao mesmo tempo preservar a unidade do império e, por ora, a linhagem Argéada.

A produção acadêmica nas últimas décadas a respeito dos anos iniciais do Período Helenístico é ampla, porém este trabalho buscou contribuir para o debate sobre este período a partir de uma perspectiva que abrange tanto a evolução do comportamento do exército, quanto as mudanças gradativas no interior da corte de Alexandre. Estes elementos são, por sua vez, compreendidos, dentre outros fatores, como consequências diretas das mudanças empreendidas por Alexandre durante a expedição da Ásia – sobretudo em seus últimos anos de vida – e também como fatores diretamente responsáveis pelas decisões tomadas em 323, bem como suas consequências posteriores.

Por fim, para atingir os objetivos desta pesquisa, as discussões aqui apresentadas se basearam em uma minuciosa análise documental. Apesar das barreiras impostas pela ausência de registros contemporâneos ao período, e das lacunas, discrepâncias e alterações presentes nos relatos disponíveis, a investigação dessas, com o auxílio de importantes trabalhos historiográficos, revelou-se bastante frutífera. Estas adulterações, de fato, estão presentes em todas as fontes, além de um alto volume da já mencionada propaganda. Isso dificulta bastante, por um lado, a elucidação e uma construção argumentativa mais concreta com relação a alguns tópicos; por outro lado, as mesmas revelam, de várias maneiras, aspectos políticos do cenário em questão, que transparecem por meio destas mesmas práticas. Em suma, trata-se de um trabalho historiográfico bastante sutil e investigativo, que tem apresentado resultados auspiciosos nas últimas décadas.

REFERÊNCIAS

Edição de Fontes:

ARRIAN. 1929. *Anabasis of Alexander*. Traslated by P.A. Brunt. London: Heinemann Publishing.

ARRIAN. 1923-1958. Events After the Death of Alexander = FGrH 156. In: JACOBY, F. *Die Fragmente der griechischen Historiker*. Berlin-Leiden: Brill Academic Publishers.

DIODORUS SICULUS. 1947. *Library of History*. Translated by R. M. Geer. Cambridge, Mass.; London: Harvard University Press.

ELIAN. 1997. *His Various Histories*. Translated by N. G. Wilson. Cambridge, Mass.; London: Harvard University Press.

CURTIUS RUFUS. 1946. *History of Alexander*. Books VI-X. Translated by J. C. Rolfe. Cambrigde, Mass.: Harvard University Press.

JUSTIN. 1994. *Epitome of the Philippic history of Pompeius Trogus*. Translated by J.C. Yardley. Atlanta, GA: Scholars Press.

PAUSANIAS. 1918. *Description of Greece, I (Attica and Corinth)*. Translated by W. H. S. Jones. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

PLUTARCH. 1919. *Lives IX (Demetrius and Antony. Pyrrhus and Gaius Marius. Alexander e Caesar)*. Traslated by B. Perrin. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

_____. 1919. *Lives XI (Aratus and Artaxerxes. Galba and Otho)*. Translated by B. Perrin. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

_____. 1919. *Lives VIII (Sertorius and Eumenes. Photius and Cato the Young)*. Translated by B. Perrin. Cambridge, Mass: Harvard University Press.

XENOPHON. 1998. *Anabasis, III*. Translated by C. L. Brownson. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

Comentários:

ALCOCK, S. 1997. The heroic past in a Hellenistic present. In: CARTLEDGE, P.; GARNSEY, P.; GRUEN, E. *Hellenistic constructs: essays in culture, history and historiography*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, p. 20-34.

ANSON, E. M. 1985. Macedonia's Alleged Constitutionalism. *The Classical Journal*, v. **80**, n. 4, p. 3003-316.

_____. 1991. The Evolution of the Macedonian Army Assembly (330-315 B.C.). *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*. v. **40**, n. 2, p. 230-247.

_____. 1992. Craterus and Protasia. *Classical Philology*, v. **87**, n. 1, p. 38-43.

_____. 1996. The 'Ephemerides' of Alexander the Great. *Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte*, v. **45**, n. 4, p. 501-504.

_____. 2004. *Eumenes of Cardia: A Greek Among Macedonians*. Boston: Brill Academic Publishers.

_____. 2009. Philip II, Amyntas Perdicca, and Macedonian Royal Succession. *Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte*, v. **58**, n. 3, p. 276-286.

_____. 2013. *Alexander the Great: Themes and Issues*. London and New York: Bloomsbury Publishing.

_____. 2014. *Alexander's Heirs: The Age of the Successors*. Oxford: John Willey and Sons Publishing.

ANTELA-BERNARDEZ, B. 2011. Simply the Best: Alexander's last words and the Macedonian Kingship. *Eirene*, v. **47**, p. 118-126.

ATKINSON, J.; TRUTER, E.; TRUTER, E. 2009. Alexander's Last Days: Malaria and Mind Games? *Acta Classica*, v. **52**, p. 23-46.

- AUSTIN, M. 2006. *The Hellenistic World from Alexander to the Roman Conquest: A selection of Ancient Sources in translation*. Cambridge and New York: Cambridge University Press.
- BADIAN, E. 1958. Alexander the Great and the Unity of Mankind. *Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte*, v. 7, n. 4, p. 425-444.
- BADIAN, E. 1964. Alexander the Great and the Loneliness of Power. In: BADIAN, E. *Studies in Greek and Roman History*. New York: Barnes and Noble Press, p. 192-205.
- _____. 1965. Orientals in Alexander's Army. *The Journal of Hellenistic Studies*, v. 85, p. 160-161.
- _____. 2000. Conspiracies. In: BOSWORTH, A.; BAYHAM, E. *Alexander the Great in Fact and Fiction*. New York: Oxford University Press, p. 50-95.
- BAYNHAM, E. 1998. Why didn't Alexander marry before leaving Macedonia? Observations On Factional Politics At Alexander's Court In 336-334 B.C. *Rheinisches Museum Für Philologie*, v. 141, n. 2, p. 141-152.
- BEVAN, E. 1900. Note on the Command Held by Seleukos, 323-321 B. C. *The Classical Review*, v. 14, n. 8, p. 396-398.
- _____. 1985. *The House of Ptolemy: a history of Egypt under the Ptolemaic dynasty*. Chicago: Ares Publishers, 1985.
- BOSWORTH, A. B. 1971. The Death of Alexander the Great: Rumour and Propaganda. *The Classical Quarterly*, v. 21, n. 1, p. 112-136.
- _____. 1986. Alexander the Great and the Decline of Macedon. *The Journal of Hellenic Studies*, v. 106, p. 1-12.
- _____. 1993. Perdikkas and the Kings. *The Classical Quarterly*, v. 43, n. 2, p. 420-427.
- _____. Alexander and the "Unity of Mankind". In: WORTHINGTON, I. 2001. *Alexander the Great: a Reader*. New York: Routledge Publishing, p. 198-235.
- BOSWORTH, A.; BAYHAM, E. 2000. *Alexander the Great in Fact and Fiction*. Oxford and New York: Oxford University Press.

- BRAUND, D. 2003. After Alexander: the Emergence of the Hellenistic World. In: ERSKINE, A. *A Companion to the Hellenistic World*. Oxford: Blackwell Publishing, p. 19-34.
- BRINGMANN, K. 1993. The King as Benefactor: some remarks on ideal kingship in the age of Hellenism. In: STEWART, A., *et al. Images and Ideologies: Self-Definition in the Hellenistic World*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, p. 7-24.
- CARNEY, E. 1988. The Sisters of Alexander the Great: Royal Relicts. *Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte*, v. **97**, n. 4, p. 385-404.
- _____. 1992. The Politics of Polygamy: Olympias, Alexander and the Murder of Philip. *Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte*, v. **41**, n. 2, p. 169-189.
- _____. 1993. Olympias and the Image of the Virago. *Phoenix*, v. **47**, n. 1, p. 29-55.
- _____. 1996. Macedonians and Mutiny: Discipline and Indiscipline in the Army of Philip and Alexander. *Classical Philology*, v. **91**, n. 1, p. 19-44.
- _____. 2006. *Olympias: mother of Alexandre the Great*. London and New York: Routledge Publishing, 2006.
- _____. 2015. *King and Court in Ancient Macedonia: Rivalry, Treason and Conspiracy*. Swansea, London and Bristol: The Classical Press of Wales.
- _____. 1987. *The Career of Adea-Eurydike*. *Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte*, v. **36**, n. 4, p. 496-502.
- CARNEY, E.; OGDEN, D. (orgs.). 2010. *Philip II and Alexander the Great Father and Son, Lives and Afterlives*. Oxford and New York: Oxford University Press.
- CHAMOUX, F. 2002. *Hellenistic Civilization*. Oxford: Blackwell Publishing.
- CHANIOTIS, A. 2005. *War in The Hellenistic World: A Social and Cultural History*. Oxford: Blackwell Publishing.
- COLLINS, A. 2001. The Office of Chilliarch under Alexander and The Successors. *Phoenix*, v. **55**, n. 3/4, p. 259-283.

_____. 2012. Alexander and the Persian Court Chierarchy. *Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte*, v. **61**, n. 2, p. 159-167.

_____. 2012a. Callisthenes on Olympias and Alexander's Divine Birth. *Ancient History Bulletin*, v. **26**, n.1/2, p. 1-14.

_____. 2012b. The royal costume and insignia of Alexander the Great. *The American Journal of Philology*, v. **133**, n. 3, p. 371-402.

EDWARD, A. 1992. Craterus and the Prostasia. *Classical Philology*, v. **87**, n. 1, p. 38-43.

ENGBERG-PEDERSEN, T. 1996. The relationship between cultural and political centres in the Hellenistic world. In: BILDE, P., *et al. Centre and Periphery in the Hellenistic world*. Aarhus: Aarhus University Press, p. 285-315.

ENGELS, D. 1978. A Note on Alexander's Death. *Classical Philology*, v. **73**, n. 3, p. 224-228.

ERRINGTON, R. 1969. Bias in Ptolemy's History of Alexander. *The Classical Quarterly*, v. **19**, n. 2, p. 233-242.

_____. 1970. From Babylon to Triparadisus: 323-320 B.B. *JHS*, v. **90**, p. 20-37.

_____. 1977. Diodorus Siculus and the Chronology of the Early Diadochoi, 320-311 B.C. *Hermes*, v. 105, n. 4, p. 478-504.

_____. 1978. The Nature of the Macedonian State under the Monarchy. *Chiron*, v. **8**, p. 77-133.

_____. 1990. *A History of Macedonia*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

ERSKINE, A. 2002. Life after Death: Alexandria and the Body of Alexander. *Greece & Rome*, v. **49**, n. 2, p. 163-179.

ERSKINE, A., *et al.* (orgs.). 2017. *The Hellenistic Court: Monarchic Power and Elite Society from Alexander to Cleopatra*. London: Classical Press of Wales.

FLOWER, M. 2000. Alexander the Great and Panhellenism. In: BOSWORTH, A.; BAYNHAM, E. *Alexander the Great in Fact and Fiction*. Oxford: Oxford University Press, p. 96-135.

FOX, R. L. 1974. *Alexander the Great: A Biography*. London: The Dial Press.

FREDICKSMEYER, E. 2000. Alexander the Great and the Kingdom of Asia. In: BOSWORTH, A.; BAYHAM, E. *Alexander the Great in Fact and Fiction*. Oxford and Nova Iorque: Oxford University Press. p. 96-135.

FREDRICKSMEYER, E. 1966. The Ancestral Rites of Alexander the Great. *Classical Philology*, v. 61, n. 3, p. 179-182.

_____. 1990. Alexander and Philip: Emulation and Resentment. *The Classical Journal*, v. 85, n. 4, p. 330-315.

_____. 2003. Alexander's religion and divinity. In: ROISMAN, J. *Brill's Companion to Alexander the Great*. Leiden: Brill Academic Publishers, p. 253-278.

GEHRKE, H.-J. 2013. The Victorious King: Reflections on the Hellenistic Monarchy. In: LURAGHI, N. *The Splendors and Miseries of Ruling Alone*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, p. 73-98.

GREEN, P. 1991. *Alexander of Macedon, 356-323 B.C.: A Historical Biography*. Berkeley, Los Angeles and Oxford: University of California Press.

GRUEN, E. 1984. *The Hellenistic World and the coming of Rome*. Berkeley: University of California Press.

_____. 1985. The Coronation of the Diadochi. In: EADIE, J.; OBER, J. *The Craft of the Ancient Historian: Essays in Honor of Chister G. Starr*. Lanham: University Press of America, p. 253-251.

_____. 1996. Hellenistic Kingship: Puzzles, Problems and Possibilities. In: BILDE, P., *et al.* *Studies in Hellenistic Civilization*. Aarhus: Aarhus University Press, v. 7.

_____. 2008. *The Hellenistic Age: a Short History*. New York: Modern Library.

HAAKE, M. 2012. Diadem und Basileus. In: LICHTENBERGER, A., *et al.* *Das diadem der hellenistischen herrscher*. Bonn: Verlag, p. 293-312.

_____. 2013. Writing Down the King: The Communicative Function of Treatises On Kingship in the Hellenistic Period. In: LURAGHI, N. *The Splendors and the Miseries of Ruling Alone: Encounters from Archaic Greece to the Hellenistic Mediterranean*. Stuttgart: Fraz Steiner Verlag.

HABICHT, C. 2006. *The Hellenistic Monarchies - selected papers*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

HAMILTON, J. 1965. Alexander's Early Life. *Greece & Rome*, v. 12, n. 2, p. 117-124.

HAMMOND, N. 2000. The Continuity of Macedonian Institutions and the Macedonian Kingdoms of the Hellenistic Era. *Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte*, v. 49, n. 2, p. 141-160.

HAMMOND, N.; WALBANK, F. (orgs.). 1988. *A History of Macedonia, 337-167 B.C.* Oxford: Oxford University Press, v. 3.

HECKEL, W. 1992. *The Marshals of Alexander's Empire*. Londons : Routledge Publishing.

_____. **The Marshals of Alexander's Empire**. London and New York: Routledge Publishing.

_____. 2002. The Politics of Distrust: Alexander and his Successors. In: OGDEN, D. *The Hellenistic World, New Perspectives*. London: The Classical Press of Duckworth.

_____. 2006. *Who's Who in the Age of Alexander the Great: Prosopography of Alexander's Empire*. Malden and London: Blackwell Publishing.

_____. 2008. *The conquests of Alexander the Great*. Cambridge: Cambridge University Press.

HERMAN, G. 1997. The Court Society of the Hellenistic Age. In: CARTLEDGE, P., *et al.* **Hellenistic Constructs: Essays in Culture, History and Historiography**. Londres: University of California Press, 1997. Cap. 10, p. 199-224.

HOWE, T. 2015. Cleopatra-Eurydice, Olympias, and a 'Weak' Alexander. In: WEATLEY, P.; BAYNHAM, E. **East and West in the World Empire of Alexander**. Oxford: Oxford University Press, 2015, p. 133-146.

KING, C. 2010. Macedonian Kingship and Other Political Institutions. In: ROISMAN, J.; WORTHINGTON, I. *A Companion to Ancient Macedonia*. Malden, Oxford and Chichester: Wiley-Blackwell, p. 373-391.

_____. 2013. Plutarch, Alexander, and Dream Divination. *Illinois Classical Studies*, n. 38, p. 81-111.

_____. 2013. ALEXANDER'S DIADOCHS AND THEIR DESTRUCTIVE WARS. *The Classical Journal*, v. 108, n. 3, p. 362-368.

LENDERING, J. 2002. Livius: Cultuur, geschiedenis en literatuur. *Livius.org*. Disponivel em: <<http://www.livius.org/articles/person/hephaestion/hephaestion/>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

LURAGHI, N. 2013. Ruling alone: monarchy in Greek Politics and Thought. In: LURAGHI, N. *The Splendors and Miseries of Ruling Alone*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, p. 11-24.

MA, J. Kings. 2003. In: ERSKINE, A. *A Companion to the Hellenistic World*. Malden and Oxford: Blackwell Publishing, p. 177-195.

MCKECHNIE, P. 1999. Manipulation of Themes in Quintus Curtius Rufus Book 10. *Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte*, v. 48, n. 1, p. 44-60.

MEEUS, A. 2008. The power struggle of the Diadochi in Babylon, 323 B.C. *Ancient Society*, v. 38, p. 39-82.

_____. 2009. Some Institutional Problems Concerning the Succession to Alexander the Great: "Prostasia" and Chiliarchy. **Historia: Zeitschrift Für Alte Geschichte**, v. 58, n. 3, p. 287-310.

_____. 2009a. Kleopatra and the Diadochoi. In: VAN NUFFELEN, P. *Faces of Hellenism: studies in the history of the eastern mediterranean (4th century b.c. - 5th century a.d.)*. Leuven, Paris and Walpole: Peeters Publishers, p. 63-92.

_____. 2013. Confusing aim and result? Hindsight and the disintegration of alexander the great's empire. In: POWELL, A., *et al. Hindsight in Greek and Roman History*. Swansea: Classical Press of Wales, p. 113-48.

- _____. 2013a. What we do not know about the Age of the Diadochi: The methodological consequences of the gaps in the evidence. In: TRONCOSO, V.; ANSON, E. *After Alexander: The Time of the Diadochi (323-281 B.C.)*. Oxford and Oakville: Oxbow Books, p. 84-98.
- MIRON, D. 2000. Transmitters and Representatives of Power: Royal Women in Ancient Macedonia. *Ancient Society*, v. **30**, p. 35-52.
- O'BRIEN, J. 1994. *Alexander the Great: The Invisible Enemy. A Biography*. London and New York: Routledge Publishing.
- RICH, J.; SHIPLEY, G. (orgs). 1993. *War and Society in the Greek World*. London and New York: Routledge Publishing.
- ROISMAN, J. 1984. Ptolemy and his rivals in his history of Alexander. *The Classical Quarterly*, v. **34**, n. 2, p. 373-385.
- ROISMAN, J. 2012. The Dissolution of the Royal Army, I: the Veterans of Perdikkas and Craterus. In: ROISMAN, J. *Alexander's Veterans and the Early Wars of the Successors*. Dallas: University of Texas Press, p. 87-118.
- _____. 2012a. The Veterans and the Macedonian Internal Strife in Babylon (323). In: ROISMAN, J. *Alexander's Veterans and the Early Wars of the Successors*. Dallas: University of Texas Press, 2012. p. 61-86.
- ROISMAN, J.; WORTHINGTON, I. (orgs.). 2010. *A Companion to Ancient Macedonia*. Malden, Oxford e Chichester: Wiley-Blackwell Publishing..
- ROMM, J. 2011. *Ghost of the Throne: The Death of Alexander the Great and the War for Crown and Empire*. New York: Knopf Doubleday Publishing Group.
- SANT'ANNA, Henrique. 2013. Domination and Legitimacy in Early Hellenistic Basileia: The Rise of Self-Proclaimed Kings. *CHS Research Bulletin*, v. **1**, p. 1-15.
- SAWADA, N. 2010. Social customs and Institutions: aspects of Macedonian elite society. In: ROISMAN, J.; WORTHINGTON, I. *A Companion to Ancient Macedonia*. Malden and Oxford: Blackwell Publishing, p. 392-408.

SEKUNDA, N.; MCBRIDE, A. 1992. *The Army of Alexander The Great (Men at Arms Series)*. London: Osprey Publishing, v. **148**.

SHIPLEY, G. 2000. Religion and Philosophy. In: SHIPLEY, G. *The Greek World after Alexander*. New York and London: Routledge Publishing, p. 153-191.

_____. 2000. *The Greek World after Alexander (323-30 BC)*. New York: Routledge Publishing.

SKINNER, M. 2010. Alexander and ancient Greek sexuality: some theoretical considerations. In: CARTLEDGE, P.; GREENLAND, F. *Responses to Oliver Stone's Alexander: film, history and cultural studies*. Madison: University of Wisconsin Press, p. 119-134.

SPAWFORTH, T. 2007. The court of Alexander the Great between Europe and Asia. In: SPAWFORTH, T. *The Court and Court Society in Ancient Monarchies*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 82-120.

STEWART, A. (org.). 1993. *Images and Ideologies: Self-Definition in the Hellenistic World*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

_____. 1993a. *Faces of Power. Alexander's Image and Hellenistic Politics*. Berkeley: University of California Press.

TARN, W. 1933. Alexander the Great and the Unity of Mankind. *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, v. **19**, p. 123-166.

_____. 1949. *Alexander the Great II, Sources and Studies*. Cambridge: Cambridge University Press.

THOMAS, C. 2007. *Alexander the Great in his World*. Oxford: Blackwell Publishing.

_____. 1968. Alexander the Great and the Unity of Mankind. *The Classical Journal*, v. **63**, n. 6, p. 258-260.

WALBANK, F. 1984. Monarchies and monarchic ideas. In: WALBANK, F., *et al.* *The Cambridge Ancient History*. Cambridge: Cambridge University Press, v. 7.1, p. 62-100.

_____. 1993. *The Hellenistic World*. Cambridge e Massachusetts: Harvard University Press.

WHEATLEY, P. 2013. The Heidelberg Epitome: a Neglected Diadoch Source. In: TRONCOSO, V.; ANSON, E. *After Alexander: The Time of the Diadochi (323-281 BC)*. Oxford and Oakville: Oxbow Books, p. 17-29.

WILL, É. 1989. The Succession to Alexander. In: WALBANK, F., *et al.* *The Cambridge Ancient History: The Hellenistic World*. Cambridge: Cambridge University Press, v. 7.1, p. 23-61.

WORTHINGTON, I. (org.). 2001. *Alexander the Great: a Reader*. New York: Routledge Publishing.

_____. 2003. Alexander and the "Unity of Mankind. In: WORTHINGTON, I. **Alexander the Great**: a reader. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2003. p. 198-235.

_____. 2014. *By the Spear: Philip II, Alexander the Great, and the Rise and Fall of the Macedonian Empire*. Oxford and New York: Oxford University Press.

Eu, Beatriz Aires Fernandes Cunha, declaro, para todos os efeitos, que o texto apresentado para a defesa da dissertação de mestrado foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado no todo ou em parte a este e/ou a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.
